

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
(RBAE): INSTRUMENTO DE IMPOSIÇÃO SIMBÓLICA NA DISPUTA  
POR PODER NO CAMPO EDUCACIONAL (1983 a 1996)**

**PATRÍCIA RODRIGUES DA SILVA**

**MARINGÁ  
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (RBAE):  
INSTRUMENTO DE IMPOSIÇÃO SIMBÓLICA NA DISPUTA POR PODER NO  
CAMPO EDUCACIONAL (1983 a 1996)**

Tese apresentada por PATRÍCIA RODRIGUES DA SILVA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.  
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. ELAINE RODRIGUES

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586r Silva, Patrícia Rodrigues da  
Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) : instrumento de imposição simbólica na disputa por poder no campo educacional (1983 a 1996) / Patrícia Rodrigues da Silva. -- Maringá, PR, 2020.  
186 f.color., figs., tabs., maps.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Rodrigues.  
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-  
da  
Educação (RBAE). 3. Imposição Simbólica. 4. Rede de Sociabilidades. 5. Imprensa Periódica. I. Rodrigues, Elaine, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 371.2

PATRÍCIA RODRIGUES DA SILVA

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (RBAE):  
INSTRUMENTO DE IMPOSIÇÃO SIMBÓLICA NA DISPUTA POR PODER NO  
CAMPO EDUCACIONAL (1983 a 1996)**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Elaine Rodrigues (Orientadora) – UEM

Prof. Dr. Névio de Campos – UEPG

Prof. Dra. Kênia Hilda Moreira – UFGD

Prof. Dra. Maria Luisa Furlan Costa – UEM

Prof. Dr. João Marcelo Crubelatte – UEM

**SUPLENTE**

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto – UFU

Prof. Dra. Wanessa Gorri de Oliveira - UEM

Data da Aprovação  
19/10/2020

Dedico este trabalho a memória das minhas Marias (avó e filha), que ficaram comigo neste plano existencial por tão pouco tempo, e mesmo assim, muito me ensinaram sobre amor, persistência e recomeços na jornada da vida.

## AGRADECIMENTOS

Demonstro aqui, a minha gratidão imensa, aqueles que me ajudaram a concluir este trabalho.

A minha espetacular orientadora, professora Dr<sup>a</sup>. Elaine Rodrigues, por acreditar em mim, me acolher e orientar sempre com olhos de amor e perseverança. Tenho certeza de que construímos uma jornada para além da pesquisa, uma jornada para a vida!

Aos professores Dr. Névio de Campos, Dra. Maria Luisa Furlan Costa, Dr. João Marcelo Crubellate, Dra. Wanessa Gorri de Oliveira, Dra. Kênia Hilda Moreira, pela presteza e carinho com que fizeram a leitura do meu texto e contribuíram grandemente no Exame de Qualificação.

Aos professores Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE-UEM) por enriquecerem a minha formação de docente e de pesquisadora na História e Historiografia da Educação. Em especial, a professora Dra. Edneia Regina Rossi pela amizade e pelo incentivo para que eu trilhasse uma pesquisa pelos caminhos da gestão educacional.

Ao Hugo Alex, pelo acolhimento, zelo e presteza na secretaria do PPE.

As minhas parceiras do Grupo de Pesquisa HEDUCULTES. Que o debate se fortaleça e continue a produzir bons frutos para a História da Educação.

A Joyce e Giovana, presentes que o PPE me deu, e que acompanharam bem de perto os bastidores dessa construção acadêmica. Partilhamos as nossas pesquisas como também parte de nossas vidas, e esse laço só se fortalece cada vez mais.

Aos meus familiares, pelo suporte de todas as horas. Em especial aos meus pais, João e Aparecida, ao meu irmão e cunhada, Diego e Jéssica, que na reta final me deram fôlego para continuar.

Aos meus amigos e amigas, em especial a Juliana e Rafael que nos últimos meses da construção deste trabalho me davam “bom dia” com a pergunta: “- E a Tese, terminou?”.

A minha equipe maravilhosa, que por meio de um trabalho cooperativo sensacional, compartilhou comigo grandes momentos do período do Doutorado, mesmo depois de não estarmos mais juntos profissionalmente. Vocês ficaram na minha história.

A Deus, que por meio da minha fé, me alimentou a alma para completar mais uma jornada com força espiritual, coragem e sabedoria.

Gratidão!

De fato, a feitura de um periódico apela sempre a debates e discussões, a polémicas e conflitos; mesmo quanto é fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto dos poderes públicos ou nos editoriais de abertura.

António Nóvoa



SILVA, Patrícia Rodrigues da. **REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (RBAE): INSTRUMENTO DE IMPOSIÇÃO SIMBÓLICA NA DISPUTA POR PODER NO CAMPO EDUCACIONAL (1983 a 1996)** 185f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Elaine Rodrigues. Maringá, 2020.

## RESUMO

Esta pesquisa de doutoramento em educação toma como fonte e objeto de confecção histórica, o impresso *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*. Trata-se de um periódico criado e editado desde 1983 pela ANPAE, então denominada, Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação. O recorte temporal traz como marco inicial o ano de 1983, período em que se inicia a “vida” do impresso, e como marco de encerramento 1996, ano em que se incorpora o termo “Política” ao seu nome, que passa a ser: *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)*, nomenclatura que predomina até os dias atuais (conclusão da tese). Para o desenvolvimento da pesquisa, elaborada como pesquisa histórica, foi adotado o referencial teórico-metodológico da Nova História Cultural, recorrendo às edições da RBAE como fontes e objeto da investigação, na perspectiva de uma arqueologia do impresso. A partir da dissecação do conjunto documental, composto por 12 volumes e 23 números da revista, apropriou-se da RBAE como um instrumento simbólico de conhecimento e construção de pensamentos, que a partir da concordância de um grupo específico de professores universitários brasileiros, disseminou questões teóricas, políticas e práticas sobre a administração da educação no país. Nesse sentido, a problemática central que guiou a pesquisa assim se apresenta: *Quais os usos da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) mediante o seu projeto editorial de socialização do conhecimento e (re)estruturação de um ideário acerca da administração da educação no Brasil, em circulação no período de 1983 a 1996?* A fim de responder a esta e a outras questões adjacentes, apresenta-se como objetivo geral deste trabalho: *Compreender a representatividade da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE), mediante o seu projeto editorial de socialização do conhecimento e (re)estruturação de um ideário acerca da administração da educação no Brasil, no período de 1983 a 1996.* Para isso, tomou-se como nucleares para subsidiar as análises realizadas a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e a teoria das Sociabilidades Intelectuais de Jean François Sirinelli, desvelando assim, os sentidos atribuídos ao impresso no campo educacional. As análises desdobradas do estudo justificaram a tese defendida, a saber: *A Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) foi um instrumento de imposição simbólica estrategicamente utilizado para ampliar o capital simbólico da ANPAE no campo educacional brasileiro, legitimando o seu poder de intervenção na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no país.* A tese finaliza enfatizando a forma como a RBAE foi veículo oficial para a disseminação do ideário da ANPAE acerca da administração da educação no Brasil e que tendo circulado em um período permeado por debates de fundamental importância no campo educacional, foi instrumento que aumentou o capital simbólico da associação, fortalecendo e legitimando o poder de intervenção de seus agentes e concedendo-lhes os domínios do subcampo da administração da educação no país.

**Palavras-chave:** História da Administração da Educação. Campo e Subcampo. Imposição Simbólica. Rede de Sociabilidades. Imprensa periódica.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **RBAE - REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (BRAZILIAN JOURNAL OF EDUCATION ADMINISTRATION): INSTRUMENT OF SYMBOLIC IMPOSITION IN THE DISPUTE FOR POWER IN THE EDUCATIONAL FIELD (1983 to 1996)** 185f. Thesis (Doctorate in Education) – Universidade Estadual de Maringá (UEM - State University of Maringá). Advisor: Prof<sup>a</sup>. Dr. Elaine Rodrigues. Maringá, 2020.

## ABSTRACT

This doctoral research in education takes as its source and object of historical preparation, the printed form *RBAE - Revista Brasileira de Administração da Educação (Brazilian Journal of Education Administration)*. It is a journal created and edited since 1983 by ANPAE, then called the, National Association of Education Administration Professionals. The time frame brings 1983 as its starting point, the period when the “life” of the printed begins, and its closure in 1996, the year in which the term “Politics” is incorporated into its name, which becomes: Brazilian Journal of Education Policy and Administration (RBPAAE), nomenclature that prevails until today (conclusion of the thesis). For the development of the research, elaborated as historical research, the theoretical-methodological framework of the New Cultural History was adopted, using the editions of RBAE as sources and object of the investigation, in the perspective of an archeology of the printed matter. From the dissection of the documentary set, composed of 12 volumes and 23 issues of the magazine, it appropriated RBAE as a symbolic instrument of knowledge and construction of thoughts, which based on the agreement of a specific group of Brazilian university professors, disseminated theoretical questions, policies and practices on the administration of education in the country. In this sense, the central problematic that guided the research is as follows: *Who uses of RBAE (Brazilian Journal of Education Administration) through its editorial project of socialization of knowledge and (re) structuring of an ideal about the administration of education in Brazil, in circulation in the period from 1983 to 1996?* In order to answer this and other adjacent questions, the general objective of this work is presented: *To understand the representativeness of the RBAE (Brazilian Journal of Education Administration), through its editorial project of socialization of knowledge and (re) structuring of an ideal about of the administration of education in Brazil, from 1983 to 1996.* For this, it was taken as nuclear to subsidize the analyzes carried out the Theory of Fields by Pierre Bourdieu and the theory of Intellectual Sociabilities by Jean François Sirinelli, thus unveiling, the meanings attributed to the printed in the educational field. The unfolded analyzes of the study justified the thesis defended, namely: *The RBAE (Brazilian Journal of Education Administration) was a symbolic imposition instrument strategically used to expand the symbolic capital of ANPAE in the Brazilian educational field, legitimizing its intervention power in (re) structuring the education administration subfield in the country.* The thesis ends by emphasizing the way in which RBAE was an official vehicle for the dissemination of the ideal of the ANPAE about the administration of education in Brazil and that having circulated in a period permeated by debates of fundamental importance in the educational field, it was an instrument that increased the symbolic capital of the association, strengthening and legitimizing the intervention power of the its agents and granting them the domains of the subfield of education administration in the country.

**Keywords:** History of Education Administration. Field and Subfield. Symbolic Imposition. Sociability Network s. Periodic Press.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração  
ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação (1996)  
ANPAE – Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (1961)  
ANPAE – Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (1978)  
ANPAE – Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional (1976)  
ANPAE – Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar (1971)  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNRH – Centro Nacional de Recursos Humanos  
DGP – Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil  
EaD – Educação a Distância  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FINEP – Agência Financiadora de Estudos e Projetos  
GP – Grupos de Pesquisa  
IES – Instituição(s) de Ensino Superior  
IPLAN – Instituto de Planejamento Econômico e Social  
MEC – Ministério da Educação  
MEC – Ministério da Educação e Cultura (1971)  
RBAE – Revista Brasileira de Administração da Educação  
RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
UEL – Universidade Estadual de Londrina  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UFU – Universidade Federal de Uberlândia  
UNB – Universidade de Brasília.  
UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

USAID – United States Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL</b> .....	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2 CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA COM IMPRESSO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CAMINHOS PERCORRIDOS</b> .....	<b>26</b>
2.1 IMPRENSA PERIÓDICA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO .....	26
2.2 ITINERÁRIO TEÓRICO-METODOLÓGICO: CONCRETIZANDO A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA .....	29
2.3 “FERMENTAÇÕES” HISTÓRICAS DO PERÍODO ESTUDADO .....	38
2.4 REVELAÇÕES DO ESTADO DA ARTE: ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	44
2.5 ORIGINALIDADE DA INVESTIGAÇÃO.....	54
2.6 RESSIGNIFICAÇÃO DOS TERMOS ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO .....	56
<b>3 ANPAE E RBAE: ESTRATÉGIAS PARA ENTRADA E PERMANÊNCIA NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO</b> .....	<b>62</b>
3.1 A PRESENÇA DA ANPAE NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO .....	62
3.2 CRIAÇÃO DA RBAE: ESTRATÉGIA E CAPITAL SIMBÓLICO .....	75
<b>4 RBAE: MEDIAÇÕES EDITORIAIS E IMPOSIÇÃO SIMBÓLICA</b> .....	<b>83</b>
4.1 A RBAE E SUA MATERIALIDADE.....	83
4.1.1 Processos de produção e circulação.....	88
4.1.2 Composição, formato e modo de manipulação .....	89
4.1.3 Periodização e circulação.....	101
4.1.4 Distribuição e tiragem.....	102
4.2 ESQUADRINHANDO AS EDIÇÕES, REVELANDO REPRESENTAÇÕES E INTENCIONALIDADES .....	104
4.2.1 Fases editoriais .....	104
4.2.2 Edições Especiais.....	107
4.2.3 Seções temáticas .....	111
4.2.4 O lugar social dos autores que mais publicaram na RBAE .....	117
<b>5 SOCIABILIDADES INTELLECTUAIS E RELAÇÕES DE PODER INSTITUÍDAS NA RBAE</b> .....	<b>121</b>
5.1 AS REDES DE CRIAÇÃO E DE LEGITIMAÇÃO DO IMPRESSO.....	122

5.2 AS REDES DE PRODUÇÃO DO IMPRESSO.....	129
5.3 PODER SIMBÓLICO E RE(ESTRUTURAÇÃO) DE UM SUBCAMPO.....	139
<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>147</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>159</b>

## MEMORIAL

A respeito da minha formação, posso mencionar que eu nasci, cresci e sempre estive na Escola. Da minha infância e adolescência, não há momento em que a minha vida não estivesse relacionada ao ambiente escolar. Quando não estava na escola, estudando, estava na escola, acompanhando a minha mãe, que era professora em escolas rurais no município de Cianorte-Pr. Então, não exito em afirmar que sempre estive na escola! E, sempre em escola pública.

Me lembro que no “pré”, estudávamos no salão da igreja com a “tia Edna”, por não haver salas de aula disponíveis na escola do bairro. Na etapa do fundamental passei por três escolas: Escola Estadual Vicente Machado e Colégio Estadual Itacelina Bittencourt e na Escola Estadual Vereador José Balan, em Umuarama-Pr. A minha relação afetiva é maior com a primeira escola, na qual estudei a primeira etapa do fundamental. Talvez pelos vínculos afetivos e por algumas amigas que permanecem até hoje. Neste período, tive a minha mãe como professora na 2ª e 4ª série. Sempre fui muito questionadora e inquieta em relação ao que estudava, e muito “faladeira” em sala de aula. Me recordo de na 1ª série a “tia Noêmia” me colocar para ajudar os alunos com maior dificuldade, já que eu terminava primeiro. E eu adorava! Desde pequena, era muito comum ouvir: - Você quer ser professora?! Ah, essa será professora como a mãe, vive na escola! Mas, fugindo de todos os indicativos de que eu optaria pelo Magistério e me tornaria professora, optei, no então 2º grau, pela formação técnica em Contabilidade.

Durante o terceiro ano do curso, em tempos de escolha da graduação, ora pensava em Direito, ora em Ciências Contábeis, ora em Administração, me recordo que o importava para mim naquele momento era conseguir ingressar na UEM. Assim, fiz o vestibular em 1998 e ingressei no curso de Administração. Durante a minha formação tinha algumas angústias em relação a carreira que queria seguir, pois, não via no mundo empresarial a minha opção de vida profissional. E incentivada por alguns professores pelos quais tenho muito carinho e que hoje alguns são meus pares de trabalho, me tornei professora! Concluí a minha primeira especialização em 2004, um MBA em Recursos Humanos, que me deu condições para trilhar um caminho docente e profissional nessa área, do qual me orgulho muito. Juntamente com a atividade docente, trabalhei como Coordenadora de Recursos Humanos em uma escola de cursos profissionalizantes, na qual me tornei Coordenadora Pedagógica, posteriormente. Era muito comum eu ter o seguinte pensamento: “Eu saio da escola, mas, a escola não sai de mim”!

Tendo a consciência de que eu queria continuar na docência, apesar de ter protelado por algum tempo, eu sentida a necessidade de ingressar no Mestrado, e mais uma vez, eu queria na

UEM. Foram sete processos seletivos, muitas dores, muitas lágrimas, momentos de indignação, de tristeza, de vontade de desistir, de sensação de incapacidade. Foram momentos difíceis, porque eu me sentia capaz e não conseguia a aprovação. Depois, entendi que tudo tem o seu tempo e a sua hora. Em 2008, ingressei no Mestrado em Administração na linha de Estudos Organizacionais, no programa que na época era consórcio UEM/UEL. Tive um anjo em minha vida, minha orientadora (hoje minha amiga) Maria Iolanda Sachuk, que desde o processo seletivo viu em mim a capacidade e o desejo de aprender, ao mesmo tempo em que compreendeu e reconheceu a minha necessidade de manter a carreira docente e profissional paralelamente aos estudos do Mestrado. Nessa época, lecionava em duas instituições diferentes e era coordenadora pedagógica na escola de cursos profissionalizantes.

Durante o período de estudos do mestrado, fiz parte do grupo de pesquisa: “Grupo de Estudos Organizacionais – GEO”, do qual a minha orientadora era líder e do projeto institucional “Relações de Trabalho em Organizações Contemporâneas: Dilemas e Significados”, também coordenado por ela. Nestes contextos, as leituras que mais me envolviam eram as de autores que tinham como *lócus* a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a Educação. Me recordo da primeira vez em que estudamos “Vigiar e Punir” (Foucault), que eu senti um misto de tantos sentimentos, que para tentar definir o meu pensamento acerca do livro, carreguei-o comigo durante muito tempo. E para minha surpresa, Foucault surge novamente em minha vida durante o Doutorado.

Acredito que a minha orientadora viu em mim esse apreço pela área de Humanas e me sugeriu cursar uma disciplina que acontecia na UEM, que se intitulava: “Trabalho e Subjetividade: dimensões cotidianas”. Fechamos com essa disciplina um ciclo importante e conseguimos, juntas, chegar ao objeto de pesquisa para a dissertação: eu trabalharia com o significado do trabalho e carreira profissional. Os caminhos me levaram a realizar a pesquisa com ex-cortadores de cana-de-açúcar, que já não estavam mais no campo, mas, que desenvolviam outras atividades dentro das Usinas. O adentrar nos ambientes de quatro Usinas de nossa região foi possibilitado a mim por um aluno meu, que trabalhava na área de formação de pessoas em uma das usinas. Durante a escrita da pesquisa, “descobri Habermas”! Ele foi o meu grande amor durante o período da dissertação. Estudei a emancipação humana por meio da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, bebendo mais uma vez, na fonte da Filosofia.

Era comum, em muitos momentos, ouvir: “O que você pesquisa não é de Administração”, “essa pesquisa não dará em nada”, “o que você fará com isso no final de tudo?”. No começo, eu argumentava, discutia e elucidava, mas, com o tempo, optei por começar a delinear um novo caminho para a minha carreira, pois, eu sentia que não poderia “ficar” no



campo da Administração. Em meio a alguns contratemplos da vida, finalizei a minha pesquisa e defendi a dissertação em 2010. Os dois anos seguintes foram muito penosos para mim, pois, eu queria fazer o Doutorado, mas, não tinha certeza (na verdade tinha!) de que não queria em Administração. Por desencargo de consciência e “sem vontade” de passar, tentei dois processos seletivos de Doutorado em Administração, um na UFU e outro na FGV.

Paralelo a tudo isso, continuava o exercício da docência. No ano de 2011, comecei a trabalhar também na modalidade a distância, na qual estou até hoje. Em 2014, deixei o meu cargo de coordenadora pedagógica e passei a me dedicar unicamente à docência.

O ano de 2014 foi um divisor de águas em minha vida, tentei o processo seletivo para ingresso no Doutorado em Administração na UEM, não passei! De repente, me vi embebida por todos aqueles sentimentos que antecederam o ingresso no Mestrado, naquela hora, percebi que havia chegado o momento de assumir para mim mesma que não era aquilo que eu queria. Parei de lutar contra a força que me empurrava para Educação e tomei duas decisões: ingressar no curso de Pedagogia e me preparar para o Doutorado em Educação. E é claro, mais uma vez, eu queira na UEM! Para mim é muito importante relatar isso, pois, foi uma escolha minha e não uma segunda opção. Voltei para “a escola”! É onde eu me sinto feliz, é onde me realizo, é onde quero contribuir.

Nessa poética de voltar para a escola, diante da condição de ter participado do processo seletivo para cursar disciplinas como aluna não-regular, fiz o meu primeiro processo seletivo para o Doutorado em Educação em 2015, e, mesmo não tendo passado, me recordo de ter ficado bem feliz com o resultado, já que eu havia “mudado” de área. E, como Deus nunca falhou em minha vida, no primeiro semestre de 2016, pude cursar a disciplina de “História Cultural e Educação”, que me abriu os olhos para novas possibilidades analíticas com a Nova História Cultural. Descobri Roger Chartier e Marc Bloch como os meus novos amores! Foi durante essa disciplina que escolhi o lugar que deseja estar, que era a História da Educação. O interessante nesse contexto, é que a disciplina foi a minha segunda opção de escolha, o que me faz acreditar ainda mais na premissa de que “o que tem que ser, será”!

Os desafios não pararam, no ano de 2016, fui convidada para ser coordenadora de dois cursos na EaD: Bacharelado em Administração e Tecnologia em Processos Gerenciais. Mais uma vez, estava eu, entre a Administração e a Educação. Neste ano, também iniciei uma pós-graduação em Gestão Educacional. Como estava a minha vida neste momento? – 2º ano da graduação em Pedagogia, cursando um novo curso de especialização, coordenadora de dois cursos e me preparando para a seleção do doutorado em Educação. Fiz o meu projeto para a linha de História e Historiografia da Educação, com a proposta de trabalhar Memória, História

e Cotidiano no Ensino Primário Rural. De fase em fase, cheguei à aprovação. É com lágrimas nos olhos que me recordo da sensação maravilhosa que senti quando vi o meu nome na lista de aprovados. Que realização! Que felicidade! Que superação!

Estudei muito, trabalhei duro nos meses seguintes. Precisei desconstruir toda uma forma de pensar a pesquisa. Mudei a concepção teórico-metodológica, mudei de área, estava dentro da História da Educação e mudei de projeto de investigação. Conheci uma nova face de Foucault, explorei um pouco mais a obra de Peter Burke e fui apresentada a Le Goff. Passei a entender o sentido de ter uma fonte de pesquisa com a qual eu pudesse trabalhar. Fui relutante no começo, tentando fugir da Administração, buscando aleatoriamente por fontes históricas. Mas, tive dois anjos em minha vida, as professoras Elaine Rodrigues e Ednéia Rossi que me incentivaram a buscar por uma fonte que me permitisse explorar também o lugar do qual eu vinha, a Administração. Nessa fase eu me questionava sobre o que fazer e como fazer. A descoberta da minha fonte de pesquisa aconteceu depois de alguns meses de busca e reflexão. Depois de ter contato com as leituras a respeito dos estudos com impressos, o que eu sabia é que queria muito adentrar neste campo de pesquisa.

Quando cheguei ao impresso RBAE e descobri um conjunto documental que poderia ser investigado historicamente pelas vias da imprensa, senti que estava ali a grande oportunidade de realizar uma pesquisa que contribuiria para o campo da história da educação, ao mesmo tempo que pudesse representar a minha identidade (híbrida), que carrega marcas e sensibilidades da Educação e da Administração.

Nas páginas a seguir, apresentarei o estudo desenvolvido, sob a orientação da professora Elaine Rodrigues. Uma narrativa embebida por toda a minha trajetória de vida, em especial pela minha formação nos Programas de Pós-Graduação da UEM, pelos teóricos estudados, pela minha vivência como Coordenadora de Cursos e, principalmente, pela minha percepção de pedagoga, gestora e professora nos campos da Educação e Administração, diante da fonte e objeto de estudo que foi investigada.

## Da organização das seções

A primeira seção é composta pela “*Introdução*” na qual se dá acesso aos meandros dessa investigação, apresentando o ponto de partida da pesquisa, a fonte e objeto de estudo e os principais intelectuais que influenciaram na criação da ANPAE e RBAE. Apresenta-se ainda na primeira seção aspectos teórico-metodológicos que se mostraram fundamentais para delineamento de problemática, objetivos, justificativa, recorte temporal e principalmente para a tese defendida.

A segunda seção, intitulada “*Construção de uma pesquisa com impresso na história da educação: caminhos percorridos*”, apresenta os caminhos teórico-metodológicos percorridos durante a investigação. O objetivo desta seção é conduzir e familiarizar o leitor com a pesquisa e revelar o desenho da investigação para que possa orientar pesquisas posteriores no estudo com impressos, em história da educação.

A terceira seção, sob o título “*ANPAE e RBAE: estratégias para entrada e permanência no campo educacional brasileiro*”, apresenta a análise realizada sobre as formas e usos da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) pela Associação Nacional de Profissionais de Administração (ANPAE) para o campo educacional brasileiro e legitimar a sua participação na disseminação do conhecimento e construção da consciência acerca da administração da educação e no ganho de poder simbólico no campo educacional.

A quarta seção foi intitulada “*Mediações Editoriais e Imposição Simbólica*”. O intuito é apresentar a análise dos projetos gráficos e mediações editoriais da RBAE em seus primeiros quatorze anos de circulação e desvendar os modos e usos do impresso como um instrumento de imposição simbólica que corroborou para a disseminação do ideário de um grupo específico acerca da administração da educação no Brasil.

A quinta seção trará as sociabilidades mapeadas na RBAE e os microcosmos intelectuais formados na produção do impresso durante o período de 1983 a 1996. Sob o título “*Sociabilidades intelectuais e relações de poder instituídas na RBAE*”, essa seção apresenta a análise das afinidades mais difundidas e determinantes em seu ciclo de vida e as relações de poder que influenciaram na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil.

A sexta seção compõe-se das “*Conclusões*” a que se chegou com essa pesquisa de doutoramento.

# 1 INTRODUÇÃO

No fazer historiográfico, o historiador é um sujeito vivo, não se constituindo em um ser sedentário, um burocrata, mas sim, um aventureiro, um explorador e andarilho fiel em busca de vestígios (BLOCH, 2001), que por meio de sua apreensão revela aquilo que até então não foi dado a ver. “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas, o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa (BLOCH, 2001, p. 75)”, por meio do processo árduo no qual o pesquisador se engendra e busca compor um todo a partir de fragmentos, apreendendo que “[...] a história não é o passado, mas uma construção” (VIDAL, 2011, p. 277).

Nesta pesquisa de doutoramento, o fazer historiográfico teve como ponto de partida um desejo pessoal em melhor compreender os preceitos da administração da educação no Brasil, por vias da imprensa periódica educacional. Após um período de investigação e maturação conceitual e metodológica, que compreendeu a leitura de textos, estudos em disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), discussões e reflexões nas reuniões do grupo de pesquisa História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (HEDUCULTES), e, a busca por uma fonte/conjunto documental que possibilitasse a realização do estudo almejado, elegeu-se como fonte e objetivo desta investigação a Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE), haja vista as suas potencialidades para o desenvolvimento da historiografia da Administração da Educação no Brasil.

Sabe-se que o processo de construção do conhecimento contribuiu para a substituição do termo administração pelo termo gestão no campo da Educação. Mas, com fins de preservar o significado original atribuído a RBAE e as bases conceituais e teóricas que lhe deram vida, optou-se nesta pesquisa por utilizar o termo “administração da educação”<sup>1</sup>.

Editado e publicado pela ANPAE, então denominada Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação<sup>2</sup>, o impresso RBAE foi apropriado nesta pesquisa como um dispositivo de imposição de saberes e normatização de práticas produzidas e compartilhadas a partir de um lugar de poder (CERTEAU, 1998). A Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE) foi criada em 1961, com foro e sede na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, congregando administradores,

---

<sup>1</sup> Acerca da significação e ressignificação dos termos administração e gestão, uma discussão conceitual é apresentada com maior detalhamento no item 2.6 deste trabalho.

<sup>2</sup> Nomenclatura original da associação. A ANPAE mudou o *significado* do seu nome ao longo dos tempos, como será apresentado posteriormente.

professores, especialistas e instituições dedicadas ao desenvolvimento do pensamento acerca da administração da educação e áreas afins. A Associação centrava a sua proposta em reunir estudiosos e professores de universidades públicas e privadas do país, que se voltavam à questão da administração da educação e escolar.

Dentre os intelectuais que contribuíram para a concepção e fundação da ANPAE estão: Antônio Carneiro Leão (1887-1966), Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), Anísio Teixeira (1900-1971), José Querino Ribeiro (1907-1990), Lauro Esmanhoto (1913-1990), Antonio Pithon Pinto (1911-(...))<sup>3</sup>, Paulo de Almeida Campos (1910-1991)<sup>4</sup> e Carlos Corrêa Mascaro<sup>5</sup> (1911-1990). A análise mostrou que estes intelectuais nos diversos lugares em que são citados na história da referida associação, são compreendidos como aqueles que tomaram consciência da necessidade de sistematizar conhecimentos acerca das práticas da administração do ensino, de defender e valorizar os pesquisadores e docentes da administração escolar nos meios acadêmicos e de conceber estratégias políticas e organizacionais para um novo sistema nacional de ensino.

Assim, em 1981, a ANPAE lança mão de sua primeira estratégia com fins de sistematizar e socializar o conhecimento acerca da administração da educação e escolar no Brasil, lançando a Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE), que nasce com a proposta discutir questões teóricas e práticas que contribuíssem para o fortalecimento deste subcampo<sup>6</sup> na educação brasileira. A criação da Revista mostrou-se relevante diante da necessidade (exposta por seus integrantes) de existir um veículo de comunicação e intercâmbio que visasse o aperfeiçoamento profissional dos administradores educacionais. Assim criou-se uma revista especializada que ao disseminar formas de pensamento acerca da administração da educação e escolar, contribuiu para o delineamento de uma área que buscava o seu espaço no campo da Educação e para a formação dos profissionais que dessa área fizessem parte.

A criação da RBAE foi caracterizada por um de seus idealizadores, Benno Sander, como uma iniciativa intelectual destinada a desempenhar um papel fundamental no aprimoramento do estudo e do exercício da administração da educação e áreas correlatas no Brasil. “A Revista está nas mãos dos educadores como veículo de intercâmbio, de debate, de educação, de participação no esforço de construção e reconstrução do conhecimento científico no campo da Educação” (palavras de Sander na primeira edição da RBAE).

---

<sup>3</sup> 1º Presidente da ANPAE (1961-1971).

<sup>4</sup> 2º Presidente da ANPAE (1971-1974). Não encontrado nota sobre o falecimento.

<sup>5</sup> 3º Presidente da ANPAE (1974-1976).

<sup>6</sup> O entendimento acerca do subcampo dar-se-á no desenvolvimento da tese defendida nesta investigação, a partir da concepção de Bourdieu (2011; 1983).

A intencionalidade do impresso é apresentada de duas formas: (1) por um de seus idealizadores ao dizer que “desde o seu nascimento, a Revista tornou-se o projeto prioritário da ANPAE, como veículo especializado de socialização do conhecimento e de práticas inovadoras em matéria de política e gestão da educação e seus processos de planejamento e avaliação [...]”; e (2) no corpo do próprio impresso como: “destinada a apresentar e discutir questões teóricas e práticas da administração da educação”. Foram 23 números publicados no período de 1983 a 1996. Destes, 9 foram edições que veicularam, na íntegra, textos de eventos científicos. A partir de 1997 o impresso incorpora o termo “Política”, denominando-se a partir desta data Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE), nomenclatura que permanece até os dias atuais, ano de 2020.

A segunda estratégia da ANPAE com o impresso, foi promover a sua circulação em âmbito nacional. Interesse este que pode ser observado no editorial do v. 2, n.1, onde se evidencia o incentivo financeiro recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Agência Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), permitindo a impressão de 2.000 exemplares de cada número desse volume, o que, conseqüentemente promoveu maior circulação. Neste mesmo editorial, expõe-se que os principais beneficiários com a maior circulação da RBAE são os seus assinantes, as bibliotecas universitárias e os órgãos de pesquisa em educação.

A periodicidade da RBAE ocorreu em intervalos regulares no período de 1983 a 1996, sempre com 2 (duas) edições anuais, salvo dois momentos de interrupção: o primeiro, no segundo semestre de 1987, sendo a edição deste período publicada em 1989; e, o segundo, nos anos de 1988 e 1989, que não foram publicadas edições do impresso. O *locus* editorial da RBAE sempre esteve vinculado à presidência da ANPAE.

Nesse intercurso editorial, laços intelectuais foram se constituindo em torno da RBAE, formando assim, redes de sociabilidades compostas pelos participantes do periódico. Essas sociabilidades formaram um pequeno mundo estreito (SIRINELLI, 2003) em torno da RBAE, com atividades e comportamentos intelectuais que apresentaram como traços específicos, o desejo de: fortalecer laços, delinear espaços de discussão e legitimar saberes acerca da administração no campo da Educação no Brasil, a partir de um lugar de poder de intervenção intelectual. Tendo esta finalidade, as narrativas que compõem o impresso colocaram em evidência dois aspectos principais: (1) elementos e assuntos que compõem a administração da educação e escolar; e, (2) a formação do profissional da administração da educação e escolar<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Apresenta-se aqui o termo “escolar” fazendo referência ao que emerge na manipulação do impresso, não sendo este espaço – a escola – trabalhado nesta investigação.

Considerando tais premissas, somadas a necessidade de delineamento da investigação, tomou-se a seguinte questão central como problema de pesquisa para o desenvolvimento desta tese, a saber: Quais os usos da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) mediante o seu projeto editorial de socialização do conhecimento e (re)estruturação de um ideário acerca da administração da educação no Brasil, em circulação no período de 1983 a 1996?

A problemática mostrou-se relev'ante e significativa na medida em que possibilitou captar as estratégias difundidas pelas mediações editoriais da RBAE, empreendidas pela ANPAE para a disseminação do conhecimento acerca da administração da educação no Brasil, sendo essa, amplamente reconhecida no referido impresso, como órgão oficial e instância legitimadora desse subcampo educacional em nosso País.

Diante desta premissa, vale ressaltar que tanto a ANPAE, quanto o periódico, ocupam um lugar de poder no campo intelectual da educação brasileira, sendo estes bem qualificados perante os parâmetros avaliativos da comunidade acadêmica<sup>8</sup>.

Fez-se possível ainda, por meio da problemática, traçar o caminho teórico-metodológico desta investigação, surgindo no processo de interrogação da fonte e objeto de estudo, questões adjacentes à problemática central deste trabalho, conforme segue:

- 1) Qual a importância atribuída pela ANPAE ao impresso citado, no âmbito de fortalecimento e construção de consciência acerca da administração da educação no período considerado?
- 2) Que projetos gráficos e mediações editoriais foram propostos pelos editores para que o periódico assumisse a função de órgão oficial da ANPAE, buscando desse modo, ocupar e legitimar um espaço de discussão e conhecimento acerca da administração da educação no Brasil?
- 3) Qual a contribuição do impresso na (re)estruturação do pensamento e delineamento do subcampo da administração da educação no país?
- 4) Quem eram os principais editores e/ou colaboradores da RBAE e as redes de sociabilidade que sustentaram a produção e circulação do impresso?
- 5) O que revelam a história e materialidade do impresso e as redes de sociabilidades tecidas mediante o projeto editorial da RBAE?

---

<sup>8</sup> Considerando o triênio 2013-2016 na área de Educação a RBAE detém de classificação B1 e a RBP AE, classificação A2 – Dados da Plataforma Sucupira.

Tais questões apontaram caminhos para a investigação desta pesquisa de doutoramento. A RBAE foi analisada como um instrumento simbólico de conhecimento e construção de pensamentos, que a partir da concordância de um grupo específico de professores universitários brasileiros, disseminou questões teóricas, políticas e práticas sobre a administração da educação no país. Para sustentar essa discussão, apoiou-se em Bourdieu (2011; 2002; 2001; 1990; 1983), no que tange a elementos que compõem a Teoria dos Campos.

No bojo das discussões, valeu-se ainda da RBAE, como suporte de memória (NORA, 1993; LE GOFF, 1990), fruto das estratégias desenvolvidas pelos seus produtores e da disputa de posições no campo educacional, para conquistar um espaço de poder que legitimasse o papel fundamental da administração da educação na organização do conhecimento, das políticas e das práticas pedagógicas na educação brasileira.

Entendendo que este espaço de poder pleiteado pelos idealizadores e produtores da RBAE, se caracteriza como uma região menor, um recorte no interior do campo educacional brasileiro, a administração da educação foi tomada nesta investigação como um subcampo – um subespaço que se constitui no âmbito das disputas de produção do conhecimento e dos interesses dos sujeitos pelos domínios do poder simbólico no campo mais amplo que os envolve.

Como campo, entende-se o espaço de lutas e disputas dos sujeitos por controle e legitimação dos bens produzidos para conservar ou transformar esse campo de forças. O campo tem como um de seus princípios a estrutura das relações objetivas entre as posições ocupadas pelos diferentes agentes, os quais determinam a forma de tais interações, o que se pode ou não pode fazer (BOURDIEU, 2011).

O subcampo caracteriza-se como um subespaço dentro do espaço, que reproduz a estrutura do campo que o envolve – a existência da relação de forças entre os agentes ou instituições engajadas na luta, do objeto de disputa e das pessoas dotadas de *habitus* e prontas para disputar o jogo (DUVAL, 2013; BOURDIEU, 1983).

Compreender a gênese social do subcampo da administração da educação em nosso país por meio do impresso RBAE, apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de conteúdos que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, levou à possibilidade de desvelar os atos de seus produtores e as obras por eles produzidas, conforme disserta Bourdieu (2011).

Diante de tal premissa e na busca por respostas às indagações levantadas, em que pesem os limites desta pesquisa para o entendimento das questões teóricas e práticas do subcampo da



administração da educação no Brasil, balizados pelo recorte temporal e *corpus* documental eleito como fonte e objeto, defende-se a seguinte tese: A Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) foi um instrumento de imposição simbólica estrategicamente utilizado para ampliar o capital simbólico da ANPAE no campo educacional brasileiro, legitimando o seu poder de intervenção na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no país.

Em termos histórico-empírico, a sustentação da tese defendida se dá por meio dos vestígios encontrados durante o estudo da materialidade da RBAE e das representações expressadas nas narrativas dos editoriais. Assim, com base na concepção de Biccás (2008), os elementos que deram suporte ao estudo foram: (1) a RBAE como suporte de texto e (2) os próprios textos que veicula, especificamente, os editoriais de cada número manipulado. Vale ressaltar que Biccás (2008) destaca um terceiro elemento, o da apropriação nas práticas. Aspecto este que enfoca o discurso produzido a partir dos sentidos e deslocamentos provocados pelo ato de leitura, algo que não foi objeto de análise nesta investigação.

Teoricamente, apropriou-se da concepção de Sirinelli (2003) para fundamentar os laços que se atam em torno da redação da revista e do seu conselho editorial, formando uma estrutura (rede) de sociabilidades, um lugar que permite a análise do movimento das ideias, e, da noção de campo, subcampo e sistema simbólico de poder, de Bourdieu (2011; 2002; 2001; 1990; 1983), para fundamentar as lutas, as estratégias e os interesses dos agentes idealizadores e produtores do impresso.

Com fins de aprofundar as discussões que sustentam a tese defendida neste trabalho e responder a problemática central, bem como as questões adjacentes desta investigação de doutoramento, assumiu-se como objetivo geral: Compreender a representatividade da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE), mediante o seu projeto editorial de socialização do conhecimento e (re)estruturação de um ideário acerca da administração da educação no Brasil, no período de 1983 a 1996.

A consecução deste objetivo, emerge de um trabalho mais particular, materializado nesta pesquisa por meio dos seus objetivos específicos, assim definidos:

- ✓ Investigar as formas e usos do periódico pela ANPAE para integrar o campo educacional brasileiro e legitimar a sua participação na disseminação do conhecimento e construção da consciência acerca da administração da educação Brasil;

- ✓ Descrever e analisar os projetos gráficos e mediações editoriais no referido impresso, em seus quatorze primeiros anos de circulação;
- ✓ Discutir a respeito dos agentes produtores e estratégias difundidas na e pela RBAE, no que tange a oficialização de um espaço de discussão acerca da administração da educação no campo educacional brasileiro;
- ✓ Mapear e descrever as redes de sociabilidade tecidas e quais grupos são mais evidentes pela forma de produção e circulação do impresso;
- ✓ Revelar as intencionalidades e estratégias dos agentes idealizadores e produtores da RBAE, com base na análise da história e materialidade do impresso e nas sociabilidades intelectuais tecidas durante o período estudado.

Faz-se ainda necessário tratar do recorte temporal que delimitou o presente estudo, apropriado aqui como sítio arqueológico, considerando a premissa de arqueologia de Le Goff (1990). Para o delineamento do sítio arqueológico, o marco inicial considerado foi o ano de 1983 – ano de publicação do primeiro número do impresso – e o marco final o ano de 1996 – onde ocorre a inserção do termo “Política” na nomenclatura do impresso, que passa a ser denominado Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, terminologia que permanece até os dias atuais<sup>9</sup>. Para justificar tal demarcação temporal, enfatiza-se: (1) ser o período em que a revista manteve a sua identidade nominal de origem, e (2) contemplar um período de democratização e de abertura política no país, se constituindo assim, terreno fértil para o debate acerca da administração/gestão da educação<sup>10</sup>.

Por meio da investigação realizada nesta pesquisa de doutoramento, constitui-se um novo território de investigação para o subcampo da administração da educação no Brasil, de modo a compreender que as suas clivagens teórico-empíricas não foram forçosamente organizadas em uma realidade posta e objetiva, mas, que foram fruto das apropriações e representações construídas durante a organização, análise e escrita deste trabalho.

No que diz respeito às razões, motivações e justificativas para a organização deste repertório de pesquisa e a realização do presente estudo, merecem destaque: (1) a minha vontade em produzir instrumentos teórico-metodológicos que deem acesso à uma fonte histórica fértil e multifacetada, haja vista que a investigação e o delineamento do estado da arte

---

<sup>9</sup> Entenda-se por dias atuais, o ano de 2020.

<sup>10</sup> Na Seção 2, sob o título: “Fermentações históricas do período estudado”, são abordados acontecimentos e fatos históricos do recorte temporal desta investigação, que se mostraram relevantes para enriquecer o debate proposto nesta pesquisa.

revelou que os trabalhos realizados em torno da RBAE, não tiveram como vias de acesso o estudo com impressos periódicos e os preceitos teórico-metodológicos da Nova História Cultural; (2) o meu desejo em fortalecer a afirmação da imprensa como objeto de estudo autônomo, tomando o impresso RBAE como fonte e objeto de pesquisa, compreendendo-o como um dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material para as práticas escolares (RODRIGUES; BICCAS, 2015), nesse caso para a administração da educação; (3) o meu desejo em contribuir para a renovação metodológica e conceitual da História da Educação por meio da operação historiográfica (CERTEAU, 1982), haja vista que o referido periódico possibilita conjugar os pressupostos dos campos da administração e da educação<sup>11</sup>.

Como aponta Certeau (1982, p. 56) “[...] a operação historiográfica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*” (grifos do original), o que permitiu dar contornos precisos à acepção teórico-metodológica que conduziu a produção do texto desta pesquisa de doutoramento, bem como o delineamento da problemática, tese e objetivos.

Assim, a operação historiográfica, caracterizou-se como todo o fazer da investigação. Fazer este, que se delineia em um processo composto de etapas que se retroalimentam e orientam a ação do historiador na busca por vestígios que contribuirão para cumprir com a tarefa de expor/revelar, aquilo que até então estava invisível ao fato. Nesta pesquisa, a operação historiográfica iniciou-se com as primeiras inquietações a respeito do que se desejava investigar: a questão da administração da educação no Brasil. Destaca-se assim, que o primeiro envolvido na operação historiográfica, é o historiador.

Considerando essas premissas introdutórias na investigação – eleição e manipulação inicial da fonte, questionamentos levantados, tese, objetivos delineados, e o suscitar de novos olhares para o subcampo da administração da educação – construiu-se um itinerário teórico-metodológico para o desenvolvimento deste trabalho. Itinerário esse, que representa a concretização da operação historiográfica que deu vida a esta pesquisa de doutoramento. Apresentar-se-á na seção a seguir, diálogos e construção desse caminho teórico-metodológico.

---

<sup>11</sup> Optou-se por apresentar a originalidade desta investigação no item 2.5 deste trabalho.

## 2 CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA COM IMPRESSO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CAMINHOS PERCORRIDOS

*“[...] a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas”.*  
*Michel de Certeau*

Esta seção tem por objetivo apresentar a construção teórico-metodológica, os caminhos percorridos nesta investigação. Tem-se como intuito, além de conduzir e familiarizar o leitor com a pesquisa, revelar o desenhar da investigação para que possa orientar pesquisas posteriores no estudo com impressos, em história da educação.

A seção foi organizada de modo a: contextualizar acerca da pesquisa em história da educação pelas vias da imprensa; apresentar como ocorreu o processo de eleição da fonte e a construção do objeto de investigação; apresentar a problemática e tese apreendidas a partir do contato e manipulação da fonte; demonstrar o trajeto teórico-metodológico percorrido durante os primeiros contatos com a fonte; apresentar alguns dos acontecimentos do período delimitado pelo recorte temporal e que deixaram marcas na história da educação; refletir acerca das revelações do estado da arte; e, evidenciar os aspectos que caracterizam a originalidade desta investigação.

O desejo que aqui se expõe, é o de que a narrativa promova um contato fidedigno do leitor com a fonte e objeto de investigação, de modo a superar uma das grandes dificuldades e limitações que se colocam durante o processo de construção textual: criar um enredo que transponha as sensações, as percepções, as interpretações e os caminhos percorridos durante a manipulação da fonte de pesquisa e na construção do objeto de investigação.

### 2.1 IMPRENSA PERIÓDICA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Atualmente, a imprensa periódica, pedagógica ou não, tem sido cada vez mais privilegiada como fonte e objeto de pesquisa para os estudos em História da Educação. As notícias, artigos e outras formas de conteúdo veiculados aos diferentes projetos editoriais, apropriados como sítios arqueológicos, tornam-se solos férteis para o historiador da educação, que, por meio de um trabalho apurado de escavação, limpeza e polimento, encontra pistas, evidências e vestígios, até então desconhecidos.

Os estudos por vias da imprensa periódica permitem ao historiador da educação incutir novas formas de interpretação e de inteligibilidade ao passado, dando-lhe condições para a reconstrução da história por meio das apropriações e novas representações elaboradas acerca de questões educacionais específicas, investigadas no *corpus* documental eleito como fonte histórica e/ou objeto de pesquisa.

No caso da “imprensa de educação e de ensino”<sup>12</sup>, Fernandes (2008) ressalta quanto às potencialidades de análise que detêm as publicações dedicadas aos professores, que, além de possibilitar a identificação dos principais grupos e personagens de determinada época histórica, são entendidas como núcleos de informação destinados a produzir e a difundir discursos que visam orientar a sua prática cotidiana de trabalho.

Para o historiador da educação, torna-se então inegável que os artigos e notícias veiculados nos impressos “[...] ajudam a configurar um painel mais vivo e revelador das ações dos personagens diretamente envolvidos naquelas questões e das redes que lhes dão sustentação” (FERNANDES, 2008, p. 16).

Nesta mesma linha de pensamento, Nóvoa (1997) diz que a análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias que podem se situar no nível macro do sistema, como também no plano micro da experiência concreta. O que, para a pesquisa em história da educação, possibilita adentrar e conhecer as realidades educativas de determinadas épocas históricas, tanto em seu sentido amplo, de sistema educacional, quanto no âmbito da escola.

Ao fazer menção ao sistema educacional, joga-se luz e abre-se a possibilidade de investigação no campo da imposição, onde tramitam e são articuladas estratégias, que ao serem veiculadas nos impressos, têm por intuito direcionar o trabalho do seu público-alvo. Ao abordar o âmbito da escola, volta-se a uma perspectiva micro, na qual a análise da imprensa possibilita um “mergulhar” dentro dos seus muros, levando o historiador da educação ao campo da recepção e permitindo-lhe revelar as práticas, a cultura, o cotidiano escolar.

Ao adentrar na história da RBAE, fez-se possível notar o lugar de poder ocupado por seus proponentes e idealizadores, bem como as influências teóricas e ideológicas de grandes nomes da administração da educação na delimitação e legitimação desse subcampo. O mergulho na fonte revelou, por exemplo, que a Revista possuía um núcleo sólido no qual Benno

---

<sup>12</sup> Expressão utilizada por Pierre Caspard no lugar de imprensa pedagógica, do qual tinha ressalvas por parecer indicar textos que se restringiam a temas ligados à pedagogia ou a teorias pedagógicas. Para esse autor, a imprensa da educação e de ensino abrange um conjunto de revistas destinadas aos professores e consagradas às questões da educação escolar (FERNANDES, 2008).

Sander – que foi um dos proponentes e idealizadores do impresso – tornou-se o agente principal na rede que sustentou e fez propagar o ideário do projeto editorial da RBAE.

Em um sentido metodológico de pesquisa, a imprensa periódica se torna então, via de acesso e instância privilegiada aos meandros da sociedade, e, no caso da história da educação, do campo educacional. As condições materiais e técnicas dos impressos periódicos são dotadas de significados e historicidades, e, muito podem dizer sobre os contextos socioculturais sobre os quais circularam. Os estudos que tomam por fonte e/ou objeto de pesquisa a imprensa periódica, possibilitam ao historiador da educação novas formas de apreensão acerca dos percursos do passado, por meio das rupturas e continuidades que lhe são reveladas durante a pesquisa, fornecendo-lhe ainda, maiores possibilidades para pensar a educação hoje, como também projetá-la para o futuro.

Isto posto, um estudo por vias da imprensa, em especial para a História da Educação, se mostra relevante tendo em conta razões de ordens diversas. Por sua natureza fugaz e imediata, a imprensa revela informações de caráter único e insubstituível e pode se constituir no meio mais adequado para compreender as dificuldades de articulação entre teoria e prática na educação, visto que revela e permite apreender múltiplas facetas do processo educativo em suas perspectivas interna e externa, podendo revelar muitas vozes não ouvidas em outros meios de divulgação. A imprensa é, ao mesmo tempo o lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva, na medida em que seu criador é constantemente julgado pelo seu público, por outras revistas e pelos próprios indivíduos que geraram o impresso (NÓVOA, 1997).

A imprensa caracteriza-se ainda como espaço de afirmação de correntes de ação e de pensamento educacional, “feita” nos meandros dos debates e discussões, polêmicas e conflitos. Mesmo quando o impresso é fruto de vontades individuais, a controvérsia se faz presente, no diálogo com o seu público leitor, nas reivindicações junto aos poderes públicos, como também nos editoriais de abertura (NÓVOA, 1997). Assim sendo, vê-se que ao assumir os impressos periódicos como fonte e objeto de investigação, o historiador da educação põe-se diante da memória de determinado período e do campo de disputas de outras gerações para a edificação de suas ideias e publicação de suas vozes.

Para isso, faz-se necessário sistematizar um conjunto de problemas que suscitem o delineamento de abordagens teórico-metodológicas que permitam a sua interpretação, com vistas a compreender as dimensões que se deseja estudar no campo da educação, ultrapassando, como nos aponta Nóvoa (1997, p 15), “[...] uma mera descrição das ideias, das reformas, dos programas e das práticas educativas”. O que nesta pesquisa, ocorreu por meio da operação

historiográfica, colocando-nos diante do esforço de ampliar o debate no campo da administração da educação no Brasil.

## 2.2 ITINERÁRIO TEÓRICO-METODOLÓGICO: CONCRETIZANDO A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Essa subseção tem por objetivo apresentar os caminhos percorridos na construção desta pesquisa de doutoramento, os preceitos basilares para a apropriação e manipulação da fonte eleita como documento e algumas das revelações que emergiram durante os “primeiros passos” da operação historiográfica. Suscita-se, que os historiadores da educação ao enveredarem na teia de eventos que sustenta o seu objeto de estudo, colocam-se diante de um processo (árduo) de compor um todo a partir de fragmentos. Um processo constituído por uma série de etapas, cada qual com objetivos definidos, que se entrecruzam e delineiam toda a pesquisa.

Estando o historiador envolvido com a sua pesquisa e compreendendo o que se deseja investigar, faz-se necessário eger uma fonte de pesquisa. Uma fase marcada por uma série de buscas, elucubrações, análises, certezas e incertezas. Na efervescência de tais inquietações, a eleição da fonte ofereceu condições para o delineamento do caminho teórico-metodológico a ser percorrido e dos preceitos basilares da operação historiográfica. Como apontam Machado e Rodrigues (2017, p. 254), eger a fonte, “[...] é um passo importante e essencial ao desenvolvimento da pesquisa”, ante a possibilidade suscitada a partir deste momento: delinear os preceitos teórico-metodológicos que darão condições de conferir inteligibilidade ao documento.

Ao refletir sobre o caminho historiográfico e diante do trajeto teórico-metodológico percorrido, sobre o processo da operação historiográfica chegou-se a seguinte representação:

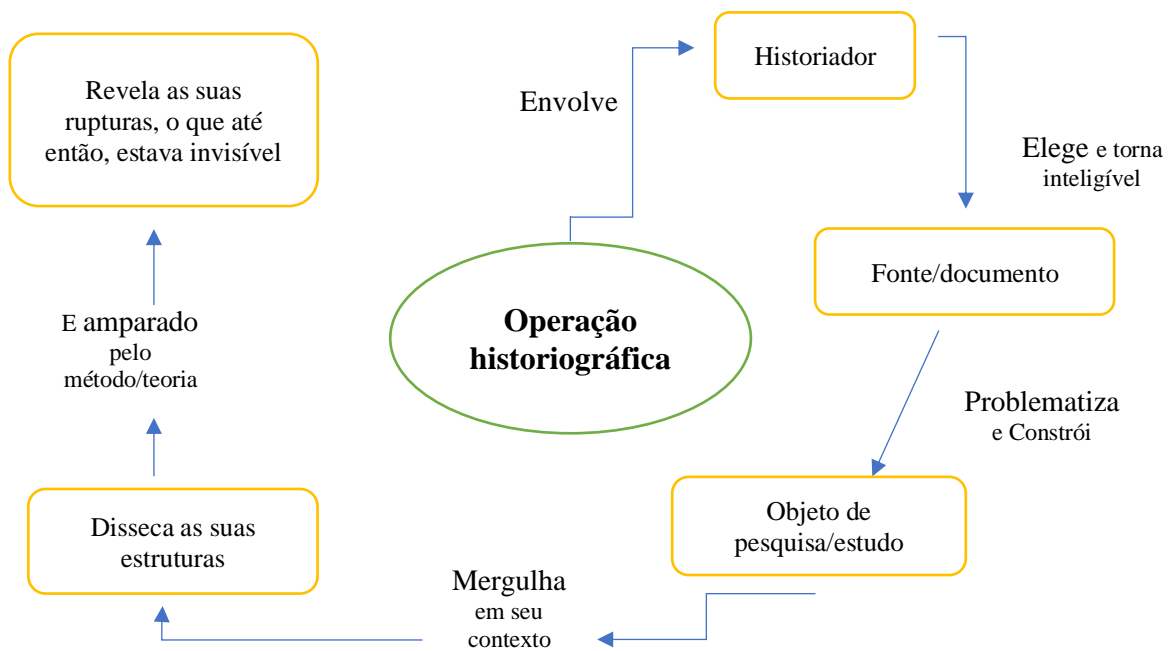


Figura 1: representação da operação historiográfica.  
Fonte: elaborado pela autora (2020).

A figura supracitada pode ser aqui interpretada como um passo a passo da operação historiográfica, sendo tomada como guia de percursos na construção do objeto de investigação a partir da eleição da fonte. Esta pesquisa se propôs a estudar a fonte eleita para investigação, a RBAE, por vias dos estudos com impressos periódicos e balizada pelos preceitos teórico-metodológicos da Nova História Cultural. A construção do caminho teórico-metodológico se deu por meio e a partir da eleição da fonte e não pautado em um método específico e estabelecido *a priori*, sendo necessário para isso, problematizá-la. A fonte, por si só, não diz (quase) nada ao pesquisador, é o seu papel, enquanto historiador, “dar-lhe voz”. Iniciou-se assim, a problematização da fonte e, concomitantemente, a construção do objeto de estudo.

A problematização é apresentada por Machado e Rodrigues (2017) como um trabalho compulsório, praticado a cada nova pesquisa. Quando se mergulha no processo de problematização das fontes, o pesquisador se vê imerso em um universo de questionamentos intrinsecamente ligados à etapa de descrição. Dessas reflexões, emergem dois pontos de atenção: o primeiro deles para destacar que a problematização deve ser o ponto focal de todo o fazer historiográfico, da escrita da História, em específico da História da Educação, enquanto o segundo, coloca diante do historiador um desafio no trato com as fontes – descrevê-las de maneira a problematizá-las (RODRIGUES; BICCAS, 2015); (MACHADO; RODRIGUES, 2017).



Criar uma problemática significa mergulhar na fonte, no documento, adentrando em um campo de fazer relacional, com aproximações, distanciamentos, entrelaçamentos, que levam a questionamentos a serem respondidos por meio da pesquisa. Ao problematizar “[...] as séries, os recortes, os limites, os desníveis, as defasagens, as especificidades cronológicas, as formas singulares de permanência, os tipos possíveis de relação [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 11), novos postulados são postos em questão, novas problematizações são construídas. Buscando atingir esse fim, fez-se necessário mergulhar no contexto da investigação, dissecar as estruturas do objeto de estudo, tomando como basilares os pressupostos teóricos-metodológicos da operação historiográfica.

A primeira possibilidade de adentrar na fonte, interrogá-la, esmiuçá-la e compreendê-la como um documento de pesquisa, deu-se na fase de problematização. Ao adentrar na vida do impresso ocorreu o mergulho em um contexto permeado por estratégias articuladas que funcionam como modeladoras de comportamentos em dado espaço social. Assim faz-se necessário interrogar as fontes sem se deixar seduzir pelas suas aparências. Como apontam Rodrigues e Biccas (2015, p. 152), “[...] recriar o passado de forma a manter o rigor necessário à operação historiográfica sem se deixar seduzir pela possibilidade de realizar uma assepsia ao que um dia exalou o odor da putrefação”.

Durante a etapa de problematização, por meio do movimento contínuo de “mergulhar e emergir”, buscou-se dar inteligibilidade a relação do impresso com o período e campo estudados. Um cuidado que foi permanente, diante do reconhecimento do poder de sedução da fonte durante o processo da pesquisa. Com isso, destaca-se a necessidade de na operação historiográfica o pesquisador estar amparado pelo método e pela teoria, para então, conforme apresentado na figura 1, revelar as rupturas e o que, até então, estava invisível no contexto do seu objeto de investigação.

Vale ainda ressaltar, o movimento de “retorno” que por muitos momentos ocorre na operação historiográfica. Movimento esse que caracteriza as etapas da operação historiográfica, não como etapas estanques e/ou superadas, mas sim, como momentos específicos e pontuais que podem ser revisitados durante a investigação sempre que se julgar necessário. A aderência a fonte e objeto de investigação foi o que possibilitou a discussão proposta, o que não seria possível se não houvesse nesse caminho um constante mergulhar no contexto da RBAE.

O exercício contínuo de revisitação às etapas anteriores do fazer historiográfico, permitiu apreender novos vestígios desse sítio arqueológico, contribuindo assim, para revelar continuidades e rupturas do subcampo de saber da administração da educação, por intermédio da particularidade da historiografia em,

[...] apreender a invenção escriturária na sua relação com os elementos que ela recebe, de operar onde o dado deve ser transformado em construído, de construir as representações com os materiais passados, de se situar, enfim, nesta fronteira do presente onde simultaneamente é preciso fazer da tradição um passado (excluí-la) sem perder nada dela (explorá-la por intermédio de métodos novos) (CERTEAU, 1982, p. 13).

Tal operação permite tecer um novo sentido para a história, rompendo com o determinismo histórico de causa e consequência, com a linearidade, concebendo a história como um processo dinâmico de complexidades, que pode se revelar por meio da reconstituição de encadeamentos. Adentrou-se em um processo de fermentação teórico-metodológica-empírica, impulsionado pelo mergulho “[...] na aparente inocência das fontes, para encontrar a desordem, os limites de uma oscilação, o instante de funcionamento irregular, a delimitar os domínios possíveis da pesquisa histórica (RODRIGUES; BICCAS, 2015, p. 152). Processo o qual tornou possível a construção desta pesquisa e o delineamento da busca por vestígios que revelaram aspectos do processo de delineamento e (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil.

A RBAE foi tomada como fonte e objeto, de modo a ampliar as possibilidades interpretativas e construir novos significados e sentidos para a administração no campo da história da educação subvertendo-lhe os sentidos iniciais já cristalizados e institucionalizados. Como fonte de pesquisa, permitiu compreender como o discurso da ANPAE influenciou nos rumos da administração da educação no Brasil, delineando um ideário para este subcampo educacional. Neste caso, como fonte histórica de investigação, a RBAE representou um arcabouço de conteúdos até então não explorados sob o viés dos estudos com impressos e nos preceitos teórico-metodológicos da Nova História Cultural.

Como objeto, a RBAE, por meio de sua materialidade – organizacional e gráfica – permitiu revelar e atribuir sentido às estratégias difundidas e/ou adotadas pela ANPAE, para difundir e legitimar o ideário que influenciou no delineamento e (re)estruturação do subcampo da administração da educação no país e na conquista um lugar de poder no campo educacional. Ao tomar a revista também como objeto, propôs-se a estudá-la “[...] em um duplo sentido: como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material para as práticas escolares” (RODRIGUES; BICCAS, 2015, p. 153), por meio do mergulho em um espaço constituído por redes de relacionamentos e de sociabilidade, que possibilitou revelar as intenções, expectativas, objetivos e interesses dos atores que compõem o seu corpo editorial.

Entende-se que a revista se caracteriza com um produto de estratégias educacionais e editoriais determinadas, que vieram a tona por meio da descrição e análise de aspectos

relacionados a sua materialidade, aos conteúdos veiculados, às transformações ocorridas em seus projetos gráficos e editoriais e à produção de sentidos desencadeada por tais mudanças. O processo de problematização e mergulho no contexto da fonte e objeto desta investigação, permitiu entender a RBAE como um projeto editorial com intencionalidades específicas, cristalizado em dado momento histórico, constituindo-se ainda enquanto memória coletiva preservada no tempo.

Por assim dizer, para compreender e trazer à vista as intencionalidades da ANPAE ao fazer uso do impresso RBAE para a disseminação de um ideário acerca da administração da educação no período estudado, toma-se como pedra angular para a análise histórica empreendida nesta investigação, os seguintes conceitos e referenciais teóricos: Teoria dos Campos, de Bourdieu (2011; 2002; 2001; 1990; 1983); redes de sociabilidades, de Sirinelli (2003).

O referencial de Pierre Bourdieu fundamentou as discussões que caracterizaram a RBAE como o veículo comunicacional oficial da ANPAE, projetado estrategicamente para divulgar e fazer circular questões teóricas e práticas e aumentar o capital simbólico da associação, que levou ao domínio do delineamento do subcampo da administração da educação no Brasil e contribuiu significativamente para conquistar/fortalecer o seu lugar no campo educacional brasileiro.

A partir da concepção de Bourdieu (1983, p. 89) de que os campos se apresentam “como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”, apreendeu-se a luta dos agentes da ANPAE para a legitimação de poder de intervenção no campo educacional brasileiro. Aferiu-se que a ANPAE, por meio de seus agentes, disputava posições no campo para legitimar a sua fala e disseminar novas perspectivas de interpretação para a administração da educação, destacando-a como fundamental na organização, planejamento e implantação das políticas e práticas educacionais.

Diante da premissa de que o subcampo se comporta da mesma forma que o campo e de que “em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 1983, p. 89), fez necessário lançar mão de uma estratégia relevante para vencer o jogo de disputas.

Com base nessa ideia e na concepção de Bourdieu (1983, p. 93) de que estratégia são “as ações objetivamente orientadas em relação a fins que podem não ser os fins subjetivamente

almejados”, entende-se a RBAE como a estratégia utilizada pela ANPAE na busca por poder para ocupar o lugar que desejava, no campo educacional brasileiro e na (re)estruturação do subcampo da administração da educação.

Como fonte e objeto dessa investigação, mergulhou-se na história da RBAE, na meada das relações e tensões que a constituíram, jogando luz nas condições e processos que sustentaram as operações de produção do sentido, reconhecendo que a sua produção e circulação são encarnados de intencionalidade. Entende-se que este modo de operar sobre o impresso, revelou rupturas e permanências em sua trajetória histórica, e intencionalidades até então, não reveladas.

O mergulho no contexto de idealização e produção do impresso começou vir à tona a intensidade das relações que o sustentaram, desobstruindo pistas inéditas sobre a construção de uma estrutura intelectual que tinha como núcleo central a RBAE e que formavam uma rede a partir do interesse de um grupo de intelectuais em demarcar um espaço no interior do campo educacional brasileiro.

Diante disso, buscou-se suporte teórico-metodológico em Sirinelli (2003) para análise das redes de sociabilidade. Esta categoria permitiu analisar os entrelaçamentos entre os membros do grupo do grupo idealizador e criador da RBAE durante o período de 1983 a 1996 e demonstrar como a força dos laços tem representatividade em um campo. Cabe também esclarecer que a atenção analítica se concentra na abordagem de Sirinelli (2003) e na sua proposta de uma “história dos intelectuais”. Sendo assim, não se realizou análise de outras vertentes e/ou da categoria “intelectuais” nesta investigação.

Ao jogar luz sobre as sociabilidades da RBAE, tomando como aporte a noção que Sirinelli (2003) atribui para o termo, se fez possível desenhar mapas dos grandes eixos de engajamento do grupo de intelectuais idealizadores da RBAE e a identificação de um microcosmo intelectual oriundo de uma matriz comum de intencionalidades. Sob a noção de redes de sociabilidades, investigou-se as conexões intelectuais na trajetória do grupo idealizador e corpo editorial da RBAE no processo de (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 e na busca pela ampliação do poder de intervenção da ANPAE no campo educacional brasileiro.

As redes de sociabilidades foram analisadas como estruturas que se constituíram a partir de atividades, comportamentos e traços específicos dos intelectuais envolvidos. A análise dessa categoria consta na seção 5 deste trabalho.

Também serve de aporte teórico-metodológico a acepção de Le Goff (1990), na apropriação do impresso na acepção de documento/monumento. Como documento, a RBAE

permitiu investigar um determinado fato histórico em dado momento do tempo. Como monumento o impresso representou um dispositivo da memória preservado no tempo, e, com poder de perpetuação (voluntária ou involuntária), um produto da sociedade que o fabricou, um legado à memória coletiva e às relações de forças que na época detinham/almejavam o poder. Um documento/monumento que foi desmontado, questionado e analisado, não para avaliar a sua credibilidade ou definir o que é falso, mas, para desmistificá-lo.

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado está ainda por se descobrir. Parte material: a arqueologia decorre sem cessar dos monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida –, que deixa de ser "definitivamente passado". À relação essencial presente-passado devemos, pois, acrescentar o horizonte do futuro (LE GOFF, 1990, p. 14).

Ao ser eleito como documento, a RBAE permitiu investigar a questão da administração da educação em dado período do tempo, em uma perspectiva de fato histórico. Ao ser editada e publicada pela ANPAE, sendo um veículo oficial para a disseminação do conhecimento acerca da administração da educação no Brasil, a revista foi apropriada como um monumento, que permitiu revelar relações de disputa e de poder no campo educacional e os sinais do passado que perpetuaram e se mantiveram ao longo dos tempos. Como aponta Le Goff,

só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa [...] O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente (LE GOFF, 1990, p. 288; 289).

Assim sendo, empreendeu-se nesta pesquisa uma análise arqueológica da materialidade do impresso RBAE, “uma descrição intrínseca do monumento” (LE GOFF, 1990), com fins de revelar as suas marcas de produção, circulação e usos, bem como as suas estratégias, práticas e intencionalidades, apropriando-se para isso dos dispositivos metodológicos que dão sustentação aos estudos com impressos.

Para abordar historicamente o impresso RBAE em seus primeiros quatorze anos de existência, o *corpus* documental desta pesquisa é composto por 12 volumes e 23 números do impresso, publicados no período de 1983 a 1996. O acesso aos exemplares do periódico ocorreu por meio do acervo virtual da ANPAE. Também foi possível adquirir uma via impressa do volume 1 e número 1 da RBAE, de uso para percepções acerca da materialidade do impresso, podendo ainda ser utilizado para futuros desdobramentos da pesquisa.

Assim, limitou-se a trabalhar com os números do impresso RBAE publicados no período de 1983 a 1996. Estando esses números organizados, fez-se necessário “dissecar” a fonte. Para análise de cada número do impresso fez-se uso de planilha eletrônica, com o intuito de organizar informações sobre: formato, estrutura, seções, número de páginas, editoração, capa etc., uma operação que resultou em um conteúdo organizado em 4 (quatro) abas. O conteúdo das abas 1, 2 e 3, é objeto de informações extraídas do “Expediente” do referido impresso. O conteúdo da aba 4, é objeto construído a partir da análise de cada exemplar da RBAE. As informações que constam em cada uma dessas abas são explicitadas a seguir:

- ✓ Aba 1: caracterização da ANPAE nos números da RBAE investigados. Nesta aba foram explicitadas informações acerca das edições do impresso, ano de publicação, sede, descrição e objetivos da ANPAE, presidente, vice-presidente, conselho deliberativo e diretores e coordenadores de seções estaduais, da associação em cada edição da revista.
- ✓ Aba 2: descrição de um quadro geral da RBAE, especificando: volume e número do impresso, número de páginas, data de publicação, local, responsável pela capa, editoração, impressão e acabamento, editor responsável, instituição de ensino a que o editor estava vinculado, membros do conselho editorial, finalidade do impresso, indicação do presidente da ANPAE em cada uma das edições.
- ✓ Aba 3: apresentação nominal dos consultores editoriais em cada número da revista. Tais consultores atuaram como avaliadores dos trabalhos publicados.
- ✓ Aba 4: detalhamento de informações de cada número da RBAE, contendo: edições (volume e número), número de seções, existência ou não de separação entre as seções, nomenclatura de cada seção, título de cada artigo. Referente a cada artigo, foi descrito ainda: número de páginas, identificação dos autores, bem como as suas áreas de atuação, instituição a que estavam vinculados e formação acadêmica. No que diz respeito à formação acadêmica dos autores dos artigos, estas foram organizadas ainda em 4 (quatro) grandes áreas: (1) Humanas, (2) Sociais, (3) Sociais Aplicadas e (4)

Exatas. Nessa aba, também foi adicionada uma coluna para “observações”, no intuito de registrar dados que se mostrassem relevantes e/ou de destaque na estrutura dos artigos do referido impresso.

A utilização de planilha eletrônica se mostrou pertinente para a operação de dissecação da fonte, por possibilitar a realização de filtros e entrecruzamento de dados no decorrer do estudo. Um trabalho de (re)estruturação fundamental para adentrar nos meandros do impresso, fonte e objeto deste estudo de doutoramento e suscitar as categorias a serem aprofundadas na investigação. À medida que este trabalho de (des)construção e (re)organização foi sendo desenvolvido, constatou-se que outros elementos do impresso RBAE poderiam ser objetos de investigação e análise. Assim, foram organizados em formato de arquivos distintos os seguintes elementos: (1) Capas das edições, (2) Editoriais e (3) Expedientes e Fichas Catalográficas.

No exercício historiográfico de “ir e vir” a fonte de pesquisa, ao adentrar nas páginas da RBAE foram emergindo as categorias de análise para a construção da narrativa que sustenta a tese defendida nesta pesquisa. Assume-se assim, a RBAE como instrumento de imposição simbólica da ANPAE na disputa por lugar de poder no campo educacional brasileiro e no subcampo da administração da educação, elegendo-se como categorias de análise: campo, subcampo e redes de sociabilidade.

O processo de dissecação da RBAE aconteceu de dentro para fora, não para determinar se os seus discursos eram verdadeiros ou falsos, mas, para permitir uma nova escrita para a administração da educação, evidenciando o caráter de monumento e concedendo uma nova posição histórica ao impresso.

O resultado deste processo de desmontar e desestruturar o documento permitiu analisar as suas condições de produção histórica e revelou intencionalidades dos seus agentes promotores, no campo educacional e no subcampo da administração da educação. O alcance deste tipo de resultado, segundo Le Goff (1990) só é possível ao se considerar o documento como monumento, pois através de uma crítica interna, encontra-se as condições de sua produção histórica e a sua intencionalidade inconsciente.

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo [...] é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1990, p. 289).

A partir desta premissa realizou-se uma descrição problematizada da RBAE, por meio da desconstrução e reconstrução que intentaram encontrar para além dos enunciados discursivos explicitados na fonte, as suas teias de sustentação, ampliando as possibilidades de interpretação, já que se pode modificar as perguntas realizadas à fonte (RODRIGUES; BICCAS, 2015). Nesta etapa, realizou-se a leitura preliminar dos editoriais das edições investigadas.

Ao interrogar as edições do impresso RBAE, fez-se possível adentrar em um período marcado pelos debates, tensões e articulações teóricas, políticas e pedagógicas da época. Neste processo de dissecação da fonte e de contato com as narrativas da editoriais da RBAE, fez-se necessário mergulhar no contexto histórico, político e social do período demarcado para a investigação, em busca de elementos que pudessem contribuir com o tecer das análises realizadas. Abordar-se alguns desses elementos a seguir.

### 2.3 “FERMENTAÇÕES” HISTÓRICAS DO PERÍODO ESTUDADO

A RBAE se mostrou uma fonte profícua de investigação, ao ser “gestada e nascida” em um período marcado por mudanças substanciais no Brasil. Essa subseção traz como objetivo situar o período demarcado para esta pesquisa na história da educação brasileira, adentrando nas problematizações acerca da fonte e objeto.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o Brasil perpassou por um período de transição democrática, o que levou o Estado a constituir-se em campo de disputa e negociação em que políticos diversos objetivavam concretizar os seus projetos de sociedade e de educação. Neste período, dois fatos marcaram o avanço da transição democrática: o movimento “Diretas Já”, em 1983-1984; a eleição de Tancredo Neves para presidente da República, em 1984, e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987 (CUNHA, 1988; FIGUEIREDO, 2001). Fatos estes que fomentaram a abertura para o debate de diretrizes e propostas educacionais, bem como a luta dos movimentos em defesa da educação no país. Segundo Cunha (1988), principalmente na década de 1980, houve uma reconfiguração do campo educacional no Brasil, a partir de dois vetores:

Um deles partiu de baixo para cima, orientado para a luta (para-) sindical dos professores, notadamente os das redes públicas de ensino, que estavam proibidos de fazê-lo pela legislação do país. Outro vetor partiu de cima para baixo, orientado pela análise crítica dos processos educacionais com vistas à reformulação da política do Estado para o setor. Ambos os vetores tiveram



condições de possibilidade produzidas pela própria política educacional dos governos militares (CUNHA, 1988, p. 26).

Cunha (1998) ainda destaca ter sido evidente na história do Brasil, a existência de um campo educacional definido por conflitos entre forças políticas e ideológicas na disputa pela hegemonia sobre o ensino: “Se os pedagogos oficiais buscavam, pela educação produzir condições de viabilidade do regime autoritário a longo prazo, não faltaram os que, de modos mais ou menos formalizados, buscavam educar no sentido contrário” (CUNHA, 1988, p. 26).

Por assim dizer, esse foi um período marcado pela democratização dos movimentos sociais, o que reacendeu as manifestações das mais diferentes frentes da sociedade, principalmente no que tange à educação. Nesse período, Minto (2006) aponta as inúmeras demandas sociais até então negligenciadas pela Ditadura, o que inclui a gestão democrática da educação “[...] tanto em seu conjunto, enquanto política educacional, como também na gestão das unidades de ensino nos diversos níveis” (p. 147), de modo que os debates acerca da administração da educação se ampliaram e aprofundaram, em concepção mais participativa, até então esquecida pelas instâncias autoritárias que regiam o Estado.

Os embates, as disputas de interesses, as discussões sobre o papel da escola na formação da sociedade e na condução de seus rumos, fizeram com que se percebesse com maior clareza o papel político desempenhado pela educação escolar. Por essa razão, o debate sobre a gestão/administração escolar, bem como sobre sua democratização, passou ao centro das discussões sobre o papel da escola, do professor, do diretor e dos alunos, perante a sociedade (MINTO, 2006, p. 148).

Nota-se assim, que a década de 1980 foi marcada por um intenso debate no campo da Educação, o que inclui as discussões acerca da questão da administração no sistema educacional e na escola. Um debate sustentado pela concepção de democracia e pelo momento histórico pelo qual o país perpassava, que fermentou a busca por um modelo democrático “oficial” de administração que pudesse ser legitimado e apropriado em todo o sistema educacional.

Destarte, a década de 1980 mostrou-se como terreno fértil para investigações acerca da administração da educação. A figura 2 mostra os principais avanços para educação, fruto das lutas dos movimentos sociais, e, as reivindicações no que diz respeito à gestão educacional e administração escolar, principalmente sobre a questão da democratização dos instrumentos de gestão.

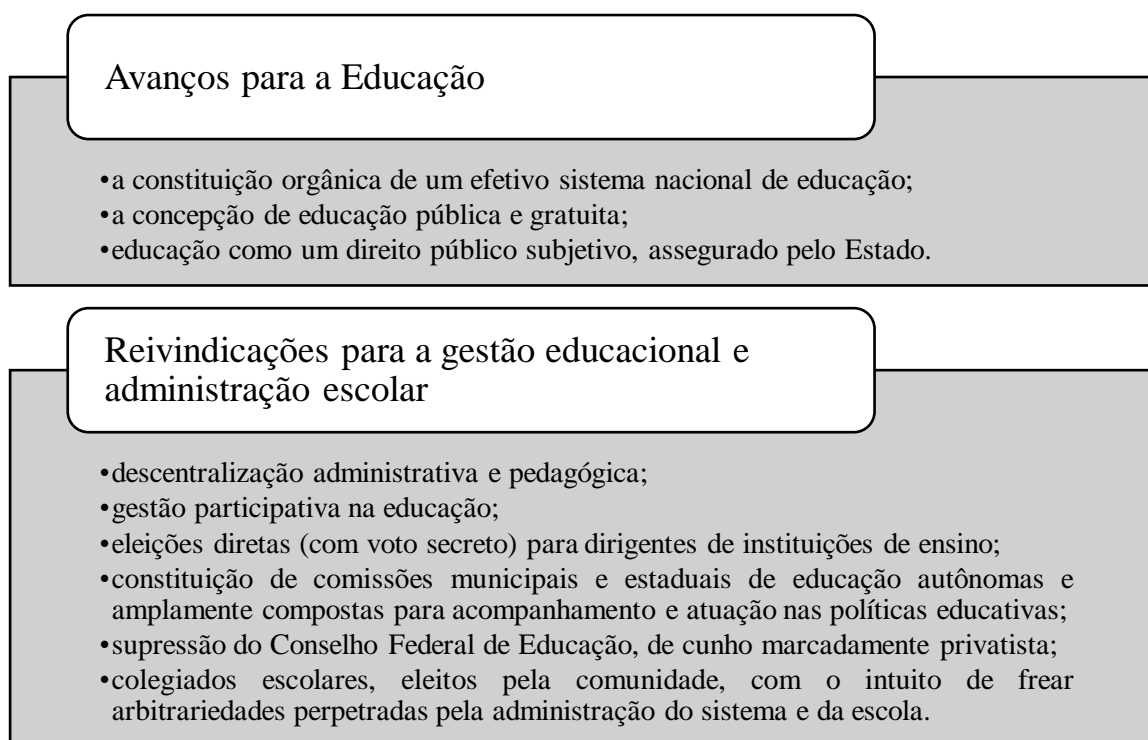


Figura 2: marcas do debate acerca da educação no Brasil na década de 1980.

Fonte: Minto (2006), organizado pela autora.

Por meio dos elementos organizados na figura, nota-se algumas marcas do debate acerca da educação no Brasil na década de 1980. No caso da administração escolar, vivia-se uma fase de “transição” no que diz respeito ao entendimento e ressignificação dos conceitos e práticas da administração e gestão. Transição que emergiu também no processo de manipulação e análise da materialidade e ciclo de vida da RBAE.

No volume 4, n. 2, do ano de 1986, foram veiculadas as primeiras discussões abordando o termo “gestão”. Foram três artigos que se propuseram a discutir a questão da gestão democrática na educação. Este número da RBAE publicou todos os trabalhos do XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, realizado pela ANPAE, no mesmo ano, sendo considerado um volume especial e comemorativo aos 25 anos de fundação da Associação, conforme narrativa do Editorial.

No campo educacional brasileiro este período foi marcado por discussões, debates e deliberações que culminaram, no ano de 1996, na aprovação e publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), que trouxe como elementos centrais as questões: democratização do ensino e gestão democrática da educação. No subcampo da administração da educação, a ANPAE promove um Simpósio que traz como proposta central aos educadores

e profissionais de administração da educação refletir sobre: “A Democratização da Educação e a Gestão Democrática da Educação” (RBAE, 1986, v.4, n.2, p. 9), conforme explicitado a seguir:

Quando a nação brasileira busca renovar-se como república repensando sua organização social, política e econômica; Quando o povo brasileiro cresce na compreensão dos limites e possibilidades da educação e das instituições educacionais de que dispõe; Quando os educadores tomam consciência de seu papel social e experienciam novos projetos e formas de se fazer educação e de ser magistério; é tempo de revisar criticamente a situação educacional de nosso povo e as condições de sua democratização; Conhecer a escola como organização, como ambiente de trabalho e de formação do trabalhador e do cidadão; Repensar a administração da educação, avaliando seus pressupostos teóricos e compromissos políticos, discutindo a especificidade de sua prática (RBAE, 1986, v.4, n.2, p. 9).

A narrativa do Editorial deste volume da RBAE expressa a precisão dos seus agentes em participar do debate no campo intelectual<sup>13</sup> da educação brasileira que discutia as questões da democratização e administração da educação no país, e com isso, integrar a ANPAE ao campo de produção ideológica que se delineava. Segundo Sapiro (2012, p. 21), o campo de produção ideológica se caracteriza como:

universo relativamente autônomo, onde se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em um dado momento do tempo e onde se define, ao mesmo tempo, o **campo do pensável politicamente** ou, se preferirmos, a **problemática legítima**, como o define Pierre Bourdieu (SAPIRO, 2012, p. 21, *grifos do original*).

Diante dessa premissa, suscita-se que a organização do Simpósio e a publicação de suas discussões na íntegra no volume 4 da RBAE, além de documentar a manifestação e o posicionamento da Associação perante os acontecimentos da época, representou uma ação estratégica da ANPAE na luta por legitimação do subcampo da administração da educação no país e na luta por uma posição de destaque no campo educacional, que segundo Sapiro (2012, p. 21), “deve-se à necessidade de fazer referência aos debates próprios do campo intelectual, sob pena de se ver dele excluído”.

No que diz respeito à definição constitutiva dos termos administração e gestão, segundo Minto (2006) foi nesse mesmo momento histórico que a própria legislação educacional

---

<sup>13</sup> O conceito de campo intelectual permite tomar por objeto a tensão entre as duas definições: política e profissional. Situado na intersecção do campo político e dos campos de produção cultural específicos, o campo intelectual participa do campo de produção ideológica (SAPIRO, 2012, p. 21).

brasileira passa a incorporar um novo tratamento de linguagem, substituindo a palavra administração pela palavra gestão, revelando uma preocupação em institucionalizar um modelo democrático de gestão a ser incorporado em todas as escolas. Contudo, essa mudança, segundo o mesmo autor, é interpretada como de caráter deliberado por suscitar uma vontade em separar os aspectos políticos dos aspectos técnicos da gestão/administração escolar.

A ideia de “gestão” surge como pressuposto de uma gestão técnica da educação, isto é, desvinculada de seu caráter político e orientada exclusivamente pelos critérios econômicos da gestão, quais sejam, gestão de receitas e despesas, redução dos custos, aumento da proporção entre alunos e professores, entre outros. Em outras palavras, o uso do termo “gestão” parece indicar uma separação entre os atos de concepção e execução das atividades relativas à administração escolar, de modo que o “gestor” seja encarregado apenas da parte executiva de determinações hierarquicamente superiores advindas dos responsáveis pela tomada de decisões (uma espécie de “receita pronta” para a gestão de todo o sistema educacional), ao invés de ser, ele próprio, um participante ativo nos processos decisórios, sendo capaz de decidir sobre questões como a natureza pedagógica e os interesses específicos de cada unidade escolar (MINTO, 2006, p. 150).

Nota-se assim uma incisão no que diz respeito ao entendimento das ações que delineiam “a gestão e a administração” da escola, com caracteres diferentes e de posições separadas nas atribuições dos dirigentes escolares<sup>14</sup>. A figura 3 traz uma representação dessa marcação conceitual acerca dos termos gestão e administração, propagada e cristalizada na década de 1980.

---

<sup>14</sup> Diretores, coordenadores pedagógicos e supervisores escolares.

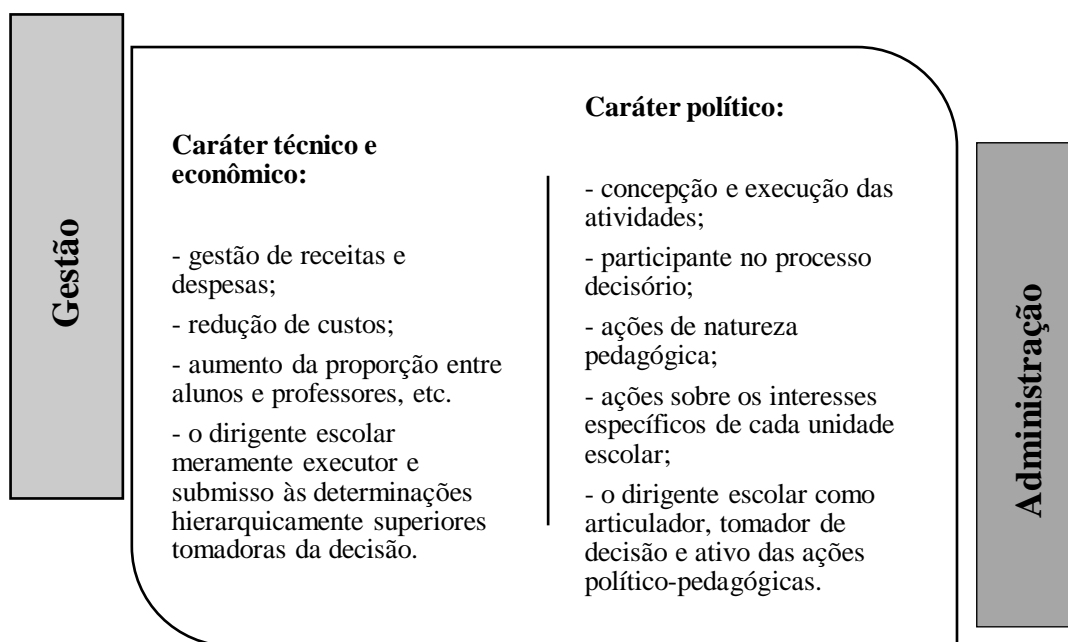


Figura 3: aspectos que caracterizam a gestão e a administração escolar.  
 Fonte: Minto (2006), organizado pela autora.

Esse embate acerca da definição constitutiva dos termos “administração e gestão” também deixou as suas marcas no texto constitucional, que, segundo Minto (2006) não deixou claro o que se entendia por democrático, postergando para a legislação complementar, o significado de “gestão democrática”. Será apresentado posteriormente que no próprio campo do saber da Administração, existem distorções acerca das significações constitutivas dos conceitos de administração e de gestão, suscitando-se (equivocadamente), em diversos momentos que tais termos são opostamente polarizados.

Assim sendo, mesmo que a Constituição de 1988 tenha promovido um avanço importante no que tange à gestão educacional, pouco se fez no que diz respeito à criação de mecanismos concretos de participação da comunidade nas instâncias decisórias dos sistemas de ensino. O que se fez foi ressaltar mecanismos de controle já existentes e conquistados “[...] em função de pressões sociais e movimentos organizados, como os Conselhos de escola e as Associações de Pais e Mestres, a eleição de dirigentes e os estímulos aos grêmios estudantis” (MINTO, 2006, p. 150).

Após a promulgação da Constituição em 1988, foi dada a partida para a elaboração do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, com a participação de representantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Este momento representou a esperança dos servidores públicos e trabalhadores em educação, que pensavam estar inaugurando a participação no sistema educacional, após longos anos de ditadura militar. As

propostas deste projeto estavam articuladas ao princípio de que a educação deveria ser direito de todos e dever do Estado, em todos os níveis de ensino (FIGUEIREDO, 2001, p. 68).

No que diz respeito a questão da administração e da gestão, segundo Minto (2006) a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), não superou as limitações interpretativas no que tange à gestão democrática e pouco fez para definir claramente o termo, mantendo o caráter genérico das medidas, conforme descrito na Constituição de 1988, que define a gestão democrática como: “[...] mecanismos óbvios de participação e limitando o tipo de participação da comunidade nas instâncias decisórias, que sequer são mencionadas” (MINTO, 2006, p. 157).

Considerando essa premissa das lutas e disputas no campo da educação brasileira, e o contexto histórico de mudanças estruturais e de transição democrática, reconhece-se que o cenário reverberou em transformações significativas para a educação do país, o que inclui a (re)estruturação do subcampo da administração da educação. Os inúmeros embates que marcaram a elaboração e a tramitação de documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, do Plano Decenal da Educação para Todos, em 1992, e, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), por exemplo, revelam para o período, um campo fértil de investigação.

Assim, o próximo passo no itinerário metodológico da investigação foi buscar por pesquisas que tivessem abordado o escopo da administração da educação e/ou a RBAE como fonte/objeto de estudo. Etapa esta que possibilitou a construção do estado da arte, apresentado a seguir.

## 2.4 REVELAÇÕES DO ESTADO DA ARTE: ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A investigação e o delineamento do estado da arte constituíram um passo importante na construção da investigação, caracterizando-se como uma etapa de reconhecimento do campo intelectual da administração da educação no Brasil. A narrativa desta subseção objetiva apresentar o trajeto de busca pelas informações e um diálogo sobre aspectos que sustentam a discussão acerca da (re)estruturação do subcampo da administração da educação no país.

Em busca por vestígios acerca de pesquisas que se voltam à questão da administração da educação no Brasil, realizou-se duas etapas de investigação para a coleta de evidências. A primeira etapa ocorreu no portal do diretório dos grupos de pesquisa do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com fins de conhecer e mapear grupos que se propõem a investigar a questão da administração/gestão da educação<sup>15</sup>.

Para realizar tal mapeamento foram utilizados como termos de busca: “Administração da Educação”, “Administração Educacional”, “Administração Escolar”, “Gestão da Educação”, “Gestão Educacional”, “Gestão Escolar”, como também os seguintes filtros de pesquisa: tempo de existência dos grupos (menos de 1 ano, de 1 a 4 anos, de 5 a 9 anos, de 10 a 14 anos e com 15 anos ou mais) e área predominante (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas).

A escolha e o delineamento dos termos de busca deram-se com o intuito de se investigar dois enfoques dessa questão: (1) uma perspectiva macro, que buscava grupos que se voltavam para questões emergentes e históricas que estivessem além dos muros da escola. Nesse caso, usou-se os termos “da educação” e “educacional”; (2) uma perspectiva micro, no sentido de revelar os grupos de pesquisa que tivessem como enfoque a investigação do cotidiano escolar, daquilo que acontece dentro da escola, impactando e sendo impactado pelos eventos de seu universo exterior. Para isso, utilizou-se o termo “escolar”.

O uso dos termos “Administração” e “Gestão” na busca dos grupos de pesquisa, teve múltiplos sentidos, dos quais merecem destaque: revelar a maior aderência ao uso dos termos por meio da nomenclatura dos grupos de pesquisa, mapear se o uso dos termos se diferenciava por período, e, apreender a relação dos termos com as perspectivas “da educação, educacional e escolar”.

Na área de Ciências Humanas foram mapeados 192 grupos de pesquisa, que foram segmentados por: tempo, linhas de pesquisa e instituição de origem. No que diz respeito ao tempo de existência do grupo, a maior concentração está nos seguintes intervalos: 1 a 4 anos – 5 a 9 anos, sendo 60 grupos mapeados em cada um destes intervalos. Na sequência, 35 grupos no intervalo de 10 a 14 anos, 31 grupos com 15 anos ou mais e 5 grupos com menos de 1 ano de existência. A distribuição desses grupos de pesquisa conforme os termos utilizados para a busca está representada no gráfico 1.

---

<sup>15</sup> Embora tenha se optado por utilizar o termo administração da educação neste trabalho, como existem discussões divergentes acerca da definição constitutiva dos termos, fez-se uso do termo gestão para investigação do estado da arte.

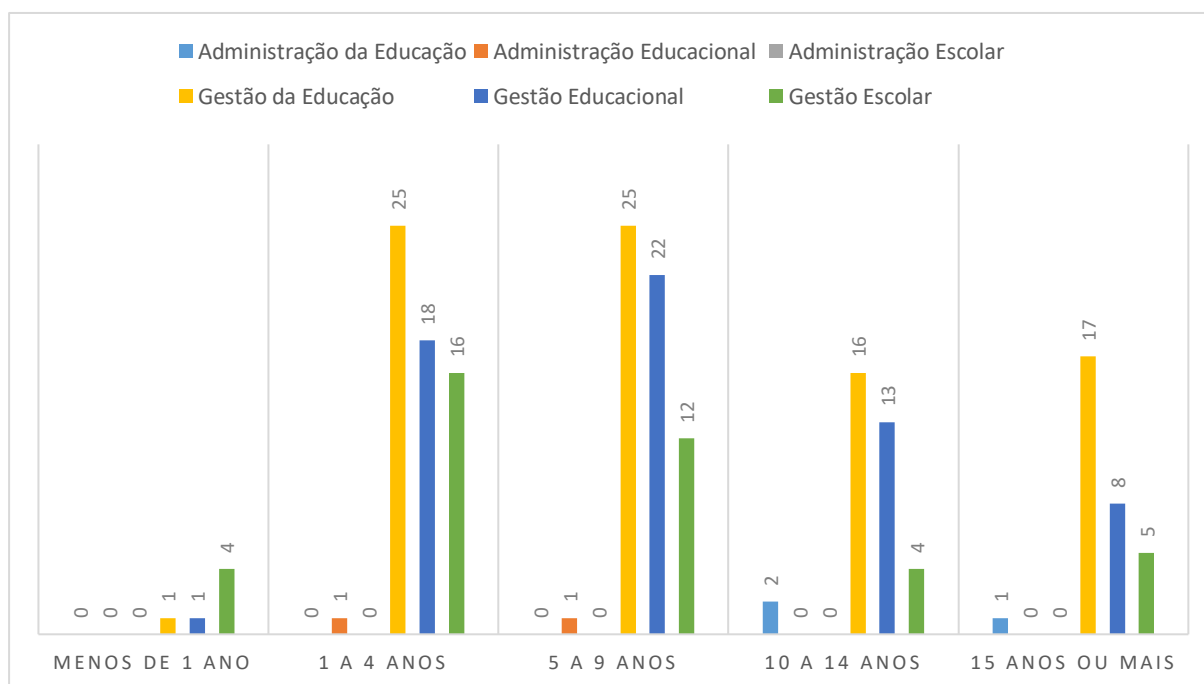


Gráfico 1: distribuição em gráfico dos grupos de pesquisa por tempo de existência e termos de busca utilizados.

Fonte: CNPQ (2018), organizado pela autora.

A análise mostrou que a preocupação/interesse na pesquisa acerca da gestão/administração da educação e escolar é de longa data, sendo que o maior número de grupos encontrados tem acima de 1 (um) ano de vida. O acesso a esses grupos possibilitou apreender o interesse de pesquisadores brasileiros em adentrar os meandros deste subcampo educacional e justifica a quantidade de estudos realizados acerca do assunto. A busca utilizando palavras-chave diferentes se mostrou profícua e ao mesmo tempo ajustada às discussões veiculadas ao impresso RBAE acerca dos termos “Administração e Gestão”.

A partir do entrecruzamento das temáticas dos grupos de pesquisa com os temas de discussão dos artigos veiculados na RBAE no período de 1983 a 1996, faz-se notar a busca pelo fortalecimento do subcampo da administração da educação no Brasil neste período e a relevância dessas discussões na luta pela criação e legitimação de uma base de raciocínio que sustentasse o pensamento e a formação do dirigente educacional e escolar no país.

No que diz respeito a busca por “Administração da Educação” e “Administração Educacional”, foram encontrados 3 (três) grupos de pesquisa, com tempo de vida superior a 10 anos. Na busca fazendo uso dos termos “Gestão da Educação, Gestão Educacional e Gestão Escolar”, identificou-se no total 185 grupos.

Ao entrecruzar estas informações com os vestígios encontrados durante a manipulação do impresso RBAE, atribui-se a existência de apenas 3 grupos de pesquisa que carregam no



título “Administração da Educação” e constituídos antes do ano de 1998, ao início do movimento de (re)estruturação deste subcampo no campo educacional nas décadas de 1980 e primeiro meado de 1990 – do qual a ANPAE teve grande participação – e, ao período de debates que antecedeu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) no qual o termo “gestão”, ganha espaço significativo nas discussões acerca da gestão democrática.

Nota-se assim que o uso do termo administração veio perdendo força ao longo dos anos, ratificando o exposto pelos autores acerca do desgaste ou até mesmo aceitação do uso da palavra administração para e no campo educacional, como apontado por Saraiva e Veiga-Neto (2009). Chama-se a atenção para o aumento do número de grupos de pesquisa que após o ano de 1998 fizeram uso do termo “Gestão” em suas nomenclaturas. Um fenômeno interpretado como efeito e desdobramento das discussões e deliberações ocorridas no campo educacional na década anterior e principalmente da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394) no ano 1996. Interpretação esta que se sustenta pelas seguintes premissas: (1) a necessidade de fortalecimento do viés de discussão acerca da gestão democrática; (2) os grupos se constituem a partir de especificidades de pesquisa no interior do campo educacional brasileiro; (3) a necessidade de os programas de pós-graduação integrarem os debates próprios do campo intelectual para não se verem excluídos dele, conforme Sapiro (2012).

A análise das perspectivas (macro e micro) no uso dos termos “da educação, educacional e escolar”, revela maior concentração dos grupos de pesquisa em um olhar macro, um total de 146 grupos. Vale mencionar ainda a crescente observada no nascimento desses grupos de pesquisa ao longo dos anos. No que diz respeito a perspectiva micro, fazendo uso para isso do termo “escolar”, nota-se que houve um crescimento no número de grupos que supostamente se debruçam sobre a pesquisa que toma por objeto de estudo as instituições escolares. O fato de terem sido mapeados 16 (dezesseis) grupos com 1 a 4 anos, sugere, além do interesse e preocupação de pesquisadores, a descoberta da instituição escolar como terreno fértil para a pesquisa. Vale ainda ressaltar que visando assegurar de que os grupos mapeados por meio diferentes termos não se repetissem, os seus nomes foram inseridos em planilha eletrônica, sendo realizados filtros que permitiram contrastar as suas informações, suprimindo a possibilidade de repetição, o que comprometeria o processo de quantificação.

Por demonstrarem em suas nomenclaturas um viés para a história da educação, 3 (três) grupos mereceram especial atenção: (1) o grupo “Trabalho, Educação e Formação Humana – HISTEDBR”, da UFU; (2) o grupo “Estado, Política e História da Educação”, da UFG; (3) o grupo “História, Sociedade e Educação”, da UNIR. Também se chama a atenção para o grupo

“CEPAE – Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação”, da UNESP, pela relevância das pesquisas voltadas à administração da educação, e tendo a sua líder – Graziela Zambão Abdian Maia – realizado pesquisas que utilizaram com fonte a ANPAE e o periódico RBAE. Contudo, observou-se uma concentração desses estudos em torno das políticas educacionais, especialmente voltados a investigar o impacto dessas políticas nas instituições escolares de forma regional e/ou estadual.

Com o intuito de identificar os direcionamentos dos estudos realizados pelos grupos mapeados na área de Ciências Humanas, jogou-se luz sobre as suas linhas de pesquisa. No total foram identificadas 192 linhas de pesquisa vinculadas aos seus respectivos grupos e Instituições de Ensino Superior – IES. Após excluir as de nomenclatura repetida, chegou-se a 139 linhas de pesquisa com enfoque na questão da administração/gestão da educação e escolar no Brasil, vinculadas ao diretório do CNPQ.

A análise das linhas de pesquisa mapeadas demonstra um debruçar maior de seus pesquisadores na questão das políticas educacionais, tomando os diferentes níveis de ensino (educação básica e educação superior) como objetos de investigação. Nota-se ainda uma preocupação com a questão do planejamento, da formação dos profissionais da educação, do currículo e das avaliações institucionais, contudo, o viés das políticas é eminente ao abordar essas temáticas. O quadro que apresenta as respectivas linhas de pesquisa, organizadas conforme os termos de busca utilizados durante a investigação, consta no Apêndice A.

No que diz respeito ao mapeamento do vínculo das 192 linhas de pesquisa por Instituições de Ensino Superior observou-se o seguinte: as linhas de pesquisa se distribuem em 95 instituições de ensino superior; dentre essas instituições evidencia-se que a distribuição das referidas linhas se dá em: 3 centros universitários, 1 faculdade, 1 fundação, 1 instituto de educação superior, 10 institutos federais, 20 universidades privadas, 59 universidades públicas, destas, 34 são federais; em termos de quantidade de linhas de pesquisa por instituição de ensino superior, destacam-se: a UNESP, com 10 linhas de pesquisa; a UFSM, com 9 linhas de pesquisa; a UNEB, com 8 linhas de pesquisa; e, a UEL, com 7 linhas de pesquisa. O gráfico que apresenta as IES e distribuição das linhas de pesquisa consta no Apêndice B.

No que diz respeito à busca por palavras-chave, a distribuição das linhas de pesquisa se dá da seguinte forma: Gestão da Educação (85), Gestão Educacional (64), Gestão Escolar (38), Administração da Educação (3), Administração Educacional (2). A análise das linhas e grupos de pesquisa mapeados revela a predominância de vínculo à área de Ciências Humanas.

Ao mapear a existência de pesquisas voltadas à administração/gestão da educação tendo como lugar de origem os estudos organizacionais e a Administração, utilizou-se como filtro de

pesquisa a área predominante de “Ciências Sociais Aplicadas”. Como resultado deste processo, obteve-se o mapeamento de: 6 grupos, sendo 2 destes, alocados no período de 1 a 4 anos de existência, e os outros 4 grupos alocados no período de 5 a 9 anos de existência. Para os termos “Administração da Educação” e “Administração Educacional” não foram encontrados grupos de pesquisa no mapeamento realizado no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ. Considerando a análise dos grupos mapeados tendo como área dominante as Ciências Sociais Aplicadas, nota-se a escassez de pesquisas que se voltam a investigar o campo educacional.

A segunda etapa de investigação objetivou buscar as publicações sobre a administração/gestão da educação nas seguintes bases virtuais: Revista Brasileira de Educação (RBE), Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), biblioteca da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Banco de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Neste processo de mapeamento, foram utilizados como termos de busca: “Administração”, “Gestão”, “ANPAE”, “RBAE”, “RBPAE”. Na RBE não foram encontrados artigos por meio da busca com estas palavras-chave. Na RBHE não foram encontradas publicações na busca com as palavras-chave RBAE, ANPAE e RBPAE. Já ao pesquisar o termo “Administração”, foram encontrados 10 (dez) artigos, e com o termo “Gestão” 12 (doze) artigos. Contudo, nenhum dos artigos encontrados demonstraram quaisquer relações com a pesquisa realizada neste trabalho.

Na biblioteca virtual da ANPED obteve-se os seguintes resultados no processo de investigação/termos de busca: “RBAE” não foram encontrados trabalhos; “RBPAE”, 1 (um) trabalho; “Administração”, 6 (seis) trabalhos; “Gestão” 77 (setenta e sete) trabalhos.

No banco de Teses e Dissertações da CAPES e na BDTD, ao buscar por “RBPAE” foram encontrados 3 (três) trabalhos, sendo: 2 (dois) de Mestrado e 1 (um) de Doutorado. Não foram identificadas publicações ao utilizar como termo de busca “RBAE”. Ao procurar por “ANPAE”, foram exibidos 8 (oito) trabalhos, sendo: 4 (quatro) de Mestrado e 4 (quatro) de Doutorado. Para a pesquisa com os termos “Administração” e “Gestão” foram aplicados os seguintes filtros: últimos 10 anos, Teses, Grande área de Conhecimento – Ciências Humanas, Área de Conhecimento – Educação, Nome do Programa: Educação; Educação: História, Política, Sociedade. Para “Administração” foram encontrados 440 (quatrocentos e quarenta) trabalhos, e, para “Gestão” foram encontrados 143 (cento e quarenta e três) trabalhos. Diante da inviabilidade de adentrar em cada um dos trabalhos para analisar o seu conteúdo, realizou-se uma análise dos títulos, selecionando aqueles que poderiam ter alguma relação com esta

pesquisa de doutoramento para a realização de uma análise posterior, por meio da leitura dos resumos e acesso aos textos.

Findada esta etapa de investigação na RBE, na RBHE, na biblioteca virtual da ANPED, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e no BDTD, foram selecionados 10 (dez) trabalhos que detiveram especial atenção por suas temáticas e/ou propostas de pesquisa. Estes são apresentados no quadro 1.

<b>Tipo de documento</b>	<b>Título</b>	<b>Autor (a) (es)</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Via de publicação</b>
Dissertação	Encruzilhadas da organização educacional: conceito de administração, de gestão e de gerencialismo na RBPAE	Ana Lucia Calbaiser da Silva	2012	Universidade Federal de São Carlos – UFScar
Artigo	A ANPAE e a construção de políticas educacionais: uma leitura dos editoriais da RBPAE	Ana Lucia Calbaiser da Silva José Carlos Rothen	2011	ANAIS - VI Congresso Brasileiro de História da Educação.
Artigo	Introdução à história da ANPAE como sociedade civil no campo da educação	Benno Sander	2010	O artigo é uma versão revisada e atualizada do ensaio intitulado “A genealogia do conhecimento da administração da educação do Brasil e o papel da Anpae como entidade da sociedade civil”. Site da ANPAE
Texto	Formação dos profissionais da educação: a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE) e o compromisso da Universidade	Graziela Zambão Abdian Maia	2009	Site da ANPED
Artigo	As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil.	Graziela Zambão Abdian Maia	2008	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 24, n. 1, jan-abr.

Texto	Ensaio para a construção de uma terminologia em Administração da Educação no Brasil: fazendo conversar os conceitos	Graziela Zambão Abdian Maia e Lourdes Marcelino Machado	2007	Site da ANPED
Ensaio	A genealogia do conhecimento da administração da educação do Brasil e o papel da ANPAE como entidade da sociedade civil	Benno Sander	2007	SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação. Porto Alegre – 2007). Série Cadernos ANPAE, n. 4.
Texto	As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil	Graziela Zambão Abdian Maia e Lourdes Marcelino Machado	2006	Site da ANPED
Artigo	A construção da administração da educação na RBPAE (1983-1996)	Gilson R. de M. Pereira  Maria da Conceição Lima de Andrade	2007  2005	Publicado duas vezes:  - RBPAE, v.23, n.1, p. 137-151, jan./abr. - <i>Educ. Soc.</i> , Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1393-1411, Set./Dez.
Tese	As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em Administração da Educação no Brasil	Graziela Zambão Abdian Maia	2004	(Doutorado em Educação). UNESP-Marília.

Quadro 1: trabalhos selecionados durante o levantamento bibliográficos.

Fonte: organizado pela autora (2018).

O levantamento bibliográfico realizado e a análise dos trabalhos supracitados, permitiram evidenciar que essas pesquisas se voltaram principalmente a discutir a formação do administrador escolar, como também, os aspectos teórico e prático dos termos “Administração” e “Gestão”, interpretados em grande parte, como dicotômicos e excludentes (polarizados). Quando se parte do entendimento de que esses sentidos conceituais foram atribuídos dentro de um sistema específico de significação simbólica, nesse caso, amparados nos teóricos precursores da administração da educação e as suas respectivas ideias justifica-se o viés polarizado de interpretação. Mesmo quando os autores se propuseram a analisar os artigos publicados na RBPAE, bem como outros documentos da ANPAE, a discussão em torno da busca pelos sentidos e definições constitutivas de tais termos, acaba sendo proeminente.

Como desdobramento dessas discussões acerca dos elementos e sentidos que marcam a administração da educação, cabe evidenciar a preocupação desses autores em formular, no campo da educação, uma teoria da administração que se sustente pelas especificidades e particularidades da escola e do sistema educacional como um todo, como também constituir uma base de raciocínio que sustente a formação do administrador da educação e escolar. Alguns autores sustentam a formação técnica, amparados na concepção de Querino Ribeiro, enquanto outros sustentam a discussão em torno da necessidade de uma formação primeiramente pedagógica, sustentando-se nos ideais de Anísio Teixeira.

A tese de doutoramento de Maia (2004), sob o título “As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em Administração da Educação no Brasil”, bem como os seus demais textos e artigos posteriormente publicados, foram os materiais que demonstraram maior proximidade com a pesquisa aqui proposta. No entanto, a autora tomou como objeto de pesquisa as publicações da ANPAE e a construção da trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil. Em seus trabalhos, Maia (2004) evidencia a fragilidade das pesquisas acerca da temática administração da educação e a importância da reflexão sobre a constituição de uma teoria da administração da educação, atribuindo-lhe um papel de destaque em seu campo de discussão. Teve-se o cuidado de analisar os trabalhos de mestrado e doutorado sob orientação dessa pesquisadora, bem como as suas publicações, permitindo ratificar que as suas pesquisas se distanciam da proposta deste trabalho de doutoramento.

O artigo intitulado “A construção da administração da educação na RBPAE (1983-1996)”, dos autores Pereira e Andrade (2007; 2005), teve por objetivo descrever os modos pelos quais a Administração da Educação foi abordada, entre 1983 e 1996, na RBAE. Apesar da apreensão que o presente artigo causou a princípio, ao analisá-lo percebeu-se que os autores realizaram uma discussão que destacou a construção teórica da administração da educação condicionada pelo estado de politização do campo no período, distanciando-se assim, a que se propõe esta pesquisa. O mesmo artigo foi publicado 2 (duas) vezes – em 2005 na Revista Educação e Sociedade e em 2007 na RBPAE.

A dissertação de Silva (2012), sob o título: “Encruzilhadas da organização educacional: conceito de administração, de gestão e de gerencialismo na RBPAE”, se propôs a explicitar e categorizar os conceitos de Administração da Educação, de Gestão Democrática e de Gerencialismo presentes na RBPAE (1995-2004), tendo para isso apontado a Revista com base em pressupostos bibliométricos e analisado os artigos selecionados para a discussão desses conceitos por meio de fichas de leitura. Uma proposta de pesquisa distinta deste trabalho de doutoramento.

Além das vias de publicação apontadas no Quadro 1, na aba do site da ANPAE denominada “Estudos e Ensaio”, são apresentados 3 (três) dos trabalhos supracitados: o ensaio sobre a história da ANPAE, de Sander (2010), o artigo científico dos autores Pereira e Andrade (2007) e o artigo científico que trata da trajetória da produção teórica da administração da educação que foi veiculada pela ANPAE, de Maia (2008).

Vale ainda mencionar que foram analisadas as referências utilizadas em cada um dos trabalhos apontados no Quadro 1, com vistas a conhecer os autores que deram sustentação teórico-metodológica às pesquisas realizadas por esses pesquisadores. Esta análise revelou aportes teórico-metodológicos distintos do proposto nesta tese de doutoramento, que se ampara nas vias teórico-metodológicas da Nova História Cultural, nos estudos com impressos periódicos e aborda a Administração da Educação pelas vias da História e Historiografia da Educação.

Observa-se assim que o impresso RBAE não é uma fonte inédita, mas, que se trata de uma documentação que permite múltiplas interpretações (GALVÃO; LOPES, 2011), em virtude do seu tempo de vida, da variabilidade de seu conteúdo, das diferentes características de seus editores e autores e da própria variabilidade de correntes teórico-metodológicas que podem nortear a pesquisa acerca da Administração da Educação. Diante da pressuposição de que a experiência educacional que aborda este subcampo de estudo no Brasil é permeada por elementos que ainda não foram desvendados, esta pesquisa de doutoramento se apresenta como via de acesso para apreender indícios e revelar novas formas de compreensão da administração no campo da história da educação.

As pesquisas já publicadas acerca da RBAE e que compõem este levantamento bibliográfico, forneceram lastros para melhor compreender as relações entre este impresso e outras fontes, como também entre o período e o tempo investigados. Destarte, as publicações do levantamento bibliográfico permitiram mostrar o valor histórico do impresso RBAE e suscitar como um mesmo material pode dar origem a várias interpretações, na medida em que é “interrogado”.

Como destaca Le Goff (1990) ao trazer um recorte da obra *Monarchie Franque* de Fustel de Coulanges<sup>16</sup>,

O historiador não tem outra ambição que analisar bem os fatos e compreendê-los com exatidão. Não pode procurá-los na imaginação ou na lógica; procura-os e atinge-os através da observação minuciosa dos textos, como o químico encontra os seus, em experiências minuciosamente conduzidas. A sua única habilidade consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada acrescentar ao que neles não esteja contido. O melhor historiador é o que se

---

<sup>16</sup> Historiador francês do século XIX.

mantém mais perto dos textos, que os interpreta com mais correção, que só escreve e pensa segundo eles (LE GOFF, 1990, p. 55).

As escansões realizadas com o impresso RBAE se caracterizam como um conjunto de cortes efetuados por meio de um trabalho de desconstrução e transformação teórica, que toma como objeto de análise a estrutura própria do impresso, dissecando-o, interrogando-o. Como apontam Galvão e Lopes (2011, p. 7) “[...] o ponto de partida para se fazer história não são as fontes, mas os problemas e as perguntas que o pesquisador coloca ao passado e, conseqüentemente, aos vestígios que dele restaram – as fontes”.

Vê-se assim que ao assumir como fonte e objeto de investigação o impresso RBAE na proposição de uma (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil, está-se diante da possibilidade de também reconstruir de forma inovadora as propostas de discussão para este subcampo na História da Educação. O que leva ao reconhecimento da originalidade da presente investigação, que terá os seus preceitos apresentados na narrativa que se expõe a seguir.

## 2.5 ORIGINALIDADE DA INVESTIGAÇÃO

Esta subseção tem como objetivo apresentar os preceitos que fundamentam a originalidade e inovação desta investigação. Em que pesem, o amplo número de pesquisas que tomam a administração/gestão da educação como objeto de estudo, no mapeamento e levantamento bibliográfico realizados após a eleição da RBAE como fonte e objeto de pesquisa, foi possível depreender:

- ✓ a escassez de investigações acadêmicas que tomem periódicos como fonte e/ou objeto para o estudo da administração da educação no Brasil;
- ✓ a escassez de investigações acadêmicas acerca da administração da educação no Brasil que tenham como aporte teórico metodológico a teoria historiográfica da Nova História Cultural;
- ✓ a escassez de estudos historiográficos substanciais acerca da construção teórica da administração da educação no Brasil;
- ✓ a concentração de estudos e pesquisas acerca da administração da educação no Brasil sob o viés das políticas educacionais;



- ✓ a escassez de estudos que se voltem a entender as influências das redes de sociabilidades na disseminação de saberes e legitimação de raciocínios que sustentam processos formativos no campo educacional;
- ✓ a inexistência de estudos que investiguem a administração da educação como um subcampo do campo educacional, constituído em um espaço intelectual de disputas e lutas simbólicas pelo poder.

Tais percepções que emergiram durante a construção do estado da arte permitiram apreender o meu papel enquanto pesquisadora histórica: interrogar a fonte, desvendar as suas rupturas e permanências, realizar interpretações e produzir novas narrativas, tendo como marca o meu lugar social. *Esse* lugar que trouxe particularidade e ineditismo à produção, na medida em que as ideias, experiências, percepções e subjetividades são ligadas à fonte e ao objeto de investigação, fazendo emergir novas interpretações, novas representações.

Como aponta Certeau (1982, p. 65, *grifos do original*): “Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével”. Cada análise realizada é singular, contrapondo a possibilidade de sistematização totalizante, visto que enquanto falam de história, os discursos estão situados na própria história.

O real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar. Dependência com relação a um poder estabelecido em outra parte, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais, jogo com os símbolos e as referências que legitimam a autoridade diante do público são as relações efetivas que parecem caracterizar este lugar da escrita [...] cada historiador situa o corte inaugurador lá onde para sua investigação, quer dizer, nas fronteiras fixadas pela sua especialidade na disciplina a que pertence (CERTEAU, 1982, p. 16; 17).

Considerados como históricos, ligados a operações, definidos por funcionamentos e dependentes das práticas que os resultam (CERTEAU, 1982), os discursos podem ser percebidos como fruto da relação entre o pesquisador, o seu objeto de investigação e o seu lugar social. Assim, esta pesquisa de doutoramento traz como marca a elaboração de um texto original para a sua área de produção. As pesquisas do levantamento bibliográfico, quando analisadas em seu conjunto, contribuíram para encontrar um lugar de produção, do qual se desdobraram

as práticas científicas: métodos, procedimentos de análise e aporte teórico-metodológico que deram sustentação à realização deste estudo.

Assim, diante das particularidades que delineiam o meu lugar social, a possibilidade de contribuir com algo novo ao campo de saber, e, sobretudo, a evidência de que o periódico RBAE ainda não fora abordado na acepção dos estudos com impressos periódicos, tomado ao mesmo tempo como fonte e objeto e analisado pelo viés teórico-metodológico da Nova História Cultural, configura-se a diferenciação desta investigação de doutoramento dos demais trabalhos que abordaram a RBAE, conferindo-lhe originalidade e inovação no campo da História da Educação.

## 2.6 RESSIGNIFICAÇÃO DOS TERMOS ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO

Esta subseção tem a sua gênese em um conjunto de inquietações suscitadas durante o processo de manipulação da RBAE, na construção do estado da arte e na investigação acerca dos elementos históricos que fermentaram e delineararam o campo da administração da educação no Brasil, durante o período demarcado como recorte temporal deste trabalho. O que se expõe nesse momento é o desejo de refletir e dialogar com elementos que se revelaram neste processo no que tange a definição constitutiva dos termos administração e gestão.

Não se objetiva realizar a análise dos discursos dos textos veiculados a RBAE, mas jogar luz sobre essa questão que sustenta a base de raciocínio do ideário acerca da administração da educação no Brasil. Com isso, vale-se dos sentidos acerca da administração e da gestão apreendidos durante o processo de manipulação da fonte e construção do objeto de pesquisa, e, transversalmente, buscamos aporte no campo da teoria organizacional e nas suas possibilidades de contribuições teórico-metodológicas para a construção de novas representações e novos olhares acerca destes termos. A narrativa apresentada a seguir apresenta tais concepções. A proposta do (breve) enredo aqui apresentado é ampliar o conhecimento para o diálogo que abarca os termos administração e gestão, de modo a servir de esteio para novas interpretações e representações no subcampo da administração da educação.

Os conteúdos veiculados na RBAE denotam um sentido de “evolução” do termo administração para o termo gestão, de modo que o primeiro é caracterizado como marcado por um trabalho mais burocratizado, mecanicista, autocrático e puramente administrativo, enquanto o segundo, é caracterizado por uma ampliação desses limites para uma perspectiva mais democrática e participativa de direção. Como fonte, a RBAE possibilitou identificar que o

cunhar do termo “Gestão Democrática”, presente nos mais diversos documentos – oficiais e não oficiais – do campo da educação, foi influenciado pela referida forma de interpretação.

Tal noção de “evolução” também delinea as concepções dos precursores teóricos da administração da educação. Contudo, contrapõe-se o sentido de evolução da administração para a gestão. Conforme a fala professor Paulo Roberto Motta<sup>17</sup>, de que o termo administração foi desgastado por seus usos e desusos ao longo dos tempos, sendo necessário cunhar uma nova palavra, um novo termo com maior nobreza. É o que se pode observar nos recortes a seguir:

No Brasil, as falhas na prática da administração serviram para desgastar o próprio termo, tornando-o por vezes expressão de insatisfação, sinônimo de inutilidade e de pessimismo, levando de enxurrada os novos conceitos e ideias que se desejava introduzir. Como as necessidades permanecem, torna-se preciso revitalizar o conceito introduzindo-lhe novas palavras, que, por **não estarem associadas à prática passada**, reacendem um novo otimismo (MOTTA, 2002, p. 14, *grifos da autora*).

Na última década, não ainda para designar funções executivas, o termo gestão passou a ser utilizado para definir o campo da administração e da gerência, novamente para compensar desgastes terminológicos e acrescentar algumas novidades, mas não para significar uma mudança conceitual. Gestão, usado no Brasil como qualificação de **formas participativas em administração**, era apenas a tradução da terminologia europeia, principalmente francesa e portuguesa. Essa transferência terminológica, na verdade, significava uma incoerência com as terminologias práticas no Brasil. O termo gestão apareceu em qualitativos de formas participativas como cogestão e autogestão (MOTTA, 2002, p. 15, *grifos da autora*).

Com base nestes recortes apresentados, nas pesquisas realizadas durante o meu processo de formação, como também algumas questões empíricas suscitadas durante minha vida acadêmica e profissional, me permitem interpretar que os termos administração e gestão não possuem caráter evolutivo, nem ao menos se caracterizam como conceitos e práticas polarizadas, mas sim, interseccionadas. Tal intersecção pode ser compreendida a partir do que denomina Certeau (1982), *um processo de coexistência e reabsorção* em que as novas formas não expulsam as antigas, mas, se constituem em um empilhamento estratificado<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Teórico e pesquisador da área de Administração com obras diversas com ênfase em direção e liderança. É graduado em Administração, mestrado em Ciência Política - University of North Carolina (1967) e doutorado em Administração Pública - University of North Carolina (1972). Atualmente é professor titular da Fundação Getúlio Vargas/RJ.

<sup>18</sup> Na Adia, por exemplo, "as novas formas não expulsaram as antigas". O que existe é o "empilhamento estratificado": A marcha do tempo não tem mais necessidade de se certificar pelo distanciamento de "passados", do que um lugar tem de se definir, distinguindo-se de "heresias". Pelo contrário, um "processo de coexistência e de reabsorção" é o "fato cardeal" da história indiana (CERTEAU, 1982, p. 11).

Assim, suscita-se que a “evolução terminológica” da administração para a gestão são continuidades de pensamento, fruto da função exercida pelos dirigentes ao longo dos tempos, bem como das pesquisas e teorias que tomaram como objeto de estudo os espaços organizacionais. A figura apresentada a seguir foi elaborada no sentido de demonstrar uma forma de representação dessas concepções, transpondo-as ainda ao campo educacional.

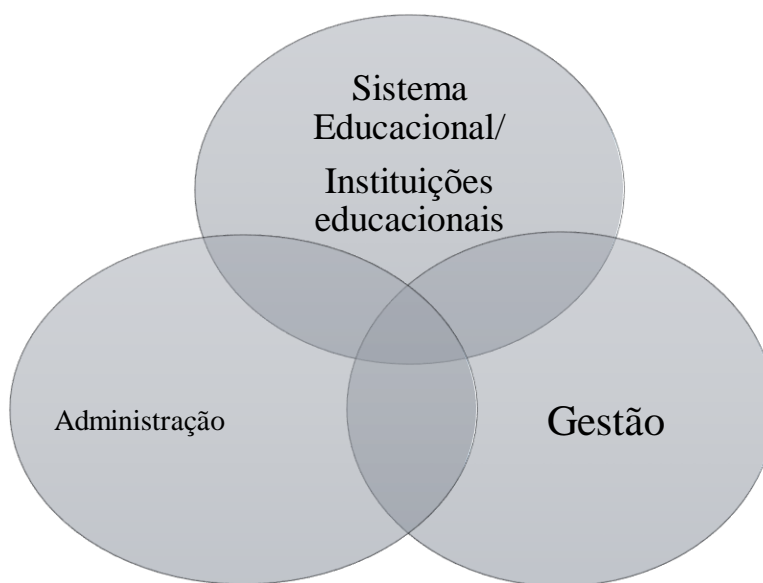


Figura 4: representação da intersecção entre o campo educacional e os conceitos de administração e gestão.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

O entrelaçamento proposto na figura 4, que intersecciona no campo educacional conceitos de administração e gestão, suscita uma nova percepção que ao ser entrecruzada com os dados revelados na manipulação da RBAE, caracteriza o subcampo da administração da educação. Propõe-se, que tanto o sistema educacional quanto as suas instituições são permeados por elementos que têm a sua gênese no subcampo dos estudos organizacionais, e que em um movimento de integrar e não seccionar, podem trazer a luz novas formas de entendimento acerca da administração e da gestão. Uma releitura acerca de ferramentas percebidas até então, como aderentes somente aos contextos empresariais, revela que essas podem ser apropriadas e servir de esteio para os sujeitos que atuam na administração da educação e escolar.

Considerando-se as ideias de Certeau (1982) acerca do gesto de dividir, separar o presente do passado, estabelecer marcas cronológicas, dar lugar a um discurso novo que considera como morto aquilo que o precedeu e a decisão de ser outro ou de não ser mais o que havia até então, é postulada a interpretação. “[...] o corte é o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a

serem reinterpretadas). O trabalho determinado por este corte é voluntarista” (CERTEAU, 1982, p. 10).

Nessa perspectiva, a história dos conceitos de administração e gestão não é, como nos diz Foucault (2005) ao mencionar Canguilhem<sup>19</sup>, a de seu refinamento progressivo, de uma racionalidade progressivamente crescente, mas, a história “[...] de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída a sua elaboração” (FOUCAULT, 2005, p. 5).

Suscita-se que o sentido de “evolução” para os termos administração e gestão, se caracteriza como fruto das apropriações realizadas em diferentes momentos históricos, pelos sujeitos que se debruçaram à estudá-los, dando inteligibilidade na relação estabelecida entre o discurso e o real, que se desdobrou em um novo quadro teórico/conceitual caracterizado pela polarização do significado dos termos. Essa passagem de “um concreto para outro concreto”, carrega a marca da modernidade sólida (BAUMAN, 2001), no sentido de que se derretia os sólidos para colocar outros considerados melhores em seu lugar, até que não se tivesse defeitos, atingindo assim, uma suposta perfeição. A substituição do termo administração por gestão se caracterizaria assim, como a busca pela melhor significante para a ação que os define, os significa.

Considerando a metáfora *baumaniana*, Saraiva e Veiga-Neto (2009) propõem uma outra leitura para essa “passagem” da administração para a gestão. Segundo esses autores, a palavra administração vem perdendo espaço para a palavra gestão nos diferentes discursos e esferas em que são utilizadas, impulsionadas pelo próprio movimento da sociedade moderna de sólida para líquida. Ao considerar a Modernidade Sólida marcada por um futuro visto como administrável, a administração se caracterizaria como um conjunto de técnicas seguras e com embasamento científico a serem aplicadas para a construção de um futuro sob medida em função das expectativas dos sujeitos. Já na Modernidade Líquida, não se acredita na possibilidade de administrar, prever e garantir com segurança o futuro, mas, na possibilidade de fazer a gestão dos processos que compõem um ambiente de incertezas. Assim, o deslocamento conceitual e os usos que se fazem dos termos administração e gestão nos mais diferentes âmbitos acadêmicos e sociais, caracterizam-se como resposta ao movimento de passagem da Modernidade Sólida para a Modernidade Líquida.

Vê-se como importante dialogar acerca dessas formas de apropriação sobre o movimento de transição no uso dos termos administração e gestão, justamente para interpretar

---

<sup>19</sup> Georges Canguilhem, filósofo e médico francês. Especialista em epistemologia e história da ciência.

os sinais e vestígios deixados pelos discursos que permitiram o delineamento do *estado da arte* neste trabalho de doutoramento. Ao analisar as discussões e propostas acerca de uma teoria da administração da educação, principalmente as de seus precursores teóricos, nota-se uma crítica severa ao uso da teoria empresarial para estudo da escola, por ser o campo da educação marcado e delineado por um conjunto de elementos que o diferencia do campo empresarial, o que de fato o é.

Faz-se necessário assim, clareza de que uma análise organizacional das instituições educacionais, principalmente a escola, não pode ser realizada com base em uma reflexão centrada no universo empresarial, mas sim nas características organizacionais legítimas que integram e delineiam o seu funcionamento, preservando a identidade do trabalho educativo e as suas especificidades. Tomar as organizações educacionais como objeto de estudo representa uma possibilidade de análise conjugada de suas características físicas, administrativas, organizacionais, pedagógicas e sociais. Características essas que precisam ser dissecadas, esmiuçadas e exploradas por meio de um mergulhar profundo do pesquisador em sua dinâmica de funcionamento, bem como no universo que as regula.

Tais reflexões permitem inferir que a luta pelo fortalecimento do subcampo da administração da educação, materializada nos discursos, obras e pesquisas, acabou se restringindo, em sua maioria, à discussões teóricas e práticas que carregam as marcas do que denomina-se perspectiva Clássica da Administração<sup>20</sup>, potencializada pelo fato de a escola ser caracterizada como instituição formal de poder normativo. “O fato de muitas organizações públicas e educacionais serem de fato burocracias de pessoal é uma das razões pelas quais a teoria das organizações convencional tem dificuldades em analisá-las” (MOTTA, 1986, p. 57).

Ao serem apropriadas como organizações, as instituições educacionais constituem-se em objetos profícuos de investigação e estudos sistemáticos que tomem como aporte para as discussões as diferentes correntes que compõem a teoria organizacional, haja vista que as organizações educacionais não constituem um tipo “puro” de organização, mas sim, se caracterizam como organizações complexas que requerem diferentes “olhares” para estudo e análise. E como diz Fernando Prestes Motta,

a Administração, entendida como dotada de métodos e técnicas próprios ou oriundos de outros campos, não pode permanecer indefinidamente como privilégio de alguns. Ao contrário, precisa ser democratizada, isto é, difundida

---

<sup>20</sup> A Abordagem Clássica da Administração (1903-1920) traz como marca as ideias de Frederick Winslow Taylor, Henri Fayol, Henry Ford e Max Weber, constituindo-se como a primeira Escola da teoria organizacional. Caracterizava-se pela ênfase na estrutura organizacional, na máxima eficiência e na racionalidade, tendo como objeto de estudo as grandes indústrias da época.

no tecido social, de modo a ser reivindicada enquanto força inovadora e prenunciadora de um mundo novo, justo e igualitário (MOTTA, 1986, p. 14).

A reflexão que se põe a partir da relação estabelecida com esses novos olhares acerca da “Administração e Gestão”, materializada durante este processo investigativo, permite romper com os sentidos – evolutivo e antagônico – que tais termos carregam, suscitando-lhes uma nova forma de interpretação. Considera-se um sentido teórico-empírico-metodológico para a compreensão dos termos administração e gestão, não entendendo-os como elementos de um processo de caráter evolutivo, mas de um movimento integrado de reciprocidade.

Assim, parte-se da premissa de que a base de raciocínio para a constituição teórico-empírica dos termos administração e gestão no campo educacional foi o conjunto de sistemas de disposição, de modos de ser, de fazer e de pensar, adquiridos pela interiorização das estruturas portadoras da história individual e coletiva da administração da educação, que gerou uma lógica prática, um *habitus* – Bourdieu (2011). Infere-se que foi a partir dessa prática que se delineou o subcampo da administração da educação, no âmbito dos interesses dos agentes da ANPAE em disputar os domínios do poder simbólico no campo intelectual e um lugar de poder no campo educacional brasileiro, adotando estratégias de intervenção e legitimação de seu ideário, conforme apresentado na próxima seção.

### **3 ANPAE E RBAE: ESTRATÉGIAS PARA ENTRADA E PERMANÊNCIA NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

*“[...] As estratégias de que falo são ações objetivamente orientadas em relação a fins eu podem não ser os fins subjetivamente almejados”.*  
*Pierre Bourdieu*

Esta seção tem por finalidade apresentar a análise realizada sobre as formas e usos da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) pela Associação Nacional de Profissionais de Administração (ANPAE)<sup>21</sup>, para integrar o campo educacional brasileiro e legitimar a sua participação na disseminação do conhecimento e construção da base de raciocínio acerca da administração da educação.

A revista foi apropriada como uma fonte histórica, sendo a análise dos seus processos de concepção e circulação “[...] articulados à problemática no interior do campo de luta social no qual emerge ou emergiu”, como nos apontam Machado e Rodrigues (2017, p. 256). Considerou-se para isso, a história de constituição da associação, a idealização, a concepção e a trajetória editorial do impresso em seus quatorze primeiros anos de circulação.

A análise permitiu apreender a constituição da ANPAE e o lançamento da RBAE como estratégias que legitimaram o direito de entrada e permanência de seus agentes nas discussões acerca da administração no campo educacional, conforme apresentado na narrativa a seguir.

#### **3.1 A PRESENÇA DA ANPAE NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

A Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) teve como berço a então denominada Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), apresentada como a mais antiga associação de administradores educacionais da América Latina e a primeira associação brasileira da sociedade civil organizada no campo da educação, depois da Associação Brasileira de Educação (ABE).

A ANPAE nasceu em 1961 por ocasião do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado na Universidade de São Paulo (USP), que centrava a sua proposta em reunir

---

<sup>21</sup> Nomenclatura da Associação quando do surgimento da RBAE.



estudiosos e professores de universidades públicas e privadas do país, que se voltavam à questão da administração escolar. A Associação foi criada com foro e sede na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e conforme informações da seção “Expediente” da edição de lançamento da RBAE, congregava administradores, professores, especialistas e instituições dedicadas ao desenvolvimento da administração da educação e áreas afins.

Foi precisamente no dia 11 de fevereiro de 1961 que pesquisadores e professores de administração escolar e educação comparada das universidades brasileiras, reunidos no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e organizado pela sua Cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada, decidiram fundar a ANPAE – Associação Nacional de Professores de Administração Escolar, hoje Associação Nacional de Política e Administração da Educação (SANDER, 2010, p. 1).

A ANPAE tem por objetivos a união e a promoção de interesses profissionais; o incentivo à cultura científica, ao estudo e ao exercício da administração; a informação e consulta a organismos nacionais, estrangeiros e internacionais, o estímulo à cooperação e intercâmbio de estudos e experiências; e a colaboração com outras instituições de objetivos idênticos ou afins (RBAE, 1983, v.1, n.1, p. 9).

Evidencia-se nos excertos apresentados que o nascimento da ANPAE se deu como fruto dos debates e reflexões de intelectuais que propunham discutir a questão da administração da educação no Brasil e dos seus interesses em integrar o campo educacional brasileiro. Intencionalidades essas que são reveladas nas falas do editorial do v.1, n.1, de 1983 – edição de lançamento – e no documento elaborado por Sander (2010), pesem os destaques dados para a criação da associação no berço da universidade.

Segundo Bourdieu (1990, p. 128) “todo campo, enquanto produto histórico, gera o interesse, que é a condição de seu funcionamento”. Assim, a estratégia de criar uma associação enquanto órgão oficial para o debate acerca da administração da educação surge como uma ação prática inspirada pelos estímulos da situação histórica que demonstrava a necessidade de legitimar esta seara de discussão no campo educacional.

As condutas dos fundadores da ANPAE são caracterizadas assim como “[...] sequências objetivamente orientadas em referência a um fim, sem serem necessariamente produto nem de uma estratégia consciente, nem de uma determinação mecânica” (BOURDIEU, 1990, p. 130), mas, pelas disposições adquiridas na relação com o campo, denominadas por Bourdieu como *habitus*.

Os agentes de algum modo **caem** na sua própria prática, mais do que a escolhem de acordo com o livre projeto, ou do que são empurrados para ela por uma coação mecânica. Se isso acontece dessa maneira, é porque o *habitus*, sistema de disposições adquiridas na relação com determinado campo, torna-se evidente, operante, quando encontra condições de sua eficácia, isto é, condições idênticas ou análogas àquelas de que ele é produto. O *habitus* torna-se gerador de práticas imediatamente ajustadas ao presente e mesmo ao futuro inscrito no presente [...] porque se constituiu pela incorporação das estruturas de um universo semelhante (BOURDIEU, 1990, p. 130, *grifos do original*).

Sendo o processo de construção do *habitus* mediado pela coexistência de diferentes instâncias que compõem o campo educacional – professores, instituições de ensino, sociedade, imprensa, Governo – propõe-se que tais instâncias coexistem e produzem valores culturais e referenciais que medeiam as relações e o jogo estabelecido no campo. Depreende-se dessas colocações que ANPAE e RBAE representam uma resposta (estratégia) mais ou menos adaptada às exigências do campo educacional, que teve como princípio gerador o *habitus*, compreendido como uma matriz cultural que predispos os idealizadores e fundadores da associação a fazerem as suas escolhas, “[...] um produto do encontro entre um *habitus* e um campo, ou seja, entre duas histórias mais ou menos ajustadas integralmente” (BOURDIEU, 1990, p. 130-131).

Na medida em que tinham a intencionalidade de fazer parte e atuar legitimamente no campo educacional, ao criarem a ANPAE, o grupo de pesquisadores e professores atribuiu sentido ao jogo específico do campo, garantindo a sua existência “como crença coletiva inteligível e dotada de sentido e razão de ser para todos (e apenas para eles) aqueles envolvidos e tomados pelo jogo”, o que Bourdieu chama de *illusio* (CATANI, 2017, p. 242), compreendido aqui também como um fator motivador que mobilizou o grupo (dotado de um *habitus*) para integrar o campo educacional.

Assim sendo, os intelectuais que conceberam e fundaram a ANPAE se mostraram dispostos a jogar o jogo, conhecendo e reconhecendo: as suas leis intrínsecas, o valor das questões em disputa e aderindo às suas regras (*habitus*). Dentre esses intelectuais estavam: José Querino Ribeiro, Anísio Teixeira, Antonio Pithon Pinto, Paulo de Almeida Campos, Carlos Corrêa Mascaro e Lauro Esmanhoto, compreendidos como agentes objetivamente definidos pelas suas posições nas relações e no campo educacional, sendo o prestígio, a reputação e a fama de cada um, percebidos e reconhecidos como legítimos, representados na forma de capital simbólico (BOURDIEU, 2011).

Pode-se afirmar que o estudo da constituição e fundação da ANPAE permite pensar a posição de cada um de seus agentes nos espaços de jogo do campo educacional, distribuindo-

se neste campo primeiramente pelo volume global de seu capital simbólico e em segunda instância pelo peso relativo dado aos elementos que compõem o conjunto deste capital, o “grau” de prestígio de cada um dos intelectuais fundadores, por exemplo. “Esta posição determina os poderes atuais ou potenciais nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam (BOURDIEU, 2011, p. 135).

Nos diferentes lugares em que são citados na história da ANPAE, os seus idealizadores e fundadores são compreendidos como intelectuais que,

[...] tomaram consciência da necessidade de sistematizar conhecimentos e práticas de administração do ensino, de defender e valorizar os pesquisadores e docentes de administração escolar nos meios acadêmicos e de **conceber estratégias políticas e organizacionais** para um novo sistema nacional de ensino, **comprometido** com a **educação popular** e a **preparação dos trabalhadores para o desenvolvimento industrial** que então se consolidava no país (SANDER, 2007, p. 5, *grifos da autora*).

A partir dessa concepção de Sander (2007) nota-se uma grande marca acerca de como se pensava e/ou justificava a necessidade de fortalecer as práticas de administração no campo educacional: estabelecer e institucionalizar estratégias que colaborassem para a preparação de indivíduos com foco no mundo do trabalho. A partir daí, suscita-se que na figura do dirigente escolar estavam as balizas que serviriam de esteio para a formação de indivíduos que viessem a atender o que configurava a sociedade da época.

Ainda sobre a posição dos agentes no espaço de jogo, a análise da fonte revela e permite destacar que no subcampo da administração da educação, Benno Sander, é detentor deste capital simbólico constituído por prestígio, reputação e fama, ocupando uma posição de poder na história da ANPAE, e, especialmente da RBAE, participando como idealizador e elaborador do seu projeto original. Ao se revestir dessa forma, a partir do que revelou a fonte e objeto de investigação e compreendendo a associação e a revista como os instrumentos que legitimaram a entrada do grupo de professores que as fundaram no campo educacional, focar no ideário de Sander foi uma escolha para desvelar os movimentos que se constituíram nesse espaço social.

Sendo todo campo produto histórico de um contexto, como aponta Francisco Filho (2013), a partir da década de 1960 o Brasil adentrou em uma fase consolidada pelo modelo urbano industrial, uma época marcada pelos grandes êxodos rurais que acarretaram no inchaço das cidades que, em meio ao crescimento desordenado, sem planejamento e estrutura para atender os novos moradores, fez-se demandar os problemas sociais.

A educação na década de 1960 passou a ter um caráter compensatório, tendo que contribuir para romper com o atraso da sociedade. Foram produzidos e assinados uma série de acordos internacionais (MEC/USAID) para a implantação do tecnicismo na educação brasileira, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico (FRANCISCO FILHO, 2013). As políticas educacionais da época delineavam princípios de organização de empresas articulados ao modelo econômico vigente, passando a modernização e a educação a serem vistas como fatores de desenvolvimento.

Na década de 1970 com as mudanças provocadas nas escolas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71, o currículo escolar passa a responder a necessidades demandadas pelo mercado e das empresas. São estabelecidos inclusive convênios com estabelecimentos empresariais para a realização de estágio em regime de cooperação, e para as habilitações profissionais no ensino de 2º grau. No que diz respeito a formação de dirigentes educacionais, o artigo 84 da referida Lei, estabelece que administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação deveriam ter a sua formação feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.

Diante de tal cenário de mudanças sociais, econômicas e educacionais, compreende-se que os primeiros preceitos teórico-metodológicos acerca da administração da educação denotam de uma concepção reducionista que acaba refletindo em toda a construção teórico-empírica posterior que, em demasia, incorpora (equivocadamente) perspectivas e práticas da administração empresarial para o ambiente escolar.

Sander (2007) cita ainda como influenciadores da constituição da ANPAE, outros dois precursores da pesquisa, ensino e exercício da administração escolar<sup>22</sup> no país nas décadas de 1940 e 1950, Manuel Bergstrom Lourenço Filho e Antônio Carneiro Leão, destacando que foram amplas as suas contribuições para a construção do saber acerca da administração da educação no Brasil.

Diante da necessidade de conhecer quais foram as contribuições dos intelectuais mencionados por Sander (2007) para o debate sobre a administração no campo da educação, como também para o nascimento da ANPAE<sup>23</sup>, iniciou-se um processo de investigação em artigos, teses e dissertações que, de alguma forma, abordassem a questão da administração da

---

<sup>22</sup> Nessa discussão preserva-se o termo “escolar” por ter sido assim apresentado nas referências consultadas.

<sup>23</sup> Embora não seja objeto desta pesquisa, percebeu-se como necessário conhecer quais foram as principais contribuições de alguns dos intelectuais mencionados para a constituição de um campo de pesquisa da administração escolar.

educação, o que contribuiu e possibilitou o mapeamento do debate desses temas e a cristalização de formas de pensamento que influenciaram pesquisas e diálogos posteriores.

A investigação revelou que Querino Ribeiro, Carneiro Leão, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, são reconhecidos como protagonistas dos primeiros escritos de administração escolar no Brasil, sendo as suas obras tomadas como referência para a construção do conhecimento no debate acerca da administração da educação e escolar, em especial os livros: *Introdução à administração escolar* (1939) de Carneiro Leão; *Fayolismo na Administração das Escolas Públicas* (1938) e *Ensaio de uma teoria da Administração Escolar* (1952) de Querino Ribeiro; *Organização e Administração Escolar* (1963) de Lourenço Filho; e os seguintes textos de Anísio Teixeira: *Que é Administração Escolar* (1961) e *Natureza e função da Administração Escolar* (1968).

Tendo a ANPAE a sua gênese no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, como apresentado anteriormente, o texto “*Que é Administração Escolar*” é uma transcrição do discurso proferido por Anísio Teixeira – então diretor do INEP – no referido evento. Um discurso marcado pela preocupação com a formação do administrador escolar e a dificuldade enfrentada em se lançar estudos que permitissem romper com o empirismo em torno da administração no Brasil, em específico, a administração da escola.

A função de administrador é função que **depende muito da pessoa que a exerce**; o administrador **depende de quem ele é**, do que tenha aprendido e de uma longa experiência. Tudo isto é que faz o administrador. E, é comum, entre nós, pensar que aquilo que **não se aprende senão em muitos anos**, não se precisa aprender. Daí, não se precisar de **preparar o administrador**. O Brasil é talvez um país dos mais excepcionais neste assunto. **Não me consta que os administradores se preparem no Brasil**. Parece que não há administração no Brasil no sentido real de algo que se possa aprender e, muito menos, em educação, onde, ao que parece, **nunca houve busca de administradores para as escolas** (TEIXEIRA, 1961, p.1, *grifos da autora*)<sup>24</sup>.

Na fala de Anísio Teixeira nota-se a sua preocupação no que diz respeito a ação de “administrar”, em seu sentido macro (no Brasil) e micro (na escola). Da forma que foi apresentado, percebe-se uma administração fortemente baseada no empirismo e não na formação do administrador, ou seja, a boa ou má ação de administrar ficava a encargo da pessoa a quem estava atribuído esse papel, sendo descartada a importância da formação necessária ao profissional que viesse a desempenhar essa função, em especial no âmbito da escola. A

---

<sup>24</sup> O excerto apresentado é um recorte do texto disponibilizado na Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. O artigo original foi publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nesse mesmo ano, 1961.

preocupação de Anísio Teixeira reflete muito do que se viveu na época no que diz respeito ao ensino da Administração no Brasil<sup>25</sup>.

Observou-se assim, que a ANPAE nasceu em um terreno fecundo de debates acerca da administração no Brasil, em especial da administração da educação e escolar, tomada então como subcampo de pesquisa e intervenção educacional. E assim sendo, a ANPAE,

foi concebida com a missão de lutar pelo exercício do direito à educação de qualidade para todos, através de sua participação na formulação de políticas públicas de educação e na concepção e adoção de práticas de gestão democrática, alicerçadas nos princípios e valores da solidariedade e justiça social e da liberdade e igualdade de direitos e deveres na educação e na sociedade (SANDER, 2010, p. 2).

Os anpaeanos<sup>26</sup> tinham diante de si o desafio de “[...] conquistar um espaço próprio para o estudo e o ensino da administração escolar nos meios acadêmicos e a formação dos administradores escolares” (SANDER, 2007, p. 6), de forma que fossem legitimadas as suas intervenções no campo educacional. Desdobram-se assim, a criação de condições que de certa forma garantiam um lugar de poder no campo e em particular na demarcação de um subcampo dotado de autonomia relativa em sua jurisdição. Dentre tais condições destaca-se o uso: do capital simbólico, da autonomia frente à demanda política e da especialização dos agentes (SAPIRO, 2012), como fatores de diferenciação e disposições legitimadoras de suas intervenções.

Segundo Sapiro (2012), enquanto fatores de diferenciação dos modos de intervenção política dos intelectuais: o volume global de capital simbólico é que determina a posição ocupada no campo intelectual; a autonomia frente à demanda política se manifesta nas escolhas dos intelectuais acerca do seu posicionamento em relação aos detentores de capital político e econômico; o grau de especialização provoca os processos de diferenciação e concorrência das atividades intelectuais pelo monopólio de domínios e competências, que repousa sobre a organização de saberes especializados e saberes universalistas.

Nesse viés, nota-se que a iniciativa de criação da ANPAE teve como um dos seus objetivos fazer intervenção política no campo educacional, usando para isso, destes três

---

<sup>25</sup> O desenvolvimento histórico do Ensino Superior de Administração no Brasil deve considerar, como importante marco, o ano de 1941, no qual foi fundada a primeira Escola Superior de Administração de Negócios" - ESAN, com um curso de longa duração. Em 1951 foi criado o Instituto Brasileiro de Administração - IBRA, em 1952 a Escola Brasileira de Administração Pública -EBAP/RJ, em 1955 a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, EAESP e, em 1964, a Portaria GR nº 8, de 17 de janeiro, instituiu o Curso de Graduação em Administração, na Faculdade de Ciências Econômicas da USP (ANDRADE, 1955).

<sup>26</sup> Nominada dada aos associados da ANPAE. Esses associados, por sua vez, eram professores, pesquisadores e profissionais especialistas da administração educacional.

elementos. A análise das temáticas propostas nos Simpósios Brasileiros da ANPAE nas décadas de 1960 e 1970, revelam este interesse da associação desde o início da sua trajetória.

A caracterização de tais simpósios é apresentada no quadro 2, a seguir.

<b>Número</b>	<b>Tema do Simpósio</b>	<b>Data e Local</b>
<b>I</b>	Condições para o estudo e diretrizes para o ensino da administração escolar: conceitos e terminologia	5-11/02/1961 São Paulo, SP
<b>II</b>	O ensino e a formação de profissionais de administração escolar: terminologia de administração	7-13/07/1963 Porto Alegre, RS
<b>III</b>	Planejamento, supervisão e profissionalização do administrador escolar e terminologia especializada	16-22/01/1966 Salvador, Bahia
<b>IV</b>	A faculdade de educação na estrutura universitária e os programas de ensino de administração escolar	22-26/07/1969 Manaus, AM
<b>V</b>	O estágio em administração escolar, absorção do administrador escolar no mercado de trabalho e diretores em perspectiva	18-24/07/1971 Niterói, RJ
<b>VI</b>	A formação de especialistas em educação	22-28/01/1974 Recife, PE
<b>VII</b>	Estágio supervisionado: condições de realização	09-16/07/1975 Belo Horizonte, MG
<b>VIII</b>	A administração escolar no contexto dos modernos estudos de educação	12-16/07/1976 Brasília, DF
<b>IX</b>	A administração da educação no contexto das ciências sociais	05-08/07/1978 Curitiba, PR

Quadro 2: Simpósios da ANPAE (1961-1978).

Fonte: Site da ANPAE (2018), organizado pela autora.

Ao analisar as temáticas propostas nos Simpósios nota-se a preocupação dos anpaeanos em construir um debate que contribuisse para o delineamento e consolidação de um espaço para a administração no campo da educação, que se desdobrasse na criação de uma base de raciocínio que sustentasse a formação do administrador escolar. Preocupação essa refletida também nas diferentes nomeações atribuídas a ANPAE no período de 1961 a 1996, que segundo Sander (2007), são compreendidas como uma reação ao movimento constituído para a construção do conhecimento no subcampo da administração da educação.

As diferentes nomeações da ANPAE são apresentadas no quadro 3, a seguir.

Ano	Denominação	Genealogia
1961	Associação Nacional de <b>Professores</b> de Administração Escolar - ANPAE	I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar. Evento convocado por José Querino Ribeiro e patrocinado por Anísio S. Teixeira, então diretor do INEP. Nasce uma entidade exclusiva de professores universitários de administração escolar e educação comparada
1971	Associação Nacional de <b>Profissionais</b> de Administração Escolar - ANPAE	V Simpósio Brasileiro de Administração Escolar. A ANPAE incorpora outros especialistas e profissionais da educação, como dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino, pesquisadores educacionais e diretores de escolas e unidades universitárias.
1976	Associação Nacional de Profissionais de Administração <b>Educacional</b> - ANPAE	VIII Simpósio Brasileiro de Administração Escolar. Os participantes do simpósio priorizaram a dimensão educacional da administração. Os mestres fundadores lideraram o movimento para transferir a direção da Associação a uma nova geração de educadores formados nos cursos de pós-graduação que se instalaram no Brasil a partir do final da década de 1960 ou aperfeiçoados em cursos de doutorado em administração educacional no exterior.
1978	Associação Nacional de Profissionais de Administração <b>da Educação</b> - ANPAE	IX Simpósio Brasileiro da ANPAE. Os estudos e debates giraram em torno da administração da educação no contexto das ciências sociais. Nasce a Revista Brasileira da Administração da Educação – RBAE.
1996	Associação Nacional de <b>Política e</b> Administração da Educação - ANPAE	Assembleia Geral Extraordinária de 29 de julho de 1996. A pesquisa se insere na orientação político-pedagógica, refletindo o compromisso com a construção do conhecimento e das práticas no campo da gestão democrática e da educação brasileira.

Quadro 3: Denominações ANPAE (1961-1996).  
Fonte: Sander (2010), organizado pela autora.

A mudança na sua denominação demonstra a busca da associação por novos sentidos, pelo seu lugar na organização social, em especial no campo educacional, constituindo-se como um órgão oficial para o encontro e realização de debates entre os especialistas em administração da educação. Na lógica das trocas simbólicas, sob a ótica de Bourdieu (1990), essa transformação da ANPAE no que tange à sua denominação pode ser entendida como um investimento orientado para a maximização do seu valor (capital simbólico) visando assegurar o seu lugar (poder) no campo educacional.

Nas palavras de Sander (2007, p. 4):

[...] minha hipótese é que os vários nomes da ANPAE são **signos simbólicos** que **suscitam representações, deslocamentos de valores e adesão coletiva**



**a princípios e regras.** É assim que cada nome da ANPAE **reflete** distintos saberes, costumes, epistemologias, compromissos políticos e práticas sociais em matéria de políticas públicas e gestão da educação. Em outras palavras, os distintos batismos da ANPAE encontram sua explicação na organização social (SANDER, 2007, p. 4, *grifos da autora*).

Vê-se que essas mudanças nas denominações da ANPAE representam as influências das manifestações e interesses dos diferentes agentes que a compunham em suas diferentes fases, como também as práticas e demandas sociais, políticas, pedagógicas e organizacionais de cada época. A associação tem em sua gênese uma formação exclusivamente de professores, e ao longo do tempo manifesta o interesse e a importância em explicitar também “em seu nome” a incorporação de “profissionais” da administração da educação, especialistas e técnicos com experiência e formação acadêmica em gestão/administração.

Notadamente, essas modificações na denominação da ANPAE caracterizaram a busca intensiva de seus membros pela constituição e legitimação de um espaço no campo educacional, bem como pelo fortalecimento do propósito da associação, de sua missão. Outrossim, na estruturação organizacional da ANPAE, apresentada em cada *Expediente* do impresso RBAE, aparece o interesse em tornar a associação conhecida em amplitude por meio do fortalecimento dos laços de sociabilidade estabelecidos entre os seus membros.

Nessa estruturação organizacional, nota-se as vice-presidências alocadas em diferentes regiões do país<sup>27</sup>, conforme representação na figura a seguir.



Figura 5: representação da estrutura organizacional da ANPAE (1983).  
Fonte: RBAE (1983), organizado pela autora (2019).

A análise da estruturação organizacional geográfica da ANPAE, elaborada a partir das informações dispostas em seu Expediente, permitiu identificar que a associação por meio da

<sup>27</sup> Essas cinco regiões são apresentadas no volume 1, número 1 da RBAE (1983). Conforme novos números foram sendo publicados, evidencio que regiões são incluídas e/ou excluídas. O que pode se caracterizar como um desdobramento dos laços de sociabilidade estabelecidos (em cada período) com o presidente da ANPAE, editor(a) da RBAE e com a IES que estivesse como “berço” da revista.

circulação da RBAE desde o seu primeiro número, detinha do interesse em disseminar por diferentes regiões as suas características, o seu ideário, a sua missão etc., e criar um capital simbólico com volume global, que segundo Sapiro (2012) tem incidência sobre a legitimação das suas intervenções. Percebeu-se isso, inclusive ao analisar que as vice-presidências eram ocupadas por agentes vinculados a instituições de ensino superior detentoras de prestígio no campo educacional, conferindo-lhes poder de intervenção por meio do capital simbólico individual. Alguns desses agentes eram membros do Conselho Editorial da RBAE.

No que diz respeito as presidências da ANPAE, essas organizaram-se conforme consta no quadro 4, apresentado a seguir.

<b>Presidente</b>	<b>Gestão</b>	<b>Universidade</b>
Antônio Pithon Pinto	(1961-1971)	UFBA
Paulo de Almeida Campos	(1971-1974)	UFF
Carlos Corrêa Mascaro	(1974-1976)	USP
Benno Sander	(1976-1984)	UNB
Maria Beatriz Moreira Luce	(1984-1989)	UFRGS
Maria Clélia Botelho	(1989-1991)	UFMG
Lauro Carlos Wittmann	(1991-1995)	UFSC
Regina Vinhaes Gracindo	(1995-2000)	UNB

Quadro 4: Presidentes da ANPAE (1961-2000).

Fonte: site da ANPAE (2019); números da RBAE (1983-1996), organizado pela autora (2019).

O levantamento do *lôcus* acadêmico das presidências da ANPAE se mostrou historicamente importante para reconhecer as relações da Associação promotora de um veículo oficial de informação e formação acerca da administração da educação, no campo educacional brasileiro. Analisados sob o ponto de vista de pertencimento acadêmico apresentado por Sapiro (2012) como um “título” do campo intelectual, por estarem vinculados a estas Universidades, os presidentes da ANPAE detinham de um capital simbólico individual do tipo institucional, que lhes conferia uma autoridade nos processos de decisão à frente da Associação.

O capital simbólico individual está ligado seja aos títulos (diplomas, distinções, posição universitária, pertencimento a academias), que remetem a um capital de tipo institucional, seja ao renome, capital de reconhecimento encerrado em seu próprio nome [...] (SAPIRO, 2012, p. 23).

Essas informações são detalhadas na seção “Expediente” de cada número da RBAE, identificando também as vice-presidências regionais, o conselho deliberativo, os diretores de seções estaduais (a partir de 1992) e os coordenadores estaduais (a partir de 1996). “Quanto

mais se ocupa uma posição dominante no campo, mais se tende a universalizar os interesses particulares sob uma forma despolitizada” (SAPIRO, 2012, p. 22).

Acrescenta-se nesse sentido, a noção de *illusio* como importante para assinalar os interesses dos agentes no jogo estabelecido no campo, revelando que,

não existe um interesse, mas *interesses*, variáveis segundo o tempo e o lugar, quase ao infinito. Em minha linguagem, eu diria que há tantos interesses quantos campos, enquanto espaços de jogo historicamente constituídos, com suas instituições específicas e suas leis próprias de funcionamento. A existência de um campo especializado e relativamente autônomo é correlativa à existência de alvos que estão em jogo e de interesses específicos: através dos investimentos indissoluvelmente econômicos e psicológicos que eles suscitam entre os agentes dotados de um determinado *habitus*, o campo e aquilo que está em jogo nele (BOURDIEU, 1990, p. 126-127).

A análise da estruturação organizacional da ANPAE por regiões e o *locus* acadêmicos das presidências, tomando como mote a noção de *illusio* de Bourdieu (1990), revelou o interesse dos seus agentes em ampliar o espaço de “ocupação” da associação por todo o território nacional com vistas a criar um movimento de expansão, aqui interpretado como uma forma de acelerar o processo de legitimação de suas intervenções no campo educacional, desdobrando-se em poder de intervenção na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil.

A partir do v.8, n.1, de 1992, passam a compor a estrutura organizacional da associação o cargo de “Diretores de Seções Estaduais”. No v.12, n.1, de 1996, é incorporado também o cargo de “Coordenadores de Seções Estaduais”. No v.12, n.2, ambos os cargos não são apresentados. A análise destas informações tendo como base a premissa de Sapiro (2012) sobre os modos de intervenção dos intelectuais, revelou os interesses dos agentes da ANPAE em criar capital simbólico para legitimar as intervenções políticas da associação no campo educacional, por meio da amplificação, fortalecimento da rede de debates e criação de engajamentos intelectuais pelo território nacional.

Nas palavras de Sander (2007), a ANPAE é vista como agente de socialização do conhecimento produzido, por ser ao mesmo tempo, um lugar de encontro e uma arena de debates entre especialistas, cujo periódico acadêmico-científico (RBAE/RBP AE) vem publicando resultados de pesquisas e ensaios especializados da área.

Na seção “Apresentação” do primeiro número da revista, Benno Sander, então presidente da ANPAE, aponta sobre o crescimento sólido da Associação, “[...] enquanto se observam iniciativas oficiais ao aprimoramento do estudo e do exercício da administração no

ensino” (RBAE, 1983, p. 9). Dentre tais iniciativas são mencionadas: a habilitação em administração escolar no curso de Pedagogia (1969), a multiplicação dos cursos de mestrado em administração e planejamento educacional (década de 1970) e uma nova conscientização acerca da necessidade de profissionalização dos dirigentes educacionais para as diferentes modalidades e níveis de ensino. Por assim dizer,

[...] essa nova realidade estava a exigir um novo veículo de comunicação e intercâmbio visando ao aperfeiçoamento profissional dos administradores educacionais. É nesse contexto que surgiu a ideia de editar uma revista especializada no campo da administração da educação (RBAE, 1983, p. 9).

É assim que se consolida mais uma iniciativa intelectual destinada a desempenhar um papel fundamental no aprimoramento do estudo e do exercício da administração da educação e áreas correlatas no Brasil. A Revista está nas mãos dos educadores como veículo de intercâmbio, de debate, de educação, de participação no esforço de construção e reconstrução permanente do conhecimento científico no campo da educação. [...] A Revista Brasileira de Administração da Educação será o que os estudiosos e dirigentes educacionais dela fizerem (RBAE, 1983, p. 10).

A menção à exigência de um novo veículo de comunicação frente a nova realidade da época, demonstra o interesse dos membros da ANPAE em fazer parte do debate intelectual que se estabelecia no campo educacional e a necessidade de fazer referência aos debates próprios do campo intelectual, sob pena de se ver dele excluído”, como apresentado por Sapiro (2012, p. 21). A RBAE estava inserida no bojo do processo de constituição e legitimação de um subcampo que se tornaria a base de raciocínio que sustenta a administração da educação no país.

Assim, mediante as regras do jogo no campo educacional, nota-se a motivação e o interesse dos intelectuais da ANPAE em constituírem um impresso especializado, que estando sob os domínios da associação aumentaria o seu capital simbólico, legitimaria o seu lugar no campo intelectual e ampliaria o poder de intervenção de seus agentes. Uma estratégia objetivamente orientada em relação a um fim que fundamentou o agir dos agentes envolvidos, de forma que a necessidade manifestada pelas suas ações não aparece tão evidente enquanto produto de um acaso objetivo. “[...] todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum, a saber, tudo aquilo que está ligado à própria existência do campo [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 91).

Assim, depreende-se que a criação da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) integra um conjunto de estratégias para legitimação, ampliação e permanência dos

agentes da ANPAE em um lugar de poder no campo educacional brasileiro, conforme narrativa apresentada a seguir.

### 3.2 CRIAÇÃO DA RBAE: ESTRATÉGIA E CAPITAL SIMBÓLICO

A Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) circulou no Brasil no período de 1983 a 1996. Com periodicidade semestral, foi caracterizada como veículo oficial de comunicação e intercâmbio de informações com foco na administração da educação. O seu projeto de lançamento nasceu por ocasião do X Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, realizado em outubro de 1980, na cidade do Rio de Janeiro.

O projeto de lançamento da Revista, **preparado** por Benno Sander e Maria Beatriz Luce<sup>28</sup>, respectivamente presidente e vice-presidente da ANPAE, foi aprovado em fevereiro de 1981 **na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, pela Assembleia Geral Extraordinária comemorativa do vigésimo aniversário de fundação da Associação. No primeiro semestre de 1983 foi distribuído o primeiro número da Revista, sob a direção editorial de Maria Beatriz Luce (UFRGS). **Desde o seu nascimento**, a Revista **tornou-se o projeto prioritário da ANPAE**, como veículo especializado de socialização do conhecimento e de práticas inovadoras em matéria de política e gestão da educação e seus processos de planejamento e avaliação (SANDER, 2010, p. 6, *grifos da autora*).

Os moldes do lançamento da RBAE a caracterizam como um impresso periódico educacional especializado, criado e editado pela ANPAE e mantido por essa associação e os seus associados, de janeiro de 1983 até o presente momento<sup>29</sup>, tendo como proposta central discutir e disseminar o conhecimento teórico e prático acerca da questão da administração da educação e escolar, principalmente para a comunidade acadêmica. Como imprensa periódica educacional, entende-se aquela “[...] feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições (sindicatos, partidos políticos, associações e Igreja)” (CATANI; BASTOS, 1997, p. 5). Com fins de abordar historicamente o referido periódico nos seus primeiros quatorze anos de existência, foram

---

<sup>28</sup> Benno Sander foi presidente da ANPAE nos anos de 1983 e 1984, cargo ocupado na sequência por Maria Beatriz Luce, até o ano de 1988. Maria Beatriz Luce também foi editora da RBAE no período de 1983 a 1988.

<sup>29</sup> A última edição da revista, atualmente RBPAAE, corresponde ao volume 36, número 1, jan./abr. de 2020, disponível em formato *online*, no sítio <https://seer.ufrgs.br/rbpae/issue/view/3958>.

utilizadas como fontes documentais: as próprias edições da RBAE, o texto de Benno Sander<sup>30</sup> e o Estatuto da ANPAE, disponibilizados no site da Associação.

O lugar social de produção da RBAE é delineado pelos aspectos políticos, sociais e históricos que viabilizaram a sua criação, divulgação e circulação, assim como, as propostas editoriais delineadas pela ANPAE. Entende-se que investigar o lugar social de produção de um impresso significa considerar as condições nas quais este foi gerado, criado e dado a circular, considerando para isso, “[...] a presença de diversas instituições no grupo, o aparecimento e o destino de certas preocupações, bem como a enunciação de propostas específicas para o trabalho” (CATANI; FARIA FILHO, 2002), por meio de um exame “do e para” o interior do lugar de produção.

Investigar e caracterizar o lugar de produção de um impresso implica em desvelar os meandros que se articulam e compõem o seu fazer, possibilitando evidenciar, como citado por Chartier (1991, p. 177), “não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”. Entende-se o impresso como uma representação dos interesses do grupo que o fabricou, e como considera Certeau (1982, p. 64, “[...] muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada”, produto de um lugar, revelando rupturas e continuidades acerca do contexto social que o influenciou, e principalmente, do campo sobre o qual ele se assenta.

Parte-se da ideia de que a RBAE surgiu em um momento de ressignificação da Associação iniciado no ano de 1978, por intermédio do IX Simpósio Brasileiro da ANPAE, realizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR). De acordo com Sander (2010), o evento foi um divisor de águas no que diz respeito ao enfoque dado à administração educacional, que passa a ser apropriada como ciência social aplicada, suscitando novos debates que se aprofundariam na década de 1980.

Considerando que a ANPAE já detinha de um espaço de consagração no campo educacional, e havia o interesse mútuo de seus agentes em ampliar este espaço e garantir a sua permanência frente aos debates que se instauravam, depreende-se que bastou os agentes se deixarem levar por sua natureza e se ajustarem quase que naturalmente, ao contexto do campo que já faziam parte e do “mundo” com o qual se defrontavam.

---

<sup>30</sup> Diante do engajamento intelectual e da posição ocupada por Sander na ANPAE e no debate acerca da administração da educação no Brasil, elegeu-se como um dos documentos para o delineamento do lugar social de produção, o seu texto: “Introdução à história da ANPAE como sociedade civil no campo da educação”.

Partindo da concepção de Bourdieu (1990), o interesse dos agentes da RBAE foi considerado produto de uma determinada categoria de condições sociais que (quase que naturalmente) os levaram a fazer o que era preciso para realizar o futuro potencialmente inscrito no mundo em que eles estavam “como peixes dentro d’água [...]” (BOURDIEU, 1990, p. 127-130). As ações dos agentes da associação, quanto ao lançamento da RBAE, representam a busca por legitimação e permanência no campo educacional, suscitadas a partir da conexão com o contexto histórico-social que fazia parte e das suas formas particulares de interesse.

A revista surge como um espaço de manifestação das vozes daqueles que desejavam expor as suas ideias, estudos e pesquisas acerca da administração da educação no campo educacional, de forma relativamente autônoma. O excerto a seguir contribui para o entendimento desta percepção.

Esse ambiente renovador propiciou o nascimento da Revista Brasileira de Administração da Educação, hoje Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE), periódico de **debate científico da ANPAE** e **veículo de opinião e divulgação** de pesquisas e experiências no campo da política e da gestão da educação (SANDER, 2010, p. 6, *grifos da autora*).

Depreende-se do discurso de Sander (2010) que os agentes idealizadores da RBAE caem na sua própria prática incorporando o sistema de disposições adquiridas na relação com o campo educacional (*habitus*), concretizando o desejo de disseminar o conhecimento e as opiniões de professores para além do ambiente acadêmico por intermédio de um impresso educacional especializado. As intenções de ampliar e fortalecer o debate acerca da administração da educação por intermédio da publicação de experiências e evidências empíricas, caracterizam-se como práticas ajustadas ao contexto da época e ao futuro que então se inscrevia de (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil.

Ao tratar do ambiente que propiciou o nascimento da RBAE como “renovador”, a partir da fala de Sander infere-se que a ANPAE se valeu da efervescência dos debates que fermentavam o início da década de 1980, e lançou a revista em um cenário fértil para o que o impresso propunha. Na primeira edição da RBAE fica evidente o seu lugar de produção permeado pelo contexto de transformações da época, sendo a revista “**da** Associação Nacional de Profissionais de Administração da educação (ANPAE), **destinada** a apresentar e discutir questões teóricas e práticas da administração da educação” (RBAE, v.1, n.1, 1983, p. 9, *grifos da autora*).

Entende-se que a RBAE fala de um lugar “associativo”, sociedade civil e sem fins lucrativos, que congrega administradores, professores, especialistas e instituições dedicadas ao desenvolvimento da administração da educação e áreas afins, caracterizada como um espaço de socialização de conhecimento produzido por seus integrantes. Em seu primeiro número, o então presidente da ANPAE, Benno Sander, inicia a nota de apresentação dando destaque para a intencionalidade da associação em lançar um periódico especializado na questão da administração da educação.

Nessa mesma narrativa resgata-se sobre a fundação da ANPAE, dando ênfase aos seus idealizadores e em como a associação, desde a sua gênese, buscou a periodicidade da discussão em torno da questão da administração da educação, por meio da realização de reuniões, simpósios e publicação de trabalhos científicos. Fala-se ainda da criação do *Informativo ANPAE* e da publicação da série *Cadernos de Administração Escolar*, publicações essas que foram objeto de pesquisa na tese de doutoramento de Maia (2004), na qual consta a construção da trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil por meio das publicações da ANPAE.

No primeiro número da RBAE (1983) a narrativa de Benno Sander demonstra o interesse da ANPAE em legitimar o referido impresso como veículo de comunicação oficial da associação. Como Sander detinha de um lugar de poder naquele contexto, à medida que ele resgata a memória da concepção da associação mencionando Querino Ribeiro e Anísio Teixeira como líderes de um “grupo seletivo” de professores de administração escolar cristalizando-a no tempo, a revista (documento) transforma-se em monumento, “[...] um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p. 288).

O excerto da apresentação do primeiro número e volume da RBAE é exposto a seguir.

A iniciativa de editar a **Revista Brasileira de Administração da Educação** se insere na própria trajetória história da Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), que, **há duas décadas, congrega** especialistas e dirigentes de ensino de todo o País, visando a **promover o desenvolvimento da teoria e da prática da administração da educação**. Foi precisamente em 1961 que **um seletivo grupo de professores de administração escolar, reunidos sob a liderança** de J. Querino Ribeiro e Anísio Teixeira, **resolveu fundar**, por proposta de Antônio Pithon Pinto, a Associação Nacional de Professores de Administração Escolar, hoje Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (RBAE, 1983, p. 7, *grifos da autora*).

Depreende-se da narrativa de apresentação da RBAE a estratégia de seus organizadores em legitimar a revista fazendo uso de capital simbólico – posição, carisma e reputação dos



agentes idealizadores no campo educacional; apresentação do impresso como um produto acumulado do trabalho passado da ANPAE – como os poderes que definem a probabilidade de ganho em constituir um espaço oficial para a veiculação de estudos, experiências, discussões teóricas, análises de documentos oficiais etc., acerca da administração da educação no campo educacional.

Segundo Bourdieu (2011) as espécies de capital – o que inclui o capital simbólico – são como trunfos num jogo representando um poder sobre um campo, sobre o produto acumulado do trabalho passado e sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e a posição de um determinado agente no espaço social. Sendo a RBAE fruto do ideário de um grupo de professores que compunham a ANPAE, a revista contribuíra para aumentar o poder de intervenção dos seus agentes e da própria associação no campo educacional brasileiro.

No período de 1983 a 1996, passaram pelo Conselho Editorial da RBAE, 71 pessoas, dos quais 32 tiveram textos assinados no referido impresso “[...] todo sistema de pensamento está referido a ‘lugares’ sociais, econômicos, culturais etc.” (CERTEAU, 1982, p. 55), ou seja, a fonte e objeto de estudo revela diferentes facetas ao considerar também os envolvidos em sua construção. Esses elementos emergiram durante o processo de desconstrução do impresso.

A RBAE ofereceu uma dupla alternativa de investigação para esta pesquisa histórica educacional, sendo apropriada como fonte e objeto. Como fonte, buscou-se compreender os discursos, relações e práticas que modelam o impresso. Como objeto, investigando-o do seu ponto de vista interno, buscou-se explicitar modalidades de funcionamento do campo educacional (CATANI; BASTOS, 1997) e decifrar os traços de memória deixados pelo grupo que idealizou e lhe deu vida, cristalizados no tempo por meio de sua publicação.

As evidências apreendidas por meio do conjunto documental desta investigação, revelaram que o conteúdo veiculado e sistematizado na RBAE, foi produzido por pesquisadores – professores e alunos – vinculados, em sua maioria, a programas de graduação e pós-graduação de Instituições de Ensino Superior, e alguns materiais apresentados como resultados de pesquisas e/ou relatos de experiências, elaborados por pesquisadores ou especialistas de outras comunidades escolares ou órgãos oficiais de ensino, pesquisa e educação.

Nota-se, inclusive, um elo de cumplicidade entre os membros da comunidade educacional que compunha a revista, e de certa forma, a padronização da linguagem que amparava a comunicação entre esses indivíduos. De tais elementos depreende-se que o impresso RBAE como um periódico educacional especializado em administração da educação,

que não cotejava o grande público, mas, se voltava à um público leitor específico, como especificado no Editorial de seu primeiro número.

O primeiro número da **Revista Brasileira de Administração da Educação** vem à existência marcado pelo espírito associativo, profissional e dinâmico que tem caracterizado a história da ANPAE, conjugado à deliberação de oferecermos aos sócios e à comunidade mais amplamente definida um espaço de comunicação, participação e intercâmbio [...] Assim, a **Revista Brasileira de Administração da Educação** é apresentada aos anpaeanos e ao público acadêmico e profissional como uma experiência em construção. Convido a todos para trazerem sua contribuição crítica (RBAE, 1983, v.1, n.1, p. 10, *grifos do original*).

No discurso proferido pela então editora Maria Beatriz Moreira Luce no primeiro número da RBAE, fica evidente que o impresso ganha vida impulsionado pelos elementos que permeiam a história da ANPAE, que por meio dele, amplia o seu espaço de discussão sobre a administração da educação ao público acadêmico e profissional. Ao estar presente na narrativa a menção ao impresso como “experiência em construção”, nota-se a busca e o interesse pelas ideias e debates que pudessem contribuir para a (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil, organizados em um periódico educacional especializado.

Enquanto revista especializada em administração da educação, a RBAE se constituiu em uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento da administração no campo da história da educação, fazendo circular saberes, práticas, experiências e informações que, ao mesmo tempo, versam sobre, e reverberam: no trabalho pedagógico, na prática docente, no ensino de disciplinas específicas, na organização dos sistemas de ensino e educacionais, e, dentre outros temas nas políticas que de alguma forma se relacionam à esse campo educacional.

Partindo do pressuposto de Fernandes (2008), entende-se que os periódicos ligados a professores podem ser apreendidos como núcleos de informação que demonstram maneiras de produzir e difundir discursos. No caso da RBAE, ao adentrarmos nas edições que compuseram essa investigação, depreende-se a intencionalidade de seus idealizadores e corpo editorial em apresentar pontos de vista e experiências do campo acadêmico e empírico, conferindo-lhe legitimidade. As 94 seções e os 195 artigos que compuseram o *corpus* documental dessa investigação, representam o que se desejava difundir ao público leitor.

Há que se ter o cuidado, entretanto, para não cair na tentação de supor que nessas páginas encontra-se a história verdadeira da temática documentada, mas sim, enxergar nesses textos dirigidos a professores e nas polêmicas que deles possam surgir, um painel vivo e revelador dos

personagens envolvidos nas questões que são expostas e das redes que lhes oferecem sustentação e permitem transformar o periódico em um objeto educacional. Como aponta Fernandes (2008, p. 22), “[...] é possível perceber as revistas ao mesmo tempo como espaço de confluências e disputas e como lugar onde estão em jogo diferentes interesses, envolvendo processos nos quais se realiza a produção discursiva”.

Enquanto objeto educacional, o impresso RBAE torna-se “[...] como efeito e como produtor de cultura, perspectiva que se traduz em uma forte recusa de qualquer concepção que tenda a naturalizá-lo” (GONDRA, 2011, p. 314). O discurso produzido pela revista é construído a partir da percepção, posicionamento e escolhas dos seus diversos atores, tais como, corpo editorial, leitores, autores, instituições, associações etc., constituindo-o como uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo da administração da educação e escolar no Brasil, enquanto faz circular informações que emergem desse espaço educacional.

Outrossim, como aponta Catani (1996), o acompanhamento do aparecimento e do ciclo de vida do impresso permite reconhecer a luta de seus agentes por legitimidade no campo educacional em que se insere e possibilita a análise da participação de seus idealizadores e produtores na organização de um sistema de ensino e na construção de discursos voltados a instaurar práticas exemplares. Os impressos têm intencionalidade e são apreendidos como sujeitos da história, e assim sendo, eles produzem cultura, caracterizando-se como materiais produzidos por grupos sociais e que ajudam a produzir esses grupos, revelando-se ao mesmo tempo, constituídos e constituintes de pensamentos, ideias, comportamentos e cultura.

A RBAE – como todos os impressos – não é um impresso neutro, mas, constituído por um conjunto de estratégias editoriais pensadas, planejadas e articuladas, que determinam e revelam posições e relações entre indivíduos e grupos. Compartilhando a concepção desenvolvida por Luca (2005), os impressos são projetos coletivos, empreendimentos que reúnem indivíduos em torno de ideias, crenças e valores que se deseja difundir por meio da palavra escrita. Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos e atentar para a escolha dos títulos e textos programáticos. Nesses elementos estão as pistas para que se revelem as intenções e expectativas acerca da leitura de passado e de futuro compartilhada pelo grupo editorial.

Os impressos permitem inquirir sobre as ligações cotidianas de seus agentes com os diferentes poderes e interesses financeiros, aos quais se incluem os de caráter publicitário. A imprensa pedagógica “[...] não divulga as informações de forma imparcial, ao contrário, propaga aspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetivos

específicos do grupo que compõem sua editoração e garante sua circulação” (RODRIGUES, 2012, p. 22), mas veicula conteúdos que levem o seu público leitor a incorporar os propósitos de seu projeto editorial.

Assim, a partir das histórias de constituição e fundação da ANPAE e RBAE depreende-se que ambas legitimaram o direito de entrada e permanência de seus agentes no campo educacional brasileiro, concedendo-lhes condições e aumentando o seu poder de intervenção política. Na próxima seção a revista será situada como um instrumento de imposição simbólica para a disseminação de um ideário acerca da administração da educação no Brasil.

## 4 RBAE: MEDIAÇÕES EDITORIAIS E IMPOSIÇÃO SIMBÓLICA

*“Os símbolos são instrumentos de conhecimento e de comunicação que tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social, contribuindo para a reprodução da ordem social”.*  
*Pierre Bourdieu*

O objetivo desta seção é apresentar a análise dos projetos gráficos e mediações editoriais da RBAE em seus primeiros quatorze anos de circulação, a fim de evidenciar os investimentos materiais e simbólicos da ANPAE em torno dessa publicação, que, como explicitado na seção anterior, representaram estratégias para legitimar e ampliar o poder de intervenção política de seus agentes no campo educacional brasileiro.

Ao adentrar no local de produção discursiva sob o qual a revista se constituiu como impresso educacional especializado, apreendendo os responsáveis pela sua produção – Conselho Editorial –, e os autores que contribuíram com os conteúdos veiculados, foi possível perscrutar os modos e usos do impresso como um instrumento de imposição simbólica que corroborou para a disseminação do ideário de um grupo específico acerca da administração da educação no Brasil, bem como as características e condições materiais em que foi posto em circulação, investigando-se como isso repercutiu na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no país.

Nesse exercício arqueológico, emergiram ainda, a teia de intencionalidades formada em torno da RBAE e o emaranhado de sua construção de modo a dissecar as suas raízes mais profundas, esmiuçar os elementos que até então não estavam expostos, trazendo-os à vista.

### 4.1 A RBAE E SUA MATERIALIDADE

Uma vez apresentados os aspectos que envolvem idealização e lançamento da RBAE, fez-se necessário adentrar na sua materialidade, jogar luz à sua organização interna. Uma ação que permitiu captar lastros acerca dos interesses e estratégias disseminadas pelos seus idealizadores nas escolhas que compuseram o seu projeto editorial – assuntos, temas, conteúdos, formas de organicidade etc. – e revelar as representações do grupo social que o idealizou. Como aponta Chartier (1990).

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Na RBAE, as lutas de representações são uma marca indelével nos discursos proferidos em suas páginas, de modo que a posição e o “poder” social de quem os escreveu são evidenciados, na maioria dos casos, na narrativa apresentada nos *Editoriais*, que exibiam uma síntese dos conteúdos com os quais o leitor teria contato, fazendo referência ao autor responsável pela sua produção, e, em alguns casos, convidativas à conclusões que os leitores poderiam chegar: “[...] oferece ao leitor uma oportunidade de repensar as relações entre educação, trabalho e produção que sustentam tantas posições e propostas de administração da educação” (trecho do editorial, v.2, n.1, 1984).

Segundo Bastos (2007, p. 167, *grifos da autora*) “cada notícia compreende uma **descrição bibliográfica e editorial**, o objetivo fixado pelo periódico para os seus leitores, uma **apresentação** dos temas ou assuntos que **mais significativamente** são abordados no curso de sua história”. Ratifica-se assim, que o impresso e os seus conteúdos veiculados são fruto de escolhas realizadas em um campo de disputas, o campo educacional. O impresso publicava a voz daqueles que de certa forma venceram a disputa ou as disputas do/no processo de publicação.

[...] a imprensa é o lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva [...] de fato, a feitura de um periódico apela sempre a debates e discussões, a polêmicas e conflitos; mesmo quando é fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto dos poderes públicos ou nos editoriais de abertura (NÓVOA, 1997, p. 13).

A RBAE tornou-se um espaço de afirmação de pensamentos, escolhas, correntes de ação e pensamento educacional, materializados por meio dos textos produzidos por seus autores, e veiculados no impresso por meio do seu projeto editorial. A revista foi apropriada como uma estratégia da ANPAE, caracterizada como um dos objetos de disputa utilizados pelos membros da associação para jogar o jogo que se estabelecia no campo educacional, condição para o

funcionamento do campo, segundo Bourdieu (1983, p. 89). “É preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.”.

No tocante aos objetivos da RBAE explicitados em suas edições, ao acompanhar o seu ciclo de vida nota-se que a finalidade de origem se manteve do volume 1 ao 11, sofrendo alterações a partir do volume 12, conforme explicitado no quadro a seguir:

<b>Finalidade do impresso RBAE</b>	
Vol. 1 ao 11 – 1983 a 1995	Revista Brasileira de Administração da Educação é um periódico semestral da Associação Nacional de Profissionais de Administração da educação (ANPAE), destinada a apresentar e discutir questões teóricas e práticas da administração da educação. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.
Vol. 12, n.1 - 1996	Revista Brasileira de Administração da Educação é um periódico semestral da Associação Nacional de Profissionais de Administração da educação (ANPAE). É um veículo através do qual as questões relacionadas à administração da educação: as políticas, o planejamento e a gestão são debatidas, polemizadas, analisadas e encaminhadas de forma crítica. Seu objetivo é a socialização e o avanço contínuo do conhecimento da área através de reflexões de cunho mais teóricos, de relatórios de pesquisas, de relatos de experiências práticas. Com uma postura pluralista do ponto de vista teórico, os artigos selecionados retratam, no entanto, um ponto comum: a busca da melhoria da prática social da educação.
Vol. 12, n. 2, 1ª e 2ª parte - 1996	Revista Brasileira de Administração da Educação é uma publicação semestral da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) destinada a apresentar e discutir questões teóricas e práticas de política e administração da educação em geral e, mais especificamente, as políticas públicas e institucionais, a gestão de sistemas e instituições educacionais e a avaliação da educação.

Quadro 5: Finalidade do impresso – descrição no Expediente.

Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora.

O quadro demonstra que a RBAE manteve a sua finalidade “de origem” por doze anos. Atribui-se às modificações identificadas a partir do volume 12 da revista no ano de 1996, o período de transição editorial e de conteúdo pelo qual passou o impresso, impulsionado pelo interesse de seus agentes em ampliar o seu espaço de poder no campo educacional participando legitimamente dos debates acerca das políticas educacionais, que se tornavam eminentes no ano de 1996.

Como aponta Hermida (2012), o foco do programa político implementado pelo novo Governo (FHC) baseou-se na concretização de reformas, inclusive aquelas que estavam em andamento após a aprovação da Constituição Federal de 1988, dentre as quais se destacava a questão da educação nacional. Outrossim, a promulgação da LDB 9.394/1996 representou um marco história para a Educação, fazendo efervescer neste período o debate político no campo educacional.

Assim, o reposicionamento da revista primeiramente como um veículo para debater, polemizar, analisar e encaminhar de forma crítica as políticas, o planejamento e a gestão e, em segunda ordem especificando a sua intencionalidade em apresentar e discutir as políticas públicas e institucionais, a gestão de sistemas e instituições educacionais e a avaliação da educação, revelam a estrutura do campo: “um estado de relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta [...] da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores” (BOURDIEU, 1983, p. 90).

Com base no exposto, a estratégia – nesse caso, manifestada pela mudança na finalidade da revista – tornou a RBAE um instrumento de imposição simbólica na relação de força que se estabelecia no campo educacional pela conservação e ampliação do poder e autoridade específica da ANPAE nas questões que envolvem a administração da Educação e a monopolização (mais ou menos completamente) deste capital específico.

A narrativa do editorial do volume 12, número 1, do primeiro semestre de 1996, sugere que no âmbito interno da RBAE e da ANPAE vivia-se uma espécie de rito de passagem. Inclusive, no que tange ao conteúdo veiculado nessa edição da revista, foi o último número dessa primeira fase do ciclo de vida que contou com artigos inéditos. O número 2 desse mesmo volume foi organizado em duas partes, publicadas no segundo semestre do mesmo ano, sendo composto por artigos selecionados de edições anteriores, no sentido de “celebrar” o fechamento de uma fase da RBAE e o início de uma nova etapa. Infere-se que as novas finalidades do impresso se ajustaram a esse cenário de mudanças (internas e externas) e são fruto de novos enfoques a serem dados ao periódico, considerando para isso as novas intencionalidades de seu grupo editorial.

A narrativa do editorial do volume 12, número 1, escrito pelo então editor, Jorge Ferreira da Silva retrata essa transição.

Com este número, a Revista Brasileira de Administração da Educação encerra a sua primeira fase. Esta edição pretende, por isso, apresentar uma seleção de trabalhos representativos e que, de certo modo, adquiriram a condição de clássicos ao serem reiteradamente indicados para leitura, discutidos em sala de aula ou simplesmente referidos ou incluídos em bibliografia em todo o país. Vários deles mantêm a atualidade e, com certeza, darão origem a novos debates, servirão de modelo ou referência para pesquisas ou poderão inspirar políticas, propostas ou alternativas de ação. No próximo número, a RBAE **vai se transformar na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Visando a **atender um maior e mais variado número de leitores**, com formações, experiências, preocupações e interesses teóricos e práticos os mais diversos, a RBAE vai passar por reformulações estruturais, editoriais e gráficas [...] serão introduzidos novos temas, certas questões ou assuntos receberão maior atenção e, principalmente, o quadro será ampliado e



diversificado [...] será modernizada a apresentação gráfica, a periodicidade será quadrimestral e, em breve haverá um aumento da tiragem [...] A passagem da RBAE para RBPAAE responde, portanto, a uma necessidade, mas concretiza também uma aspiração e obedece às indicações do Plano Estratégico aprovado no ano passado e recentemente consolidadas no novo Estatuto (RBAE, 1996, v.12, n.2, p.5, *grifos do original*).

Embora não seja objeto dessa investigação, observou que após o ano de 1996, no qual foi lançado o último volume da primeira fase da RBAE, a finalidade a que a revista se expõe à sociedade passou por ajustes, predominando sempre a questão “política” da administração da educação. Então denominada RBPAAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, expõe como finalidade:

Difundir estudos e experiências educacionais e promover o debate e a reflexão em torno de questões teóricas e práticas no campo da gestão da educação e seus processos de planejamento e de formulação e avaliação de políticas educacionais no âmbito dos sistemas de ensino, escolas, universidades e outros espaços públicos de educação e formação cidadã<sup>31</sup> (ANPAE, 2019).

Tomando por base o que está escrito nas páginas da RBAE quanto a sua finalidade no campo em que se inseria, em especial nas falas dos editoriais, amplia-se a compreensão de como o estudo com impressos permite encontrar as pistas deixadas por indivíduos e grupos sociais em um dado período. Por meio do acesso às “[...] múltiplas formas de representação do objeto que se pretende estudar” (MACHADO; RODRIGUES, 2017, p. 254) faz-se possível trazer a tona aspectos do pensamento educacional e/ou pensamento pedagógico sobre um assunto debatido, a partir da análise do discurso veiculado, dentro e fora do universo escolar (CATANI; BASTOS, 1997). Depreende-se que por meio da operação historiográfica tem-se o acesso a percursos do passado, na medida em que se rompe com os limites das ideias pedagógicas e se permite “mergulhar” nas fontes e objetos de pesquisa.

Dadas as intencionalidades dos agentes organizadores da RBAE, fez-se importante adentrar em sua materialidade para compreender as implicações das estratégias de produção e circulação para a consecução do propósito de a ANPAE ocupar um lugar de poder no campo educacional brasileiro e o monopólio acadêmico-intelectual na (re)estruturação do subcampo da administração da educação. Avança-se assim, subseções seguintes.

---

<sup>31</sup> <https://seer.ufrgs.br/rbpae> (20/07/2020).

#### 4.1.1 Processos de produção e circulação

Nesta subseção objetiva-se descrever os aspectos da materialidade da RBAE, tais como, formato, conteúdos e mudanças ocorridas nos seus quatorze primeiros anos de circulação. A revista será tomada como objeto material contaminado, uma representação circunscrita a um conjunto documental (MACHADO; RODRIGUES, 2017), e que intermediou a relação do seu público leitor como um instrumento legitimado no campo educacional acerca da administração da educação.

Ao analisar os números da revista fez-se possível esmiuçar, desconstruir e descrever a sua materialidade, de modo a questionar as práticas discursivas que nela estão veiculadas, detalhar a sua materialidade, classificar os artigos e textos por categorias e destacar as referências e autores mais citados, compreendendo-os como procedimentos descritivos/analíticos (MACHADO; RODRIGUES, 2017). Essa forma de manipulação do impresso permitiu imergir em suas estruturas e esquadrihar a sua materialidade, para assim revelar elementos presentes e norteadores dos discursos que nele foram veiculados.

A análise da materialidade da RBAE demonstra o seu suporte e os diferentes aspectos que o caracterizavam e organizavam o seu conteúdo, como estratégias para orientar a leitura, a compreensão e apreensão de quem a manipulava. O estudo da materialidade da revista permitiu depreender que a ANPAE, desde o lançamento da revista, procurou disseminar o ideário que veiculava como “oficial” da administração da educação, buscando enraizar o discurso, prática e forma de pensamento, por meio do uso da revista enquanto capital simbólico da associação.

Cumprir entender que enveredar na materialidade da RBAE permitiu conhecer as ideias manifestadas nas temáticas dos textos acerca da administração da educação cristalizadas em suas páginas, revelando intencionalidades de seus agentes – que não estavam evidenciadas – em torno desses temas no campo de discussão em que se inseriam, bem como as influências e tensões do corpo editorial no “fazer” do impresso.

A RBAE é apropriada assim como o suporte, a via de acesso do público leitor ao conteúdo, influenciando diretamente nas percepções que esse público terá acerca do que lê. Tomamos como aporte Chartier (1990, p. 127), acerca do suporte: “[...] não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”. Depreende-se do exposto que a estratégia da ANPAE com a revista, configurava modos de intervenção no delineamento e na legitimação do subcampo da administração da educação no país, aumentando o seu capital

simbólico e elevando o poder de intervenção da associação no campo de disputas da educação brasileira.

Assim sendo, abordaremos a seguir alguns aspectos de produção e circulação do periódico RBAE, com destaque para: composição, formato e modo de manipulação; periodização e circulação; distribuição e tiragem.

#### 4.1.2 Composição, formato e modo de manipulação

Essa subseção tem como objetivo apresentar aspectos materiais da RBAE, produzidos a partir dos 23 números da revista, publicados no período de 1983 a 1996. A primeira edição do periódico foi publicada pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sob os auspícios da ANPAE.

Como objeto de investigação histórica, o processo de reconhecimento da composição gráfica do impresso, realizado por meio do estudo de sua materialidade, forneceu informações acerca do seu processo de fabricação, dos agentes envolvidos em sua concepção e criação, e, indícios sobre os objetivos (não evidenciados) que se tentava alcançar.

Na análise realizada, as características materiais da RBAE foram organizadas e são apresentadas no quadro a seguir.

Data de publicação	Vol. e nº publicados	Formato	Qtd de páginas	Capa	Sumário	Separação entre seções	Seções	Quantidade de artigos
<b>1983</b> (jan./jun.)	v.1, n.1	23 x 16	146	Sim	Sim	Sim	4	9
<b>1983</b> (jul./dez.)	v.1, n.2	**	154	Sim	Sim	Sim	7	10
<b>1984</b> (jan./jun.)	v.2, n.1	**	93	Sim	Sim	Sim	3	4
<b>1984</b> (jul./dez.)	v.2, n.2*	**	260	Sim	Sim	Sim	3	26
<b>1985</b> (jan./jun.)	v.3, n.1	**	112	Sim	Sim	Sim	5	8
<b>1985</b> (jul./dez.)	v.3, n.2	**	101	Sim	Sim	Sim	4	7
<b>1986</b> (jan./jun.)	v.4, n.1*	**	138	Sim	Sim	Sim	4	13
<b>1986</b> (jul./dez.)	v.4, n.2*	**	167	Sim	Sim	Sim	6	16
<b>1987</b> (jan./jun.)	v.5, n.1	**	117	Sim	Sim	Sim	4	7

<b>1988</b>	Não houve publicações	**	**	**	**	**	**	**
<b>1989 (jul./dez.)</b>	v.5, n.2	**	99	Sim	Sim	Sim	4	7
<b>1990 (jul./dez.)</b>	v.6, n.1	**	90	Sim	Sim	Sim	4	9
<b>1991 (jan./dez.)</b>	v.7, n.1 e 2**	**	163	Sim	Não	Sim	10	15
<b>1992 (jan./jun.)</b>	v.8, n.1	**	100	Sim	Sim	Não	4	4
<b>1992 (jul./dez.)</b>	v.8, n.2	**	99	Sim	Sim	Não	4	4
<b>1993 (jan./jun.)</b>	v.9, n.1*	**	111	Sim	Sim	Não	4	6
<b>1993 (jul./dez.)</b>	v.9, n.2*	**	99	Sim	Sim	Não	4	6
<b>1994 (jan./jun.)</b>	v.10, n.1*	**	94	Sim	Sim	Não	4	6
<b>1994 (jul./dez.)</b>	v.10, n.2*	**	101	Sim	Sim	Não	5	5
<b>1995 (jan./jun.)</b>	v.11, n.1	**	117	Sim	Sim	Não	5	5
<b>1995 (jul./dez.)</b>	v.11, n.2	**	113	Sim	Sim	Não	4	4
<b>1996 (jan./jun.)</b>	v.12, n.1*	**	123	Sim	Sim	Sim	6	12
<b>1996 (jul./dez.)</b>	v.12, n.2*** – 1ª parte	**	96	Sim	Sim	Não	6	6
<b>1996 (jul./dez.)</b>	v.12, n.2*** – 2ª parte	**	128	Sim	Sim	Não	7	7

Quadro 6: Aspectos materiais da RBAE.

Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora.

Com esse levantamento obteve-se uma visão geral dos aspectos materiais da RBAE, permitindo apreender: uma variação no que diz respeito ao número de páginas, número de seções em cada edição do impresso e na quantidade de artigos publicados; a existência de capa em todas as edições; a inexistência de sumário somente em 1 (uma) edição (v.7, n.1 e n.2); a existência de separação entre as seções, organizando seções temáticas de 1983 a 1991; e a, inexistência de separação entre as seções nas edições de 1992 a 1996, com exceção do volume 12, n.1, de 1996.

No que tange às edições assinaladas no quadro com “\*”, referem-se a publicações que se originaram de eventos científicos; na edição de 1991, assinalada com “\*\*”, foram publicados dois números da revista de maneira conjunta, também originados de eventos científicos, além disso, nessa edição não há menção a fala do editor, mas sim, o discurso de abertura do referido evento, sendo também, a única edição que conta com “Índice”; e, as edições de 1996, assinaladas com “\*\*\*”, correspondem às edições de encerramento da primeira fase do impresso,

sendo nessas publicados artigos escolhidos pelo corpo editorial, que já haviam sido publicados em edições anteriores. Em ambos os casos (números originados de eventos e edições de encerramento da primeira fase do impresso) os artigos foram transcritos na íntegra.

Destaca-se, que o volume 5, n.2, datado de 1987, é de fato produzido e publicado em 1989, conforme informações apresentadas no editorial desta edição:

Este número da REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, concluindo o volume 5 e datado de 1987, é de fato produzido em 1989. Muitos foram os entraves que enfrentamos para chegar até o contrato com a gráfica e o momento de escrever o editorial crendo que este é um espaço para publicização de nossa gestão editorial, é dever destacar que foi difícil obter entre nossos colegas acadêmicos e profissionais da área matéria suficiente em qualidade e quantidade. Talvez haja uma crise de produção intelectual; talvez nosso periódico, por sua irregularidade, não esteja alcançando o interesse daqueles que têm textos para oferecer à leitura de seus companheiros e alunos. É, porém, provável que condições contextuais amplas, além das particulares de nossa revista estejam a determinar esta situação (RBAE, 1987, v. 5, n.2, p. 7).

Pelo exposto, há que se destacar na RBAE o fato de que desde a publicação do seu primeiro número, o impresso não seguiu um padrão de editoração que lhe conferisse uma identidade editorial. A análise da variação no número de páginas, seções e quantidade de artigos publicados, evidencia que o projeto de lançamento do impresso deu ênfase no teor das discussões veiculadas na RBAE e na criação de um espaço político aberto para as discussões no campo da educação durante a fase da ditadura militar na primeira metade da década de 1980. Logo, nota-se o interesse do grupo de seus idealizadores em fazer intervenções (legítimas) no campo educacional, fazendo uso do impresso como instrumento de valor em seu capital simbólico.

Em relação a ações de propaganda e publicidade, tais elementos não foram encontrados explicitamente na composição da RBAE. Entretanto, cabe destacar sobre as edições que foram fonte de investigação os seguintes apoios em suas publicações: v.2, n.1. 1984, CNPQ e FINEP; v.2, n.2. 1984, CNPQ, FINEP, CAPES e Comissão Fulbright<sup>32</sup>; v.3, n.1 e n.2, 1985, CNPQ e FINEP; v.5, n.1 e 2. 1987, INEP; Volume 7, n. 1 e n.2, 1991, CPS, SAG, MEC; v.12, n.1. 1996, CNPQ; v.12, n.2 – 1ª parte. 1996 – 1ª e 2ª partes (edição de encerramento da primeira fase da revista), Fundação FORD.

---

<sup>32</sup> Programa de Intercâmbio Educacional e Cultural do Governo dos Estados Unidos da América. Fornecedor de bolsas de estudos no intuito de incrementar a mútua compreensão entre o povo dos Estados Unidos e outros regimes através do intercâmbio de pessoas, conhecimentos e técnicas. Sítio: <https://fulbright.org.br/comissao/>.

Nessas edições do impresso, constava carimbo dos organismos apoiadores, ora no editorial, ora descrito na ficha catalográfica, ora em ambos. No caso da publicação do v.2, n.1, de 1984, na narrativa apresentada pela editora consta uma menção aos órgãos que financiaram a referida edição, inaugurando uma nova proposta de expansão e disseminação do impresso em âmbito nacional.

[...] Evidência da pertinência desta prática é o significativo incentivo que a **Revista Brasileira de Administração da Educação mereceu** neste ano do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que subsidiam parte dos custos de edição dos 2.000 exemplares de cada número. Com este apoio beneficiam-se os assinantes e as bibliotecas universitárias ou de órgãos de pesquisa em educação (RBAE, 1984, v.2, n.1, p. 7, *grifos da autora*).

Ao analisar o conteúdo do excerto, assevera-se que a revista se constituiu em um instrumento de valor no aumento do capital simbólico da ANPAE, sendo “merecedora” dos incentivos recebidos no ano de 1984. Nas demais edições da RBAE há menções ao financiamento do impresso pela ANPAE, que o assume como projeto prioritário, fazendo uso de recursos angariados por meio de mensalidades dos seus associados para patrociná-lo. Em momentos diferentes dos editoriais ressalta-se tal informação, sempre destacando “as lutas” da associação e do impresso para a publicização de conteúdos relevantes acerca da administração da educação.

Nesses termos, a ANPAE fazendo uso do seu capital simbólico e do espaço de consagração que conquistara no campo educacional, conclama a colaborar com a causa *anpaeana*, sob o ideal de fortalecer o valor do impresso no campo educacional e os seus usos na (re)estruturação do subcampo da administração da educação e na formação dos educadores, uma estratégia de conservação na relação de forças estabelecidas no campo, se recorremos a Bourdieu (1983).

No que diz respeito ao formato do impresso estudado, as definições realizadas pelo corpo editorial nesse quesito, não apareceram explicitamente nos números publicados. Contudo, tenho em minha posse o volume 1, número 1 do impresso, o que me permite assegurar que a revista é apresentada no formato brochura<sup>33</sup>, no tamanho 23x16, muito semelhante ao formato de um livro. Considerando-se o formato das digitalizações das edições posteriores a que tive acesso, e o desdobramento histórico do impresso, sugere-se que ele tenha mantido o

---

<sup>33</sup> Folhas reunidas e presas entre si mediante colagem, unindo-se a uma capa acartonada de lombada quadrada. Na lombada havia a identificação do volume, número e ano da publicação.

seu formato ao longo do período estudado. Atualmente<sup>34</sup> a revista é disponibilizada somente em formato digital em endereço eletrônico específico.

Quanto à editoração, impressão e acabamento do impresso RBAE, apresenta-se a dispor no quadro a seguir.

<b>Vol. e nº publicados</b>	<b>Capa</b>	<b>Editoração</b>	<b>Impressão e Acabamento</b>
<b>v.1, n.1</b>	Paulo Antônio da Silveira	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Gráfica e Editora NBS Ltda
<b>v.1, n.2</b>	Paulo Antônio da Silveira	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Gráfica e Editora NBS Ltda
<b>v.2, n.1</b>	Paulo Antônio da Silveira	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Gráfica e Editora NBS Ltda
<b>v.2, n.2</b>	Paulo Antônio da Silveira	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	K&M Composição, Arte e Revisão Ltda - Gráfica da Universidade de Caxias do Sul
<b>v.3, n.1</b>	Paulo Antônio da Silveira	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Não informado
<b>v.3, n.2</b>	Paulo Antônio da Silveira	Não informado	Não informado
<b>v.4, n.1</b>	Paulo Antônio da Silveira	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Composição: K&M Composição, Arte e Revisão Ltda. Impressão e acabamento: Gráfica da Universidade de Caxias do Sul
<b>v.4, n.2</b>	Paulo Antônio da Silveira	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Composição: K&M Composição, Arte e Revisão Ltda. Impressão e acabamento: Gráfica da Universidade de Caxias do Sul
<b>v.5, n.1</b>	Paulo Antônio da Silveira	ANPAE/RBAE	Não informado
<b>v.5, n.2</b>	Paulo Antônio da Silveira	Não informado	Não informado
<b>v.6, n.1</b>	Paulo Antônio da Silveira	Não informado	Não informado
<b>v.7, n.1 e 2</b>	Não informado	Não informado	Não informado
<b>v.8, n.1</b>	Não informado	Não informado	Imprensa Universitária Federal de Santa Catarina

<sup>34</sup> Ano de 2020.

<b>v.8, n.2</b>	Não informado	Não informado	Imprensa Universitária Federal de Santa Catarina
<b>v.9, n.1</b>	Não informado	Não informado	Imprensa Universitária Federal de Santa Catarina
<b>v.9, n.2</b>	Não informado	Não informado	Única - Artes Gráficas
<b>v.10, n.1</b>	Não informado	Não informado	Não informado
<b>v.10, n.2</b>	Não informado	Não informado	Não informado
<b>v.11, n.1</b>	Não informado	Não informado	Não informado
<b>v.11, n.2</b>	Não informado	Não informado	Não informado
<b>v.12, n.1</b>	Não informado	Não informado	Não informado
<b>v.12, n.2 – 1ª e 2ª partes</b>	Não informado	Não informado	Não informado

Quadro 7: Aspectos materiais de capa, editoração, impressão e acabamento.  
Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora.

No que refere-se aos responsáveis pela capa, editoração, impressão e acabamento nas edições do impresso investigado, observou-se o seguinte nos números publicados: há identificação do responsável do volume 1 ao 6, como também da responsabilidade pela editoração, design gráfico e impressão; no volume 7 (1991), nenhum desses agentes são identificados; nos volumes 8 e 9 (1992-1993), são identificados somente os responsáveis pela impressão e acabamento; e, nos volumes 10 ao 12 (1994-1996), nenhum desses agentes são identificados.

Uma vez que se especificavam as informações quanto a capa, editoração e acabamento até o volume 6 da RBAE, observa-se um certo padrão estético nas capas dessas edições e nas páginas internas do impresso durante esse período – 1983 a 1990. Também se mostra como relevante apontar que nessas edições a RBAE tinha como “sede” a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a mesma direção editorial desde a publicação do primeiro número – Maria Beatriz Moreira Luce – já apresentada como uma das idealizadoras e proponentes do projeto de lançamento da revista.

Nos dois números do volume 7 da RBAE foram veiculados os artigos apresentados e debatidos no XV Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, realizado em Brasília, em 1991. Neste mesmo ano a revista tinha como “sede” a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), local social da então presidente da ANPAE, Maria Clélia Botelho, que era a responsável pela editoração do impresso. Nos volumes de 8 a 12, publicados no período de 1992 a 1996, a RBAE muda de sede e passa ser gestada no berço da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante esse período, o então presidente da ANPAE, Lauro Carlos Wittman, consta como editor responsável, juntamente com Roberto Aparecido Algarte, da



Universidade de Brasília (UNB), mencionado como coeditor. Considerando essas informações, evidencia-se que o impresso desempenhou um papel importante na difusão de ideias quanto a administração da educação, passando por importantes universidades e possibilitando a ampliação da área de abrangência de sua distribuição.

Logo, observa-se a importância da RBAE para a criação e ampliação do capital simbólico da ANPAE no campo educacional e o interesse de seus agentes em ampliar o seu alcance e valor ao publicarem um Simpósio educacional. O que revela uma propriedade menos visível de um campo, segundo Bourdieu (1983, p. 91): “todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum, a saber, tudo aquilo que está ligado à própria existência do campo [...]”, o que explica a cumplicidade objetiva subjacente aos antagonismos que se põem, ou seja, um acordo (que pode ser velado) entre os agentes. A análise dos aspectos materiais da RBAE, revelou a luta por legitimidade presente na materialidade da revista, que, sendo considerada desde a sua concepção, projeto prioritário e veículo comunicacional oficial da ANPAE, foi influenciada por cada mudança da composição organizacional da Associação, principalmente pela mudança da presidência.

Quanto aos aspectos materiais do próprio suporte, na edição impressa em minha posse, aparentemente, a capa apresenta papel do tipo *couché*<sup>35</sup> com brilho, e o miolo papel do tipo *offset*<sup>36</sup>. No que diz respeito ao uso das cores, conforme as edições, em cada capa há predominância de uma das cores: vermelho, verde, amarelo, azul, laranja e marrom, conforme será explicitado posteriormente. A contracapa é totalmente da cor branca até o volume 7 do impresso. A partir do v.8, n.1, de 1992, a contracapa segue o padrão de cores da capa, sendo constituída então, sempre por duas cores, conforme apresentado a seguir.

---

<sup>35</sup> Bastante liso e possui uma camada de revestimento adesivo. A camada de revestimento reflete a luz, o que deixa as cores mais vivas, porém, dificulta a leitura. Gramatura de 90 a 350 g/m<sup>2</sup>.

<sup>36</sup> Fosco e branco dos dois lados, parecido com o papel sulfite. Ideal para produtos que receberão textos, como papéis timbrados, miolos de livros, folhetos, envelopes, agendas, cartas, blocos, cartazes e até selos. Gramatura de 56 a 240 g/m<sup>2</sup>.

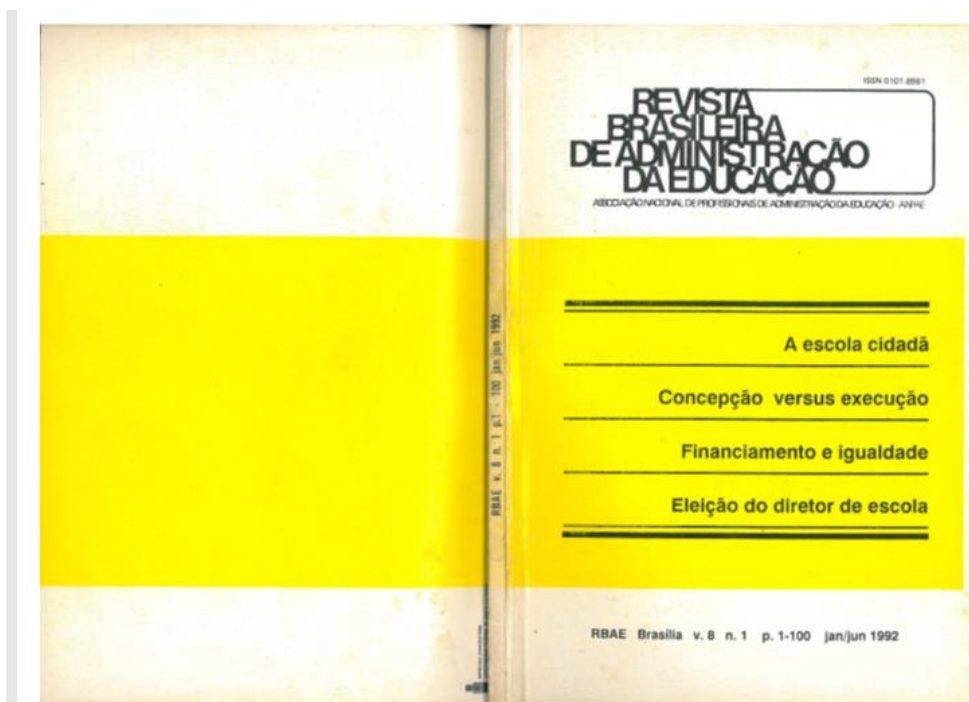


Figura 6: Capa e contracapa.  
Fonte: RBAE (1992).

Quanto às páginas do miolo do impresso, essas são em preto e branco. Com exceção da edição de 1991, v.7, n.1 e n.2, cada número da RBAE exibe um sumário em que são inventariados os artigos publicados e os seus respectivos autores, e um editorial com os ideários da publicação, bem como a síntese do que era apresentado em cada edição. No que diz respeito à disposição dos textos no suporte, esses são apresentados em formato de artigo científico, iniciando-se assim, a sua apresentação pelo título, identificação dos autores, resumo, *abstract* (não era padrão), e, na sequência, o conteúdo a ser apresentado, salvo algumas exceções. É preciso ressaltar ainda que nas edições investigadas não há presença de figuras, imagens ou ilustrações na materialidade da revista. Um exemplo de apresentação de texto no suporte, é apresentado a seguir.

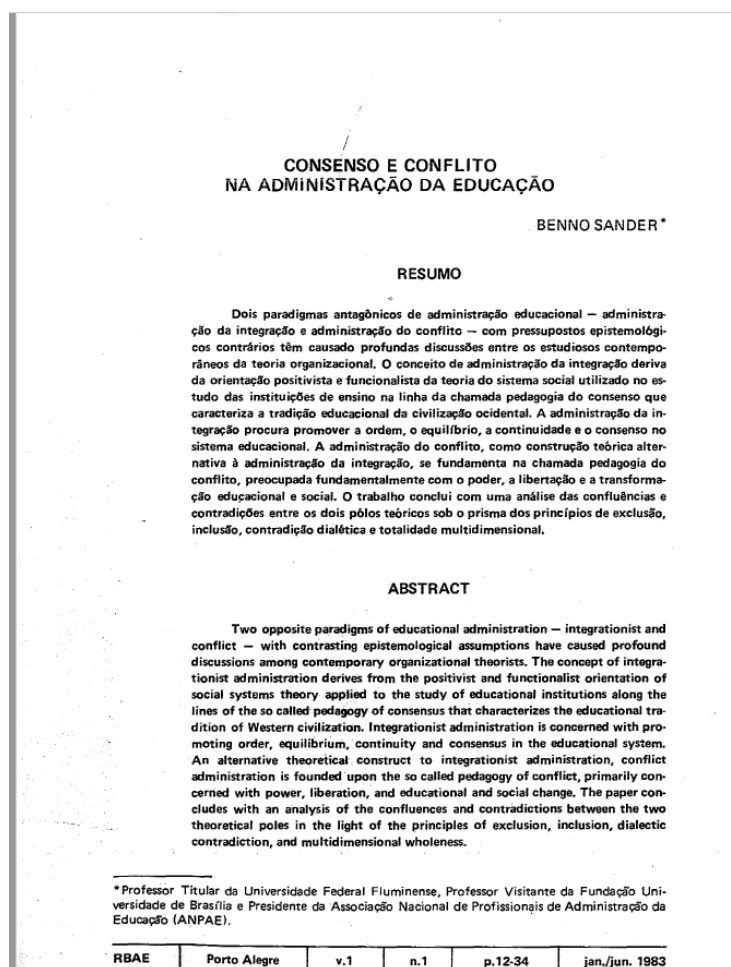


Figura 7: Disposição do texto inicial.  
Fonte: RBAE (1983).

Depreende-se a partir da análise da disposição dos textos na RBAE, a intencionalidade de seu corpo editorial em fortalecer a cientificidade do impresso. Considerando a amplitude do mercado de revistas no ano de 1980, inclusive das revistas especializadas (CORRÊA, 2015), sendo direcionada a professores e demais públicos educacionais, pode-se dizer que o corpo editorial da RBAE fez uso de um suporte que se aproximasse, simbolicamente, das formas “estéticas” já conhecidas e degustadas por seu público leitor, ou, em outras palavras, produzindo a crença no valor do que estava sendo disputado (BOURDIEU, 1983). Vê-se, pois, a intencionalidade da ANPAE em legitimar a cientificidade do impresso, ampliando o seu valor como impresso educacional especializado e via de acesso para a publicação das vozes daqueles que fizessem parte da comunidade educacional.

Não se considera assim, o público leitor como mero “expectador” da revista, mas sim, um interlocutor no processo de periodização e circulação do impresso. Destarte, “[...] o leitor

é, sempre, pensado pelo autor, pelo comendador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada” (CHARTIER, 1990, p. 123), estando o leitor presente nos textos veiculados na revista, que intencionalmente inscreve-se no seu público leitor.

Mais uma vez, nota-se as intencionalidades da ANPAE por meio do impresso, suscitando a necessidade de reunir duas perspectivas de análise apontadas por Chartier (1990, p.123): “o estudo da maneira como os textos e os impressos que lhe servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita, e, por outro lado, a recolha das leituras efetivas, captadas nas confissões individuais ou reconstruídas à escala das comunidades de leitores”. Esta investigação pautou-se em analisar a primeira perspectiva, no intuito de reconhecer e revelar as estratégias da Associação por meio do suporte (que é a revista), sejam elas explícitas ou implícitas, lançadas ao campo educacional.

No que se refere ao *layout* da capa do impresso estudado, em todas as edições investigadas as capas tinham como padrão a identificação da RBAE no topo da página, e logo abaixo a identificação e descrição da ANPAE, revelando o seu lugar social de produção.

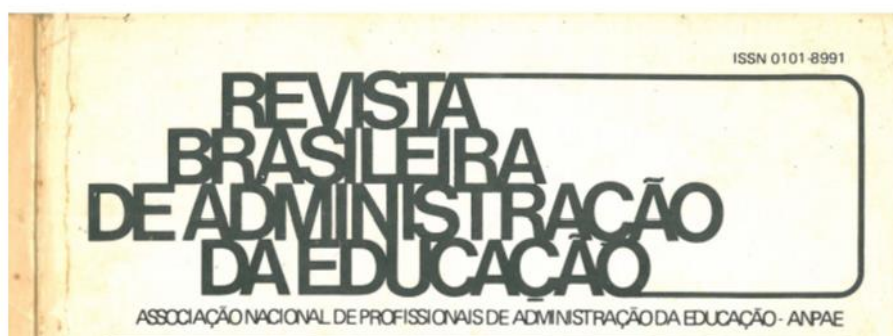


Figura 8: Logotipo e cabeçalho.  
Fonte: RBAE (1983).

Sobre os demais elementos que compõem o *layout* das capas e contracapas do impresso estudado, notamos que, enquanto assinados por Paulo Antônio da Silveira, nos volumes 1, 2, 3, 5 e 6, observa-se três elementos que os padronizavam: (1) as cores vermelho e branco, com letras nas cores preto e branco; (2) a identificação do nome dos autores que assinam os textos de cada edição; e, (3) contracapa totalmente na cor branca.

A disposição dos nomes dos autores que assinaram os textos em cada edição, são apresentados na capa das edições dos volumes 1 ao 6, organizados de forma a sugerir uma separação das seções. No volume 4 do impresso RBAE, originado de evento científico, observa-

se a mesma disposição de cores, contudo, nessa edição do impresso, a capa trouxe a identificação do evento científico do qual foram transcritos os artigos.

No que diz respeito às capas dos volumes 7 ao 12 do impresso investigado, observou-se que não houve uma padronização permanente em seu *layout*, quanto as cores e à disposição dos nomes dos autores, podendo ser um reflexo das fases de mudança já mencionadas anteriormente. O quadro a seguir apresenta um resumo dessas características.

<b>Vol. e nº publicados</b>	<b>Cor(es) predominante(s)</b>	<b>Cor(es) de letra</b>	<b>Tipo de informação explicitada</b>
<b>v.7, n.1 e 2</b>	Verde e branco	Preto, branco e cinza	Nome do evento, tema de discussão, local e período de realização
<b>v.8, n.1</b>	Amarelo e branco	Preto	Temática das seções
<b>v.8, n.2</b>	Amarelo e branco	Preto	Temática das seções
<b>v.9, n.1</b>	Azul e branco	Preto e branco	Temática das seções, nome de evento, local e período de realização
<b>v.9, n.2</b>	Azul e branco	Preto e branco	Temática das seções, nome de evento, local e período de realização
<b>v.10, n.1</b>	Laranja e branco	Preto	Temática das seções
<b>v.10, n.2</b>	Laranja e branco	Preto	Temática das seções
<b>v.11, n.1</b>	Azul e branco	Preto	Temática das seções
<b>v.11, n.2</b>	Azul e branco	Preto	Temática das seções
<b>v.12, n.1</b>	Marrom e branco	Preto e branco	Título dos artigos organizados de forma a suscitar as seções temáticas
<b>v.12, n.2 – 1ª e 2ª partes</b>	Marrom e branco	Preto e branco	Identificação da temática da edição especial e dos autores que assinam os textos

Quadro 8: caracterização das capas dos volumes 7 ao 12

Fonte: RBAE (1991-1996), organizado pela autora.

A regularidade do tipo de informação explicitada na capa das edições apresentadas no quadro está condicionada ao volume publicado. O volume 8, números 1 e 2, por exemplo, apresenta na capa as temáticas das seções internas do impresso, conteúdos que ao serem explorados suscitam complementaridade. No editorial do primeiro número é declarada a intencionalidade do primeiro número em promover um “repensar o saber e o fazer na administração da Educação”, principalmente no âmbito da escola pública, por meio do repensar da divisão do trabalho e burocratização do sistema escolar no denominado processo de modernização.

O editorial do segundo número enfatiza a necessidade de análise da articulação da escola com a comunidade e a situação legal, constitucional e da LDB 9.394/1996, quanto a relação entre trabalho e educação. Depreende-se disso, forte viés político-educacional dessas edições, uma regularidade no tipo de assuntos que pode ter refletido na caracterização das capas do volume 8 da RBAE. Vale ainda ressaltar que este período precede a promulgação da LDB 9.394/96, caracterizando na historiografia como marcado por debates de extrema relevância.

Os números 1 e 2 do volume 9, de 1993, foram anunciados no editorial do segundo número do volume 8, já fazendo menção ao XVI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação da UFRJ, a ser realizado em outubro de 1993. Mais uma vez, sugere-se que a regularidade de *layout* de capa dessas duas edições, sejam, para conferir uma identidade dessas publicações como decorrentes do referido evento. No *layout* das capas dos volumes 10 e 11, publicados sucessivamente nos anos de 1994 e 1995, voltou-se à apresentação das temáticas das seções, sendo os dois volumes diferenciados ainda, por meio das cores de capa.

A publicação do volume 12, n.1 acontece sob uma nova perspectiva editorial, sendo que nesse ano, de 1996, a sede da RBAE passa a ser na Universidade de Brasília – UNB, assumindo a editoração da revista, Regina Vinhaes Gracindo, então presidente da ANPAE. Neste novo período, caracterizado nesta pesquisa como uma fase de encerramento do primeiro ciclo da RBAE, três edições foram publicadas seguindo a mesma cor de capa, mas, se diferenciando no tipo de informação apresentada. Enquanto o número 1 apresentou os títulos dos artigos organizados no interior da revista, o número 2 – que foi organizado em duas partes – se caracterizou por ser uma edição especial de encerramento, havendo na capa a identificação da temática da edição e a identificação dos autores que assinaram os textos que nesse número foram veiculados.

Nessas edições publicadas entre os anos de 1991 a 1996, embora não tenha sido observado um padrão de cores, no que se refere ao tipo de informação explicitada nessa nova configuração de capa da RBAE, sugere-se uma notada preocupação em levar ao público leitor, uma apresentação prévia dos conteúdos que se iriam encontrar no periódico, gerando assim expectativas positivas e interesse pelo conteúdo apresentado em suas páginas internas. As capas dessas edições apresentavam os assuntos que compunham cada número publicado.

Para analisar a introdução desse tipo de elemento na capa de um periódico, apropria-se da concepção de Biccás (2008, p. 100), ao dizer que “[...] promove a utilização de novas estratégias no que se refere à localização e à seleção de informações e temas que interessavam ao leitor, sem que fosse necessário folhear ou ler [...]” todo o periódico, produzindo assim, novos sentidos e efeitos para o público leitor.

Os *layouts* de capa das referidas edições da RBAE, podem ser observadas nos apêndices C, D, E, F.

### 4.1.3 Periodização e circulação

Segundo Biccás (2008), um periódico editado em intervalos regulares permite uma circulação maior e mais intensa entre o seu público leitor, diferentemente de outro tipo de impresso, como o livro por exemplo, que em dado período tem uma rede de distribuição mais restrita. Outrossim, a autora afirma que “uma revista periódica quase sempre é produzida no mesmo momento histórico vivido pelos leitores” (BICCÁS, 2008, p. 81), podendo o periódico se tornar instrumento de divulgação, informação e formação.

No caso da RBAE, a periodicidade ocorreu em intervalos regulares no período de 1983 a 1996, sempre com 2 (duas) edições anuais, salvo dois momentos de interrupção: o primeiro no segundo semestre de 1987, sendo a edição deste período publicada em 1989; e, o segundo nos anos de 1988 e 1989, que não foram publicadas edições do impresso.

Sobre a primeira interrupção na publicação do impresso, em 1987, Maria Beatriz Luce, relata no editorial do v.5, n.2 (datado de 1987, mas, produzido em 1989), a dificuldade em se obter conteúdos suficientes em qualidade e quantidade para publicação no impresso, o que para a editora poderia estar associado a uma crise intelectual no campo ou ao desinteresse dos autores em publicar no referido periódico. Paralelamente à essa escassez de conteúdos ofertados espontaneamente à publicação, no mesmo editorial relata-se sobre a crise financeira vivenciada pela ANPAE, como fruto da perda do poder aquisitivo dos professores e da tímida confiança dos educadores em suas entidades.

No que se relaciona a interrupção de publicações da RBAE nos anos de 1988 e 1989, Luce relata no Editorial do volume 6, número 1 (que estava previsto para publicação no primeiro semestre de 1988, mas foi produzido no segundo semestre de 1990), ter sido um reflexo da crise econômica e dos problemas decorrentes das altas taxas inflacionárias do país, combinadas com o arrocho salarial dos educadores. Relata-se ainda nesse editorial, sobre a desvalorização da anuidade da ANPAE, impedindo o pagamento dos custos de gráfica, com a parcela que era atribuída à RBAE, bem como sobre não se dispor de artigos aprovados em quantidade suficiente para compor esse número da revista.

No segundo semestre do ano de 1990 foi publicado o volume 6, número 1 da RBAE, no qual continha um comunicado da renovação do compromisso da ANPAE em manter o impresso em circulação. Como já mencionado, no volume 7, números 1 e 2, constaram os trabalhos apresentados no XV Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, realizado em Brasília, em 1991. Nesse volume não consta um editorial, mas sim, o discurso de abertura do Simpósio, proferido pela então presidente da ANPAE e editora da RBAE, Maria Clélia Botelho.

Considerando o relato apresentado no editorial do volume 6 da RBAE, acerca da dificuldade em compor o número da revista devido a inexistência de textos aprovados em quantidade suficiente, bem como, não haver menção antecipada sobre os dois números do volume 7 publicarem trabalhos do referido evento, suscita-se que essa foi uma ação estratégica, uma “tomada de fôlego” do corpo editorial da RBAE, para que assim pudessem angariar um número maior de textos para novas edições a serem publicadas.

No editorial do segundo número do volume 8, publicado em 1992, o então editor da RBAE e novo presidente da ANPAE, relata que a revista retoma a sua periodicidade, inaugurando uma nova etapa. Pode-se dizer que essa periodicidade se cumpriu, visto que o impresso manteve a sua periodização semestral, não havendo mais interrupções na publicação, até 1996 como RBAE, e de 1997 a 2006, como RBPAE. A partir do ano de 2007 até o período de conclusão desta pesquisa (2020), o impresso tem periodicidade quadrimestral, sendo publicado no formato *online*.

Com base na narrativa desses editoriais, nota-se a intencionalidade dos organizadores da revista em fazer intervenção política no campo educacional de modo a expor nas páginas de abertura dessas edições do impresso mazelas do cenário educacional, como a perda do poder aquisitivo dos professores decorrente do arrocho salarial, a crise econômica e as taxas inflacionárias do país. A ANPAE, por meio da revista, se posicionava no campo educacional, conquistando progressivamente posições de poder e prestígio no cenário nacional, pelo que tornava a sua atuação cada vez mais legitimada e legitimadora pelo capital simbólico que detinha. A RBAE, por sua vez, era um suporte que dava a ver, materializando e disseminando os ganhos, conquistas e dificuldades da associação, tornando-a na acepção de Bourdieu (2007), um instrumento de imposição simbólica, e na acepção de Le Goff (1990), um monumento.

#### **4.1.4 Distribuição e tiragem**

No que tange à distribuição, RBAE contava com a assinatura anual e com a possibilidade de aquisição do exemplar avulso. No Expediente do primeiro número da revista, foi explicitada a informação de que os associados da ANPAE recebiam, como parte dos benefícios da anuidade, os exemplares da RBAE. Essa informação não é apresentada nos números subsequentes, dos volumes 2 a 12, deixando a entender que a assinatura da RBAE não estava incluída ao associar-se à ANPAE.



No que tange aos valores monetários para as duas formas de aquisição da revista durante o período de 1983 a 1996, apresenta-se no quadro a seguir.

Ano	Volume	Número	Assinatura anual	Exemplar avulso
1983	1	1 e 2	Cr\$1.600,00	Cr\$1.000,00
1984	2	1 e 2	Cr\$5.000,00	Cr\$3.000,00
1985	3	1	Cr\$15.000,00	Cr\$10.000,00
1985	3	2	Cz\$80,00	Cz\$50,00
1986	4	1 e 2	Cz\$80,00	Cz\$50,00
1987	5	1	1 OTN <sup>37</sup>	Cz\$1.000,00
1987	5	2	Não informado	Não informado
1990	6	1	NCz\$60,00	NCz\$20,00
1991	7	1 e 2	Não informado	Não informado
1992	8	1 e 2	Não informado	Não informado
1993	9	1	Não informado	Não informado
1993	9	2	8 URVs por volume /ano de dois exemplares	**
1994	10	1 e 2	R\$8,00 por volume /ano de dois exemplares	**
1995	11	1 e 2	R\$15,00 por volume /ano de dois exemplares	**
1996	12	1	Não informado	Não informado
1996	12	2	R\$30,00	R\$10,00

Quadro 9: Valor de aquisição da revista.

Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora.

Conforme informações proferidas nas fontes acessadas, a solicitação da revista deveria ser feita diretamente ao Editor(a), por meio do envio de cheque nominal no valor das aquisições pretendidas. Nas edições que compuseram o *corpus* documental deste estudo, as informações quanto à tiragem não aparecem explicitamente nos números publicados, com exceção do v.2, números 1 e 2, que segundo informações do editorial, tiveram a tiragem de 2000 exemplares para cada número do impresso possibilitado pelo incentivo financeiro do CNPQ. Há que destacar ainda, a falta de regularidade na divulgação do valor monetário para aquisição da revista, o que na análise que se realizou pode ter sido um reflexo sob duas perspectivas: (1) a instabilidade do sistema econômico brasileiro quanto a moeda em vigência no período de circulação da revista, (2) a inexistência de um padrão editorial único quanto a materialidade do impresso.

Por fim, analisar e apresentar aspectos da RBAE quanto a sua materialidade mostrou-se fundamental para reconhecer o seu projeto gráfico e as intencionalidades de seus editores ao

<sup>37</sup> Ordem do Tesouro Nacional, extinta pela Lei 7.730 de março de 1989.

colocarem o impresso em circulação. Ao mesmo tempo, a análise proferida mostrou-se profícua como esteio metodológico para pesquisas que façam uso de impressos como fonte e objeto de investigação.

Na subseção a seguir, serão abordadas questões referentes ao interior do impresso: fases editoriais, organização das edições, seções temáticas, principais autores etc.

## 4.2 ESQUADRINHANDO AS EDIÇÕES, REVELANDO REPRESENTAÇÕES E INTENCIONALIDADES

Essa subseção tem por finalidade discutir a respeito dos agentes produtores, das representações e estratégias difundidas na e pela RBAE, no que tange a socialização do conhecimento acerca da administração da educação no Brasil. Para isso, adentrou-se nas páginas do impresso RBAE, esquadrinhou-se os textos que foram veiculados durante o período de 1983 a 1996, descreveu-se as características que influenciaram em sua produção e publicação e as formas de organização de seus conteúdos, para assim, apreender intencionalidades da organicidade da RBAE, por meio das temáticas, autores e editores.

Parte-se da premissa de que a revista se caracterizou como instrumento simbólico, estruturada pelas relações objetivas entre as posições ocupadas pelos seus agentes, configurando-se como um espaço de lutas concorrenciais e de interesses em torno de um objetivo comum (BOURDIEU, 2001), vencendo o jogo de forças aqueles que detinham o maior poder. A orientação teórico-metodológica desta investigação permitiu compreender as temáticas dos textos que integraram a RBAE como objetos de disputa, que, cristalizados em suas páginas, revelaram as intencionalidades e os interesses específicos do seu corpo editorial.

### 4.2.1 Fases editoriais

Durante o período de 1983 a 1996, a RBAE perpassou por uma série de mudanças – *locus* editorial, editor, presidência da ANPAE –, foram 5 (cinco) editores diferentes, salvaguardados por 5 (cinco) presidências da associação, que refletiram inclusive sobre os aspectos materiais do impresso, como capa, impressão e acabamento. A análise dessas transformações, juntamente com a temática dos textos veiculados no impresso, foram organizadas em 3 (três) fases editoriais no ciclo de vida da RBAE.

Na primeira fase notou-se a preservação da ideia “original” da concepção do impresso, sendo inclusive influenciada por uma de suas idealizadoras; a segunda fase caracterizada por uma edição de transição tanto do impresso, quanto da ANPAE; e a terceira fase, na qual nota-se o desejo de mudança e a busca por uma reconfiguração da RBAE e da ANPAE para ampliação do espaço de discussão no campo educacional.

A análise das fases editoriais atribuídas ao ciclo de vida da RBAE revelou dois aspectos que rompem com o formato da estruturação organizacional de editoração constante no impresso. O primeiro, é que nos anos de 1983 e 1984 Maria Beatriz Luce e Benno Sander dividiram os papéis de editoração da RBAE e presidência da ANPAE, dando a entender que isso ocorreu por ambos terem sido os idealizadores e proponentes do projeto de lançamento do impresso. O segundo evento que rompe com a continuidade do formato da estruturação organizacional de editoração do impresso, é que nos anos de 1990 a 1995, diferente dos outros períodos, Roberto Algarte, então vinculado à UNB, detém do papel de coeditor da RBAE, que tinha como *locus* editorial a UFSC.

Ao analisar o editorial do volume 8, publicado em 1992, o primeiro que conta com Roberto Algarte como coeditor, nota-se o “espírito de retomada” da periodicidade de publicação da RBAE, que devido “a crise econômica do país e os problemas decorrentes de altas taxas inflacionárias combinadas com o arrocho salarial dos educadores” (v. 6, n.1, 1990), refletiu sobre a ANPAE, que não dispôs de recursos para as despesas de gráfica, acarretando na interrupção da publicação anos de 1989 e 1990. Nesta edição, não foram encontradas evidências que justificassem essa cooperação na editoração da RBAE entre as universidades, contudo, um fato que emergiu a partir de vestígios que foram encontrados, foi que Roberto Algarte teve Benno Sander como orientador durante o seu mestrado, de 1980 a 1982 – período que precede o lançamento da RBAE – dando a entender que como coeditor representava naquele momento uma “fonte viva” na busca pelo ideário do projeto original do impresso.

Na edição de encerramento do projeto editorial da RBAE, v.12, n.2 de 1996, o editor foi Jorge Ferreira da Silva e a então presidente da ANPAE estavam vinculados a UFRJ. A figura a seguir apresenta uma representação dessa organização da produção da RBAE, caracterizada a partir das três fases de editoração no ciclo de vida da RBAE.

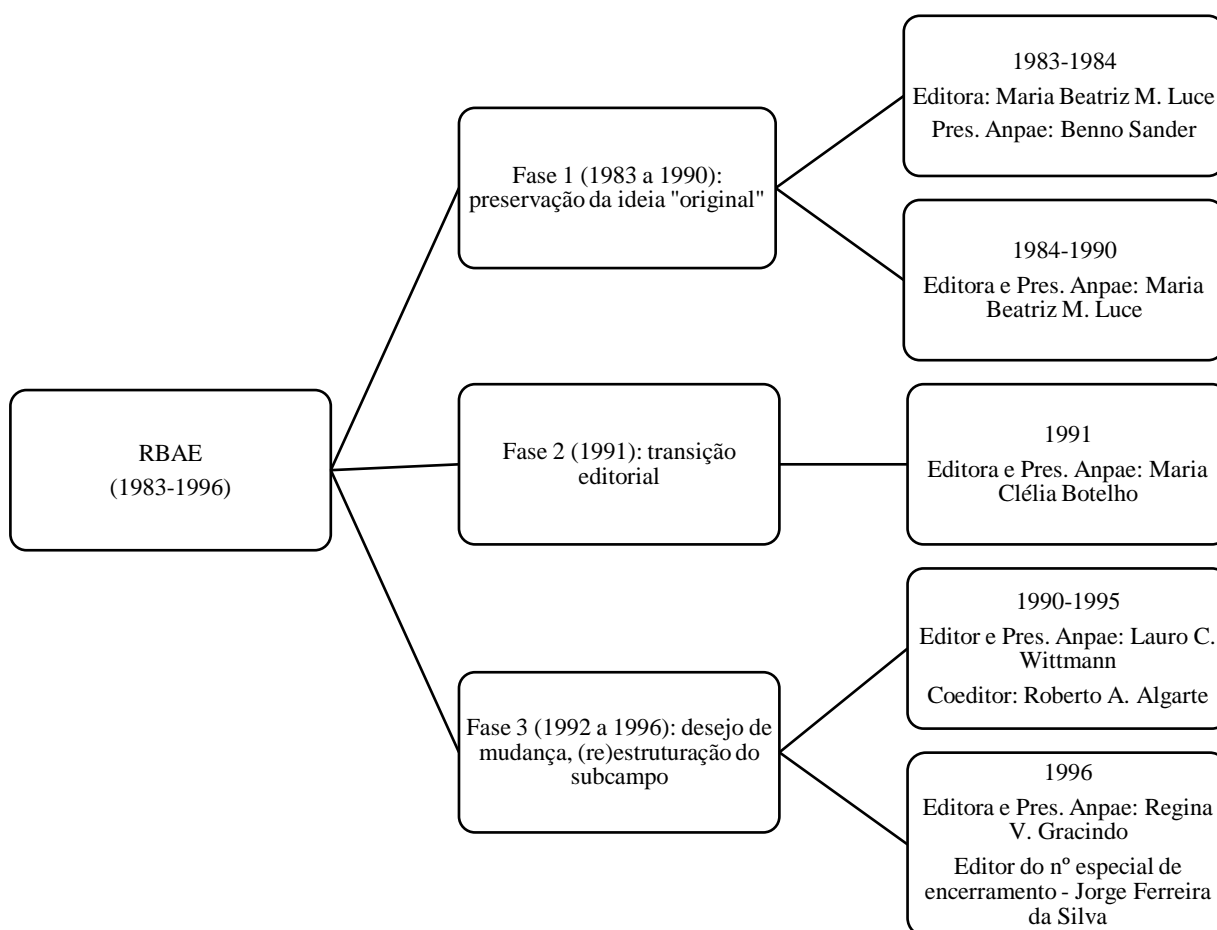


Figura 9: Editores da RBAE e presidentes da ANPAE, organizados a partir das fases editoriais apreendidas.

Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora.

Essas três fases de editoração da RBAE, relacionam-se ainda com as mudanças já mencionadas acerca da finalidade do impresso, datadas de 1996, um marco “encerramento” de um processo de busca por uma nova identidade, materializado por meio da publicação de um novo objetivo a que se propõe o impresso, caracterizando o fechamento de um ciclo de produção (quando ocorre a mudança de significativo para RBPAE).

No quadro 10, a seguir, apresenta-se o agrupamento das edições do impresso para cada um dos editores responsáveis dos números que formaram o conjunto documental desta investigação.

<b>Volume da RBAE</b>	<b>Local de editoração e publicação</b>	<b>Editor(a) responsável</b>	<b>Instituição de Ensino “sede” do impresso</b>	<b>Presidente da ANPAE</b>
<b>1 e 2 (n.1)</b>	Porto Alegre – RS	Maria Beatriz Moreira Luce	UFRGS	Benno Sander
<b>2 (n.2) a 6</b>	Porto Alegre – RS	Maria Beatriz Moreira Luce	UFRGS	Maria Beatriz Moreira Luce
<b>7</b>	Belo Horizonte – MG	Maria Clélia Botelho	UFMG	Maria Clélia Botelho
<b>8 a 11</b>	Florianópolis – SC	Lauro Carlos Wittmann Roberto Aparecido Algarte (co-editor) Unb	UFSC	Lauro Carlos Wittmann
<b>12 (n.1)</b>	Brasília – DF	Regina Vinhaes Gracindo	UNB	Regina Vinhaes Gracindo
<b>12 (n.2 – 1ª e 2ª partes)</b>	Rio de Janeiro – RJ	Jorge Ferreira da Silva	UFRJ	Regina Vinhaes Gracindo

Quadro 10: Mudanças de editoração e publicação da RBAE e presidência da ANPAE.

Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora.

No que tange aos avaliadores, o denominado Conselho Editorial da RBAE – órgão formulador da política editorial do periódico –, conforme informações explicitadas na seção Expediente dos números da revista, esse era constituído pelos membros do Conselho Deliberativo da ANPAE, sendo seu presidente, o presidente do Conselho Deliberativo, com exceção dos artigos que compuseram as edições da RBAE originados de eventos científicos, que não passaram por avaliação e foram transcritos na íntegra. No período de 1983 a 1996 foram nominados como membros do conselho editorial RBAE, 71 pessoas.

#### 4.2.2 Edições Especiais

Durante o seu ciclo de vida, além dos textos espontaneamente enviados para publicação, a RBAE contou com a publicações de 9 (nove) números originados de eventos científicos, e, 2 (dois) números caracterizados como edições de encerramento da primeira fase do impresso – antes da mudança de seu significante para RBPAE –, nos quais foram escolhidos e publicados na íntegra, textos de edições anteriores. Objetivou-se com esta subseção descrever as características especificamente dessas edições. Seguindo as ideias apresentadas em seus editoriais, denominou-se esses números da RBAE de “Edições Especiais”.

Este número da **Revista Brasileira de Administração da Educação** tem características especiais. Trata-se de um número monotemático, que inclui todos os trabalhos apresentados e discutidos no seminário “A Teoria Administrativa e a Prática de Administração Universitária” [...] organizado

pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) com a coordenação local do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGA/UFRGS (RBAE, 1984, v.2, n.2, p. 7, *grifos do original*).

Este volume 4 da REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO é especial, em seus dois números. Comemorativo aos 25 anos de fundação da ANPAE – Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação, publica todos os trabalhos do XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO [...] (RBAE, 1986, v.4, n.1 e n.2, p. 7).

A análise mostra que as referidas “Edições Especiais”, compuseram o ciclo de vida da RBAE, tendo para isso um espaço demarcado para a publicação. Em seus Editoriais notou-se a preocupação dos editores em destacar o papel relevante da revista, em publicar o resultado de trabalhos apresentados em eventos científicos. Nessas condições, dá-se a entender que ao destacar a relevância da revista com a publicação de “números especiais” aumentava-se o capital simbólico da ANPAE, órgão oficial de produção e publicação da RBAE.

Como voz legitimada da associação, a RBAE trouxe discussões teórico-práticas de relevância para o seu público leitor e contribuiu para a disseminação do conhecimento acerca da administração da educação no Brasil, entretanto, notou-se por meio da sua organização interna, com destaque para a narrativa dos editoriais, que o impresso dirigia-se muito mais para expor o seu “grande valor” para a associação e para o campo educacional, interpretada a partir de Bourdieu (1983, p. 93), como “[...] a procura consciente da maximização do lucro específico [...] uma relação inconsciente entre um *habitus* e um campo.

O quadro 11 a seguir, apresenta as características das edições da RBAE que tiveram como gênese eventos científicos, bem como a identificação e local de realização de cada evento.

Edição da Revista	Ano	Evento Científico	Local
Volume 2, nº 2	1984	Seminário “A Teoria Administrativa e a Prática da Administração Universitária”, organizado pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD)	Porto Alegre – RS (PPGA/UFRGS)
Volume 4 nº 1 e nº 2	1986	XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação – A democratização da educação e a gestão democrática da educação	João Pessoa – PB
Volume 7 nº 1 e nº 2	1991	XV Simpósio Brasileiro de Administração da Educação – das Políticas ao Planejamento e à Gestão da Educação	Brasília – DF
Volume 9 nº 1 e nº 2	1993	XVI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação	Rio de Janeiro – RJ
Volume 10 nº 1 e nº 2	1994	XVI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação	Rio de Janeiro – RJ

<b>Volume 12, nº 1</b>	1996	XII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação	Brasília – DF
----------------------------	------	--	---------------

Quadro 11: Edições da RBAE originadas de eventos científicos.

Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora.

Nessas edições, compostas pelos trabalhos apresentados nos referidos eventos, notou-se o interesse/preocupação do corpo editorial da revista em levar cientificidade para o campo da administração da educação. Esses trabalhos são, inclusive, transcritos na íntegra. Na edição número 2, volume 2, para cada artigo veiculado, na sequência foi publicado um texto analisando-o, sob o título “Comentários”. Como essa estrutura editorial não se repetiu nos demais números do impresso com publicações originadas de eventos, suscita-se que o motivo tenha sido o fato de que o evento que deu vida a essa publicação da RBAE, seja do campo da Administração, o que suscitou a necessidade de promover a intersecção com a Educação.

O que, na linha de reflexão e análise que se estabeleceu nesta investigação representa a busca pelo grupo de organizadores da revista usá-lo como instrumento de imposição no jogo que objetiva o aumento do capital simbólico da ANPAE, uma caracterização do *habitus* que segundo Bourdieu (1983, p. 94) funciona um “[...] gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim”.

Os autores responsáveis pelos textos de “comentários” sobre os artigos dessa edição foram: Fernando C. Prestes Motta; Sérgio Zacarelli; Roberto Costa Fachin; Clóvis L. Machado da Silva; George Browne Rego; Maria Estela Dal Pai Franco; Edi Madalena Fracasso; Simon Schwartzman; Vera Sueli Storck; Luís Carlos Moreira da Silva. Destes comentaristas, todos detêm de formação na área de Ciências Sociais Aplicadas, em específico, Administração. Outrossim, 6 (seis) deles também possuem formação na área de Humanas, sendo em Sociologia, Política, Direito e Educação.

Dentre os números eleitos como fonte e objeto nesta pesquisa de doutoramento, o volume 12, número 2, diz respeito a uma seleção de artigos publicados em edições anteriores da RBAE, sendo apresentado em duas partes: (1) Paradigmas; (2) Pesquisas e Propostas. Optou-se por manter este número do impresso no corpo documental, pelas representações que se pudessem apreender por meio das temáticas dos artigos selecionados, como também, por ser o volume 12, número 2 da RBAE que encerra a sua primeira fase de vida, já que deste ponto em diante o impresso passa a ser denominado: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE.

O quadro a seguir apresenta os textos selecionados para compor o volume 12, número 2 da RBAE, organizados em 1ª e 2ª partes, a temática atribuída a cada uma das partes e os seus respectivos autores. Conforme informações explicitadas no editorial, os textos foram selecionados com base nas indicações dos integrantes do novo Conselho Editorial da RBAE, havendo a recomendação de 25 artigos ou palestras, de 23 autores diferentes.

Edições	Temática	Título dos artigos	Autores
Volume 12, número 2 - 1ª parte - SELEÇÃO DA RBAE: PARADIGMAS PESQUISAS E PROPOSTAS	<b>PARADIGMAS</b>	Consenso e conflito na administração da educação	Benno Sander
		A administração da educação é um problema político	Miguel Arroyo
		Administração e planejamento da educação: ato político-pedagógico	Lauro Carlos Wittmann
		Educação como capital humano: uma "teoria" mantenedora do senso comum	Gaudêncio Frigotto
		O compromisso profissional da administração da educação com a escola e a comunidade	Carlos Roberto Jamil Cury
		A contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação	Fátima Cunha Ferreira Pinto
Volume 12, número 2 - 1ª parte - SELEÇÃO DA RBAE: PARADIGMAS PESQUISAS E PROPOSTAS	<b>PESQUISAS E PROPOSTAS</b>	O comportamento institucional da Secretaria de Educação do Ceará	Raimundo Hélio Leite
			José de Anchieta Esmeraldo Barreto
		A formação do administrador da educação: análise de propostas	Moacir Gadotti
		Ensino superior: a gratuidade necessária	Luiz Antônio Cunha
		Universidades como organização	Peter Blau
			Fernando C. Prestes Motta
			Sérgio Zacarelli
		O perfil do administrador escolar: necessidade ou inutilidade	Ediruald Mello
Oscar Serafini			
Democratização e descentralização da educação: políticas e práticas	Silke Weber		
Situação e perspectivas da Administração da Educação Brasileira: uma contribuição	Vitor Paro		

Quadro 12: Descrição dos números de encerramento da primeira fase da RBAE.

Fonte: RBAE (1996), organizado pela autora.

No editorial do volume 12, número 2 da RBAE, é explicitado ainda que a mudança estrutural pela qual passava a ANPAE visava conduzir a associação às novas exigências do final do século XX e começo do século XXI, com fins de ampliar o seu horizonte e as suas esferas de atuação. Nesta edição da revista também foram apresentados os novos objetivos da



ANPAE, que passa a ter como significado: Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

Como tem sido divulgado, a ANPAE está passando por uma profunda reestruturação com o objetivo de adequar o seu perfil às exigências do final do século XX e começo do século XXI. Ao transformar-se na esperada e muito necessária Associação Nacional de Política e Administração da Educação, a ANPAE amplia seu horizonte e esferas de atuação [...] esta edição foi pensada, definida e concebida como marco de encerramento de uma fase e início de outra, esperamos, ainda mais valiosa e promissora (RBAE, 1996, v.12, n.2, p. 5)

A análise do recorte supracitado demonstra o desejo de renovação explicitado na narrativa do editor, de forma que um novo ciclo para a Associação e para a Revista se iniciasse, como forma de atender aos anseios do novo século, a começar. Essa mudança ocorreu em um ano que foi marco para a Educação Brasileira, com a promulgação da LDB 9.394/96, na qual se destacam elementos como a gestão democrática, por exemplo. Impulsionada também pelo seu contexto histórico e político, vê-se que a ANPAE fez desse momento “ideal” para a inauguração de uma nova fase.

Assim, conforme os novos objetivos explicitados nesta edição do impresso, a “nova” ANPAE visa: a universalização do direito à educação; a definição e implementação de políticas e processos de planejamento, gestão e avaliação da educação comprometidos com a democracia, pluralidade, equidade, justiça, solidariedade e qualidade; e ao desenvolvimento teórico-prático do conhecimento sobre política, planejamento, gestão e avaliação da educação. Reitero que em todas as edições anteriores ao volume 12, número 2, os objetivos da ANPAE não sofreram modificações.

#### **4.2.3 Seções temáticas**

Apresenta-se nessa subseção, as 94 seções temáticas que compuseram as edições da RBAE publicadas no período de 1983 a 1996. A análise do impresso mostrou que ao longo do seu ciclo de vida, a RBAE não apresentou em seu projeto editorial, padronização no que diz respeito à organização periódica de temáticas para as suas seções, fazendo emergir uma fragilidade em sua identidade editorial, haja vista o não reconhecimento de um formato próprio na composição do suporte.

Na organização das seções somente 3 (três) temáticas se repetem, mas, em momentos espaçados das edições da revista, que são: Administração Universitária – em 3 números do impresso; Em Debate – em 2 números do impresso; Organização e Gestão do Ensino Superior – em 2 números do impresso. O conjunto documental revela ainda dois artigos sem alocação em seções específicas, ambos do volume 9, nos números 1 e 2, de 1993.

O quadro 13 foi organizado de forma a apresentar, em ordem alfabética, todas seções criadas e veiculadas nos números do impresso RBAE, no período de 1983 a 1996. Não estão relacionadas nesse quadro o título das seções que compuseram a edição de encerramento da primeira fase da revista (volume 12, número 2, de 1996).

1	A organização do Sistema Nacional de Educação - colaboração entre a união, os estados e os municípios
2	A Administração da Educação Brasileira: situação e perspectivas
3	A Administração da Educação e os desafios da Gestão Inovadora
4	A ANPAE e a Administração da Educação no Brasil
5	A centralidade do pedagógico
6	A construção teórica em Administração da Educação
7	A Escola Cidadã
8	A gestão democrática da Educação
9	A modernidade emancipatória
10	A nova LDB e o Fórum Nacional em defesa da Escola Pública
11	A Política Nacional de educação e os desafios sociais e tecnológicos
12	A Universidade como organização
13	Administração da Educação
14	Administração da Educação e Qualidade Total
15	Administração da Educação: escola e comunidade
16	Administração de Pós-graduação e intercâmbio
17	Administração de Sistemas de Ensino
18	Administração e planejamento da Educação
19	Administração escolar
20	Administração participativa
21	Administração política da instituição escolar
22	Administração pública: relação entre as instâncias
23	Administração universitária
24	Administrador da Educação
25	Análise institucional

26	Cerceamento social da escola
27	Comunicações
28	Concepção versus execução
29	Conferência
30	Conteúdo e formas de administração
31	Democratização da universidade
32	Democratização e gestão colegiada
33	Democratização nas instituições
34	Descentralização e democratização
35	Descentralização e Gestão Democrática Municipal
36	Descentralização e municipalização
37	Economia e Administração da Educação
38	Economia, neoliberalismo e Educação
39	Educação do trabalhador e do administrador da Educação
40	Educação e partidos políticos no Brasil
41	Educação, constituinte e Constituição
42	Efetividade em universidades: uma avaliação do estado da arte
43	Eleição do diretor de escola
44	Eleições de diretores
45	Em debate
46	Em debate gratuidade do Ensino Superior
47	Em discussão
48	Escola e autonomia
49	Escola e trabalho
50	Escola, estado e sociedade: fundamentos e questões da Administração da Educação
51	Espaço dinâmico (comunicações apresentadas no XV SBAE)
52	Estrutura das universidades e análise de redes sociais
53	Estrutura organizacional da universidade
54	Ética e Educação
55	Experiências de democratização
56	Experiências de gestão inovadora no processo educacional
57	Financiamento da educação
58	Financiamento e igualdade
59	Formação do Administrador da Educação
60	Formação do administrador escolar
61	Formação do educador e do Administrador da Educação

62	Formação do educador especialista
63	Gestão compartilhada na escola
64	Gestão escolar democrática e eleição de diretores
65	Modernização e neoliberalismo
66	Novas experiências na Universidade
67	Novo paradigma para Administração da Educação
68	O Estado e a Educação
69	O objeto específico do trabalho escolar
70	O papel do ensino superior na sociedade de hoje: desafios e perspectivas
71	O profissional de Administração da Educação
72	O sistema Municipal de Educação
73	Organização do Estado na Educação
74	Organização do trabalho para a democratização da Educação
75	Organização e gestão do Ensino Superior
76	Os municípios e os recursos para a educação: os desafios da qualidade para todos
77	Painel: a administração e a qualidade em Educação na América Latina
78	Painel: a administração Pública e qualidade em Educação
79	Painel: a construção da qualidade na escola: implicações para a organização e a prática escolar
80	Painel: a questão da qualidade na educação: (des)caminhos e perspectivas
81	Painel: a questão da qualidade: exigências para a formação e para a atuação do administrador
82	Participação e escola pública
83	Perspectivas de comparação na Administração da Educação
84	Pesquisa
85	Planejamento educacional: paradigma e desafios
86	Planejamento estratégico da administração da educação nos diversos níveis do sistema: reflexões e propostas
87	Polêmicas pela escola pública
88	Políticas e práticas de descentralização
89	Proposta sobre municipalização do ensino
90	Resenha
91	Sobre a teoria e prática da Administração da Educação
92	Supervisão em educação
93	Tese em destaque
94	Trabalho e educação politécnica

Quadro 13: Seções temáticas do impresso.

Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora (2019).

Os artigos que compõem as referidas seções, os seus respectivos autores e anos de publicação são apresentados nos Apêndices G e H. Optou-se por organizá-los em dois quadros, no intuito de separar as edições especiais originadas de eventos científicos, das demais edições da revista que contaram com a submissão espontânea de textos.

Segundo Biccás (2008, p. 171), as seções temáticas de um impresso podem revelar “uma visão geral do período em que foram criadas, tempo de permanência e a que tipo de temáticas elas se referiam”. Como o projeto editorial da RBAE não evidencia seções temáticas permanentes, as seções foram analisadas considerando os períodos que demarcaram as três fases editoriais do seu ciclo de vida.

A análise das três fases editoriais, revelou que na primeira fase – 1983 a 1990 – o impresso veiculou conteúdos que descreviam e caracterizavam a administração da educação e o “perfil” do administrador escolar. Sendo essa primeira fase a que revelou maior preservação dos objetivos descritos no projeto de lançamento da RBAE, pode-se dizer que as suas seções temáticas foram organizadas de modo a fortalecer a identidade que se ensejava (re)construir.

A edição de 1991, volumes 1 e 2, foi caracterizada nesta pesquisa como a Fase 2 e período de transição editorial. Neste número da RBAE, publicaram-se artigos originados de evento científico da ANPAE. Nas nomenclaturas das seções estão “partes” dos títulos que lá foram veiculados, com destaque para questões políticas e análise de diferentes níveis do sistema de ensino. Como nesse período era eminente o debate educacional, em especial por ser um período que precedia a LDB 9.394/96, há que se dizer que isso refletiu nas páginas da RBAE.

No editorial dessa “edição de transição”, a então presidente da ANPAE, Maria Clélia Botelho profere um discurso marcado pela preocupação em se “acompanhar os novos tempos do ordenamento do Estado brasileiro [...] fazer parte desses movimentos que estão a construir a moderna sociedade democrática brasileira” (1991, p. 8). Botelho destaca ainda que o propósito do evento, então cristalizado nas páginas da RBAE, é revisitar temas fundamentais discutidos anteriormente, para entendê-los em um novo momento e em novas dimensões, buscando captar o que a partir daquele momento estava desvelado nas políticas, no planejamento e na gestão da educação brasileira. No editorial deste número do impresso é dado destaque as discussões realizadas acerca da nova LDB 9.394/1996 e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, da organização do Sistema Nacional da Educação e a colaboração entre União, Estados e Municípios. O que, mais uma vez, permite inferir que as seções temáticas dessa fase editorial da RBAE refletem a visão geral do período em que foram criadas, como apontados por Biccás (2008) e revelam o interesse do corpo editorial da RBAE em participar legitimamente dessa discussão.

Acerca das seções temáticas dos números da RBAE que compuseram a terceira fase editorial – 1992 a 1996 – há que se dizer que fica explícito o desejo de mudança para a administração da educação e a (re)estruturação deste subcampo no campo educacional. As temáticas das seções dessas edições revelaram representações do período, com especial ênfase à questão da gestão democrática, da formação do administrador da educação e da influência do Estado na instituição escolar, em especial, na eleição dos diretores.

Depreende-se deste contexto o uso da revista como uma estratégia de jogo nas lutas por legitimidade dentro do campo educacional e pela ampliação do poder de intervenção dos seus agentes na disseminação do ideário que influenciou na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil. Um campo de disputas com,

relações de forças específicas, e de lutas que têm por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados (BOURDIEU, 2001, p. 60-61).

Considerando o espaço social dos produtores da RBAE, foi possível compreender o papel dos agentes de produção e as suas influências na produção do referido impresso, revelando as suas intencionalidades estratégicas com as escolhas dos conteúdos/temáticas veiculados e dados a circular. Depreende-se que a RBAE se tornou ao longo de seu ciclo de vida o instrumento de imposição simbólica da ANPAE e instância legitimadora do poder de intervenção da associação no campo educacional.

Ao adentrar nas páginas da RBAE os seus conteúdos forneceram indícios sobre as práticas de uma determinada época e de um campo específico, constituindo-se em estratégias com marcas, público e destinação específicas. Como apontam Rodrigues e Biccas (2015, p. 153) sobre os impressos pedagógicos e educacionais:

[...] institucionalizam-se com lugar de poder, de estratégias editoriais articuladas, num contexto de reforma escolar, de configuração de uma materialidade que se finaliza como dispositivo modelador de práticas de leitura e de novos modelos de formação de professores e na proposição dos conhecimentos pedagógicos reconhecidos como socialmente válidos [...] constituem-se como produto de estratégias que deixam ler as marcas de usos prescritos e de destinação visada; fornecem indícios sobre as práticas escolares que se formalizam nos seus usos; o peso documental fortemente demarcado por sua relação com as estratégias das quais são produtos (RODRIGUES; BICCAS, 2015, p. 153).

No caso da RBAE, compreende-se que desde o seu nascimento, além de promover o debate e disseminar o conhecimento acerca da administração da educação, o seu corpo editorial destacava uma revista temática de administração da educação, com o intuito também de apresentar e representar a sua principal mantenedora, a ANPAE, bem como os seus idealizadores.

A RBAE constituiu-se como interlocutora de um diálogo que evidenciava o trabalho da ANPAE junto aos seus associados e às instituições a que estes estavam vinculados, ao mesmo tempo em que se promovia e/ou ampliava os laços de sociabilidade institucional. Detectou-se na RBAE a presença de autores de diferentes instituições de ensino do Brasil e contribuições de autores do exterior. Essa diversidade dos colaboradores de um impresso, expressa a importância das publicações periódicas como,

[...] espaço de afirmação de correntes de ação e de pensamento educacional: homens e mulheres, leigos e religiosos, intelectuais e universitários, técnicos e políticos, acadêmicos das mais variadas proveniências (psicólogos, sociólogos, médicos, etc.), pais e alunos, membros de muitas profissões e, acima de tudo, professores, estão presentes nas páginas dos jornais e revistas de educação e ensino (NÓVOA, 1997, p. 14).

As palavras de Nóvoa (1997), quando levadas à representação da diversidade de pensamento dos colaboradores (autores e editores) na RBAE, revela a revista como um veículo de comunicação construído por atores dos mais diferentes lugares<sup>38</sup>, o que torna este impresso uma fonte de grande riqueza e terreno fértil para a renovação conceitual e metodológica do campo da administração da educação, mas, principalmente aumenta o seu valor (capital simbólico) no campo educacional. Sobre esses lugares, falar-se-á a seguir.

#### 4.2.4 O lugar social dos autores que mais publicaram na RBAE

Reconhecer o lugar de onde falam os autores que mais publicaram na RBAE mostrou-se relevante para esta pesquisa diante da concepção de Certeau (1982) de que toda pesquisa historiográfica está articulada com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, circunscrito por determinações próprias enraizadas por um corpo social e instituição de saber. “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de

---

<sup>38</sup> Entende-se aqui por *lugar*, o espaço de onde falam os autores, caracterizado por sua formação acadêmica, experiências de vida, atuação profissional, vínculo institucional, afiliações políticas etc.

interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982, p. 66).

O conjunto documental investigado, mostrou com convicção, a subjetividade e o lugar social dos autores em seus textos veiculados, o que Certeau denomina de sistema de referências.

Os "fatos históricos" já são constituídos pela introdução de um sentido na "objetividade". Eles enunciam, na linguagem da análise, "escolhas que lhes são anteriores, que não resulta, pois, da observação – e que não são nem mesmo "verificáveis", mas apenas "falsificáveis" graças a um exame crítico (CERTEAU, 1982, p. 57).

Ao delinear o sistema de referências dos autores que mais publicaram na RBAE, abriu-se a possibilidade de realização de uma interpretação histórica do referido impresso de modo a conhecer e discutir a respeito dos seus agentes produtores, bem como das representações e estratégias difundidas na e pela RBAE, no que tange a questão da administração da educação, tendo em vista as suas intencionalidades dentro do campo educacional. Assim, jogou-se luz sobre os 10 autores que assinaram 3 (três) ou mais textos na RBAE, identificando a formação de cada um deles.

Esses autores são apresentados no quadro a seguir, organizados por ordem decrescente da quantidade de textos assinados.

<b>Autor</b>	<b>Formação</b>	<b>Textos assinados</b>
Benno Sander	Mestre e Doutor em Administração da Educação com pós-doutorado em Economia e Planejamento da Educação.	6
Carlos Roberto Jamil Cury	Graduação em Filosofia; Mestrado e Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade.	4
Ediruald de Mello	Não encontrada a formação, mas é pesquisador sobre financiamento da educação.	4
Lauro Carlos Wittmann	Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Educação. Licenciatura em Filosofia.	4
Vitor Henrique Paro	Mestrado e doutorado em Educação e livre-docência em Educação.	3
Edivaldo M. Boaventura	Graduado em Direito e em Ciências Sociais, Doutor em Direito e Docente Livre de Economia. Mestre e Ph. D. em Administração Educacional.	3
Genuíno Bordignon	Graduação: Filosofia (Bacharelado e Licenciatura). Especialização: Planejamento e Administração de Sistemas Educacionais. Mestrado: Educação – Administração de Sistemas Educacionais.	3
Magali de Castro	Graduada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação.	3



Maria Auxiliadora C. A. Machado	Não encontrada a formação.	3
Maria Estela Dal Pai Franco	Graduação em Pedagogia; Mestrado e Doutorado em Administração da Educação.	3

Quadro 14: autores que mais publicaram no impresso e suas respectivas áreas de formação.

Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora.

A análise do quadro permite evidenciar a predominância de formação acadêmica na área de Educação, apropriada como lugar social de produção. A partir desta organização dos autores que mais publicaram e as suas respectivas áreas de formação notou-se dois aspectos importantes: 1) o uso do capital simbólico individual, um capital de reconhecimento encerrado em seus próprios nomes; 2) o “pertencimento” de formação ao campo educacional, o que lhes conferia autoridade e legitimidade de fala para escrever e promover diálogos em uma revista educacional especializada.

Em uma perspectiva historiográfica, ao pesquisar sobre os intelectuais que mais publicaram na RBAE e que compõem o quadro supracitado, notou-se a relevância destes autores nos debates estabelecidos no campo educacional, inclusive com alguns deles detendo de capital de reconhecimento em órgãos oficiais, com é o caso de Carlos Roberto J. Cury que foi presidente do INEP, por exemplo. Optou-se por não discutir individualmente a vida acadêmica e a atuação política de cada um destes autores no campo educacional por não ser o objeto de discussão nesta investigação, mas, a pesquisa na historiografia da educação no Brasil evidencia a sua representatividade.

Assim, a análise do lugar social dos autores que mais assinaram textos veiculados no impresso durante o período investigado, revela a busca de seu corpo editorial por legitimidade e aceitação no campo educacional e do seu público leitor, mediante a disseminação de narrativas que fossem mais palatáveis por serem escritas de e para indivíduos de um mesmo campo social e acadêmico, sendo os autores, autoridades do campo educacional.

Tomando por base a concepção de Catani e Bastos (1997) essa informação se mostrou relevante durante a análise e acompanhamento do ciclo de vida da RBAE para a leitura e reflexão acerca das lutas dos seus organizadores por legitimidade dentro do campo de produção e a análise da participação dos agentes produtores do periódico na elaboração dos discursos que se traduzem em estratégias para a instauração de práticas exemplares, bem como na organização do sistema de ensino.

Tomando por base a premissa de Certeau (1982) de que o discurso historiográfico provém das determinações de um lugar, evidencia-se que as narrativas dos autores que mais assinaram textos na RBAE estavam circunscritas de suas identidades, e que por meio da

circulação constituíram-se em estratégias que suscitaram o delineamento de uma “nova” identidade para o campo da administração da educação e escolar no Brasil.

Destarte, a RBAE se caracteriza como um impresso produzido de e para profissionais do campo da Educação, com amplo espaço de divulgação nesse mesmo campo. Ao mesmo tempo, põe-se em evidência as sociabilidades constituídas no espaço de produção do impresso que balizam as formas e usos da revista como instrumento de imposição simbólica para ampliação e legitimação do poder da ANPAE no campo educacional.

Partiu-se do pressuposto de que foram essas sociabilidades, esses laços que teceram o ciclo de vida da RBAE, oferecendo-lhe sustentação e possibilitando a disseminação de conhecimento, construção de consciência e delineamento do subcampo da administração da educação Brasil. As sociabilidades intelectuais mapeadas na RBAE, serão abordadas na próxima seção.

## **5 SOCIABILIDADES INTELECTUAIS E RELAÇÕES DE PODER INSTITUÍDAS NA RBAE**

"Eu (a história) sou outra coisa além daquilo que quero, e sou determinada por aquilo que denego".  
Michel de Certeau.

Esta seção tem como objetivo identificar e descrever as sociabilidades mapeadas na RBAE e os microcosmos intelectuais formados na produção do impresso durante o período de 1983 a 1996, evidenciando as afinidades mais difundidas e determinantes em seu ciclo de vida e as relações de poder que influenciaram na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil.

Apropria-se para isso da concepção de Sirinelli (2003, p. 249) de que, dentre outras estruturas, as revistas são “[...] antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”, criando em seu entorno redes de sociabilidades que secretam microclimas a sombra dos quais as atividades e o comportamento dos intelectuais apresentam traços específicos. Essas redes foram observadas em torno da RBAE, considerando a sua materialidade, fases editoriais e relações suscitadas entre os seus idealizadores e corpo editorial.

Destaca-se de antemão a centralidade delegada a Benno Sander na constituição das redes e na fundamentação da discussão que se estabeleceu. Atribui-se a isso o capital simbólico individual encerrado no seu próprio nome, pelo pertencimento a ANPAE e pelos laços que estabeleceu com outros intelectuais durante a sua trajetória acadêmica e de vida, conforme lastros encontrados nas fontes investigadas.

Vale ainda destacar que se limitou a investigar as redes de sociabilidade estruturadas a partir da RBAE, como núcleo central. Considerou-se para isso as instituições a que os intelectuais criadores e produtores estavam vinculados e as relações estabelecidas na ANPAE. Não se investigou outras questões dos estudos de redes sociabilidade, tais como: grupos políticos, partidos, grupos de pesquisa, vida social, gerações etc., o que pode caracterizar uma limitação desta investigação.

A análise das sociabilidades da RBAE revelou: (1) redes de criação e legitimação do impresso; (2) redes de produção do impresso; (3) a influência das relações de poder simbólico na (re)estruturação do subcampo. As discussões acerca destas sociabilidades compõem as narrativas a seguir.

## 5.1 AS REDES DE CRIAÇÃO E DE LEGITIMAÇÃO DO IMPRESSO

Segundo Sirinelli (2003), o termo “redes” é utilizado para caracterizar as estruturas que se formam em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora, por exemplo, onde os laços se atam e formam um núcleo central, um pequeno mundo estreito. Assim, entende-se como redes, as estruturas intelectuais formadas em torno da RBAE com fins de se atingir o ideário de criação da revista em promover a discussão acerca da teoria e da prática em administração da educação no Brasil.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248)

A pesquisa identificou a busca de um grupo de intelectuais vinculados à ANPAE em aumentar o seu capital simbólico no campo educacional e legitimar as suas intervenções nas discussões acerca da administração da educação como o laço que uniu e deu vida a RBAE. A análise das narrativas dos editoriais, em especial dos três primeiros números da revista, apresentou indícios que permitem revelar esta intencionalidade, conforme segue:

O primeiro número da **Revista Brasileira de Administração da Educação** vem à existência marcado pelo espírito associativo, profissional e dinâmico que tem caracterizado a história da ANPAE, conjugado à deliberação de oferecermos aos sócios e à comunidade mais amplamente definida um espaço de comunicação, participação e intercâmbio (RBAE, 1983, v.1, n.1, p. 9. *Grifos do original*).

Com o segundo número, cresce o espectro de colaboradores e de consultores editoriais, fiéis à intenção de colaboração efetivamente para o aprimoramento do estudo e do exercício da administração da educação no Brasil e de dar a esta **Revista Brasileira de Administração da Educação** uma maior acessibilidade aos educadores. Permanece a editoria colocando a Revista aos anpaeanos e ao público interessado para que seja veículo de participação, neste esforço de construção e reconstrução do saber em educação a que estamos comprometidos (RBAE, 1983, v.1, n.2, p. 8. *Grifos do original*).

Neste ano pretende-se construir nova etapa, alicerçada na crítica e no apoio dos colegas anpaeanos, e **alastrar laços na comunidade científica e profissional da educação**. A intenção fundamental da proposta editorial da RBAE para 1984 é a ampliação da área de abrangência e influência da RBAE, seja através do quadro de temas e autores publicados ou da lista de assinantes (RBAE, 1984, v.2, n.1, 7. *Grifos da autora*).

Depreende-se desses excertos o desejo do corpo editorial da revista sob duas perspectivas: a primeira de a RBAE se constituir como um espaço para discussão e debates, e, a segunda de a RBAE desenvolver laços na medida em que amplia o seu alcance e área de abrangência. Inclusive, no v.2, n.1, na fala do editor, destaca-se o incentivo financeiro fornecido pelo CNPQ e FINEP à revista, como subsídio para a edição e impressão de um maior número de exemplares que das edições anteriores. Evidencia-se nesse quesito, a indicação no editorial de quem seria o público beneficiado com essa ampliação da distribuição da RBAE: “[...] com este apoio beneficiam-se os assinantes e as bibliotecas universitárias ou de órgãos de pesquisa em educação” (RBAE, 1984, n.1, p. 7). Observa-se que ambas as perspectivas contribuíram para a ampliação do poder simbólico da ANPAE no campo educacional brasileiro. Citando Bourdieu (2011), a coisa em jogo é o poder simbólico, o poder sobre um uso particular de uma categoria particular de sinais, que no caso da RBAE o seu uso para aumentar o poder do grupo para fazer intervenções no campo educacional.

A pesquisa revelou ainda o caráter acadêmico, universitário na rede de sociabilidades da RBAE, na qual as amizades, fidelidades e influências delinearão e sustentaram um lugar de movimento de ideias, o que corrobora as dimensões analíticas apontadas por Sirinelli (2003) da revista como lugar de fermentação intelectual e relação afetiva e como viveiro e espaço de sociabilidade.

A RBAE foi um projeto gestado durante a trajetória da ANPAE na busca por um veículo oficial de comunicação e disseminação do conhecimento acerca da administração da educação. O nascimento da revista, teve como berço um Simpósio Educacional que debatia a administração da educação no contexto das ciências sociais, e que, nas palavras de Sander (2010, p. 6, *grifos da autora*) “[...] tornou-se um divisor de águas na história da contribuição da ANPAE ao estudo **da política e da gestão** da educação no Brasil”.

Sander (2010) aponta que a RBAE, desde o seu primeiro número, publica textos que revelam um deslocamento da discussão acerca da administração da educação e escolar para o âmbito conceitual sócio histórico, instalando o debate entre “[...] defensores da tradicional orientação positivista e funcionalista na teoria organizacional e administrativa e os protagonistas da resistência política e do pensamento crítico no campo da gestão da educação” (SANDER, 2010, p. 7). Essa manifestação figura na narrativa do primeiro Editorial do impresso da seguinte forma:

As matérias presentes neste número são exemplo não só do amplo espectro do universo da administração da educação como área de conhecimento e de

atuação profissional, mas também das abordagens ideológicas que iluminam seu estudo e sua prática. Os artigos representam ainda trabalhos de cunho e finalidade variados, como a leitura cuidadosa de cada um poderá revelar (RBAE, 1983, v.1, n.1, p. 9).

A análise do trecho supracitado mostra o universo da administração da educação como área de conhecimento e atuação profissional e como espaço para o debate ideológico que se poderia travar. Nos editoriais dos volumes 1, número 2 e 2, número 1, notou-se o sentido de continuidade de discussão sob o viés denso do pensamento crítico acerca da administração e gestão da educação.

Conjuntamente à criação da revista, a análise da narrativa dos editoriais revelou a intencionalidade conjunta de divulgar o impresso como veículo oficial na disseminação do conhecimento acerca da administração da educação no Brasil. Observou-se que a ênfase em fazer circular a revista como “voz oficial” da ANPAE contribuiu significativamente no processo de legitimação da associação como órgão oficial no campo educacional. Alguns recortes dessas narrativas são apresentados a seguir.

v.1, n.1, 1983	Assim, a Revista Brasileira de Administração da Educação é apresentada aos anpaeanos e ao público acadêmico e profissional como uma experiência em construção. Convido a todos para trazerem sua contribuição crítica.
v.1, n.2, 1983	Permanece a editoria colocando a Revista aos anpaeanos e ao público interessado para que seja veículo de participação, neste esforço de construção e reconstrução do saber em educação a que estamos comprometidos.
v.2, n.1, 1984	A intenção fundamental da proposta editorial da RBAE para 1984 é a ampliação da área de abrangência e influência da RBAE, seja através do quadro de temas e autores publicados ou da lista de assinantes. Os procedimentos editoriais e de divulgação, desenvolvidos a partir da experiência e sugestões de quantos atenderem nosso convite à participação, não de concorrer para a consolidação deste veículo de comunicação e intercâmbio entre estudiosos e profissionais da administração da educação.
v.3, n.1, 1985	Terceiro ano de existência da Revista Brasileira de Administração da Educação. Continuamos a semear, ampliando os espaços de discussão, o número de assinantes e a rede de comercialização. Colhemos o apoio dos colegas ANPAEanos, de educadores e estudiosos da educação e, em especial de instituições que prestigiam iniciativas culturais e científicas.
v.5, n.2, 1987	Rumo ao ano seis da RBAE, convido todos os nossos leitores a enviarem ao Editor sua apreciação sobre o todo ou parte deste processo de desenvolvimento do periódico. É preciso que nos comuniquemos para tornar possível a consecução da função de relevância que sustenta o projeto editorial.
v.8, n.1, 1992	Este primeiro número do volume 8, da Revista Brasileira de Administração da Educação, relativo a janeiro-junho de 1992, contém contribuições para repensar nosso saber e fazer na administração da Educação. Este número traz desafios e perspectivas para a administração competente na construção de uma escola pública relevante.

v.8, n.2, 1992	Esperamos que estes textos sirvam de expressão e de impulso para o avanço teórico-prático da administração no Brasil, com vistas à produção de uma educação competente e relevante para a maioria sofrida de nossa população.
v.11, n.1, 1995	Os artigos deste exemplar da RBAE apresentam aspectos relevantes para a construção de um novo paradigma em administração da educação e para a enucleação do caráter específico do trabalho escolar e da sua administração. Apresentam-se ainda experiências de gestão colegiada e descentralização. Estas reflexões teóricas e estas experiências constituem uma base de interlocução com todos e cada um de nós no esforço de construção de uma administração pertinente, relevante e útil para a produção histórica de uma educação de altíssima qualidade, pública, gratuita e universal.
v.11, n.2, 1995	Os artigos desta Revista Brasileira de Administração da Educação, 11(20, jul./dez. 1995, são um desafio para nos situarmos frente à evolução da economia, à perspectiva política neoliberal, ao processo concreto de construção da legislação sobre educação no país, à estruturação da organização educacional e à avalanche da chamada qualidade total da educação.

Quadro 15: Recortes dos editoriais que representam a busca por legitimação do impresso.

Fonte: RBAE (1983-1995), organizado pela autora.

Das narrativas dos editoriais da revista depreende-se o desejo *anpaeano* em legitimar a revista como veículo oficial da Associação, tendo como peças constitutivas os presidentes da ANPAE (que também eram os editores da RBAE) e as instituições de ensino as quais estavam vinculados, em especial, Benno Sander, que durante os primeiros anos de vida do impresso, matinha como *locus* acadêmico a UNB e a UFF, Maria Beatriz M. Luce<sup>39</sup>, da UFRGS que assinou como editora os volumes de 1 a 6 e Lauro C. Wittmann, da UFSC, editor nos volumes de 8 a 11. Mais uma vez, nota-se a busca por legitimação e ampliação do poder no campo educacional fazendo uso capital simbólico individual ligado a distinções, pertencimento acadêmico e posição universitária, conforme citado por Sapiro (2012).

A análise dos recortes apresentados no quadro, revelou o desejo unívoco dos editores da RBAE, em diferentes momentos do seu ciclo de vida, em transmitir e reforçar a que veio o impresso, legitimando-o como veículo oficial da ANPAE para a comunicação e disseminação de ideias. Falou-se nessas narrativas: em “construção e reconstrução do saber em educação”, do “compromisso estabelecido com a sociedade”, da “ampliação da área de abrangência e influência da RBAE”, da “consolidação do impresso como veículo de comunicação e intercâmbio”, da “sustentação do projeto editorial da RBAE”, da “necessidade repensar o saber e o fazer na administração da educação”, da “construção de um novo paradigma em administração da educação”, em “enucleação do caráter específico do trabalho escolar e da sua

<sup>39</sup> É uma das proponentes do projeto da RBAE, esteve à frente como editora por 8 anos, mas, não assinou artigos no periódico.

administração”, e, em “posicionamento da Revista” perante as situações econômicas e políticas do país (RBAE, Editoriais 1983-1995).

Estas marcas no discurso dos editoriais revelaram uma representação coletiva acerca do papel atribuído à RBAE no campo educacional e na demarcação do subcampo da administração da educação no Brasil, uma estrutura de sociabilidades desenvolvida entre os membros do grupo que compartilhava deste projeto comum e sustentada durante as suas diferentes fases de construção e editoração, o que Sirinelli (2003) define como primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, que podem variar naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados.

Assim, a RBAE constituiu-se uma casa importante para o fortalecimento da rede de sociabilidades e com isso obter vantagem significativa ao jogar o jogo que se estabelecia no campo educacional na busca por poder simbólico. Decifrar a rede de sociabilidades da RBAE permitiu ratificar a concepção de Chartier (1990, p. 177) de “[...] não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”.

Considerando este pensamento, as narrativas dos editores foram apropriadas como a representação das vozes da ANPAE e do corpo editorial da RBAE, e a rede de sociabilidade tecida a partir do desejo de publicizar e oficializar, perante a comunidade acadêmica, o impresso como *locus* do pensamento nacional acerca da administração da educação, tendo como objetivo implícito a legitimação de um lugar de poder para os seus integrantes no campo educacional.

A ANPAE foi caracterizada por Sander (2010) como um espaço plural aberto ao debate político-pedagógico durante a ditadura militar de meados da década de 1960 a 1980, tornando-se a RBAE o lugar que possibilitou a instalação do diálogo e da arguição. A análise permitiu corroborar esta fala de Sander que mostra “a que veio” a RBAE na década de 1980. Os textos são assinados por autores que assumem um posicionamento teórico-metodológico de inspiração marxista, o que torna o impresso RBAE um objeto de resistência aos pressupostos teórico-empíricos que vinham sendo evidenciados acerca da administração da educação, como também ao momento histórico que se vivia no país, em específico no campo da educação.

Denota-se assim, a responsabilidade do corpo editorial da RBAE em ampliar o espaço de circulação do impresso por todo o território nacional, ao mesmo tempo em que precisava legitimá-lo como veículo oficial da ANPAE fazendo disseminar as suas ideias e pressupostos sobre a administração da educação no campo educacional. Considerando essas premissas, notou-se que a estratégia utilizada pelo corpo editorial foi fortalecer os laços estabelecidos entre autores, editores e suas instituições de origem, por meio de narrativas marcadas pela afetividade



e espírito de cooperação – sinais das redes de sociabilidade, segundo Sirinelli (2003). Os excertos a seguir trazem estas evidências na narrativa dos editoriais.

Acima de tudo, o número um de nossa Revista traduz a confiança e o apoio que os colegas do Conselho Deliberativo da ANPAE, especialmente o Presidente Benno Sander, deram à proposta inicial apresentada em 1981; a confiança e o apoio dos autores que ofereceram sua preciosa produção e dos consultores editoriais que contribuíram com sua crítica [...] contamos também com o competente serviço editoria da Editoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na Faculdade de Educação da UFRGS, o estímulo da direção e dos professores foi permanente (RBAE, 1983, v.1, n.1, p. 9).

Terceiro ano de existência da Revista Brasileira de Administração da Educação. Continuamos a semear, ampliando os espaços de discussão, o número de assinantes e a rede de comercialização. Colhemos o apoio dos colegas ANPAEanos, de educadores e estudiosos da educação e, em especial, de instituições que prestigiam iniciativas culturais e científicas [...] contamos com educadores dedicados e diligentes nesta difícil tarefa para a avaliação dos muitos artigos submetidos ao Editor (RBAE, 1985, v.3, n.1, p. 7).

Na narrativa do editorial do v.5, n.1 de 1987, consta uma homenagem afetiva ao resumo da tese de doutoramento de Sonia Maria C. Kenski, fazendo menção ao seu falecimento e da importância de homenageá-la por ter sido conselheira da ANPAE na gestão de 1978 e 1980, bem como pelas suas contribuições e “[...] compromisso com a educação do país e o avanço do conhecimento sobre a administração da educação” (RBAE, 1987, v.5, n.1, p. 3).

As narrativas dos editoriais trazem discursos de agradecimentos e afetuosidades entre corpo editorial e autores. Torna-se comum o uso de termos como “cooperação” e “voluntariado” quando se fala da publicação de cada número, o que permite apreender o interesse e intencionalidade de fortalecer os laços afetivos. Esse discurso afetivo nos editoriais, foi mais evidente até o volume 6 da RBAE, assinados por Maria Beatriz M. Luce. Depreende-se, a partir da noção de marcas de afetividade e espírito de cooperação presentes nas redes de sociabilidade, expostos por Sirinelli (2003), que por ser uma das proponentes e idealizadoras do projeto da RBAE Maria Beatriz M. Luce apresenta um discurso mais voltado a subjetividade dos laços intelectuais constituídos a partir da revista, que pode ser interpretado, inclusive, como uma espécie de saudosismo<sup>40</sup> aos tempos de sua concepção.

A seguir, alguns trechos dos discursos que apresentam estes sinais de afetividade na narrativa da editora.

---

<sup>40</sup> O sentido atribuído ao saudosismo é de fidelidade e valorização aos ideais e usos do projeto de idealização da revista.

Os educadores brasileiros não dispõem de meios e incentivos a seu aperfeiçoamento, ao estudo permanente. Teimamos, porém, em permanecer organizados, buscando de todas as formas possíveis – e, em especial, pela cooperação voluntária – a continuar estreitando laços, a questionar o que se faz e se diz, a tentar fazer ciência e sério exercício profissional (RBAE, 1987, v.5, n.1, p. 1).

Crendo que este é um espaço para publicização de nossa gestão editorial, é dever destacar que foi difícil obter entre nossos colegas acadêmicos e profissionais da área matéria suficiente em qualidade e quantidade [...] para este número selecionamos seis trabalhos [...] abordam uma variedade de temas do espectro da administração da educação, e são todos assinados por autores que **debutam** em nossa Revista, embora alguns deles já tenham o reconhecimento da comunidade científico-acadêmica (RBAE, 1987, v.5, n.2, p. 7, *grifos da autora*).

[...] lavro neste Editorial uma justificativa e uma renovação do compromisso em tentarmos manter esta REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. O **apoio solidário** da atual Presidente da ANPAE, professora Maria Clélia Botelho, é o respaldo para **mais este esforço** que, tenho certeza, há de ser correspondido pelos colegas que souberam sempre nos **estimular** e **consagram** a importância do periódico especializado (RBAE, v.6, n.1, 1988 (90), p. 7 – *grifos da autora*).

Outro aspecto que veio a tona pela pesquisa e que se tornou preponderante na busca do corpo editorial por legitimação, foi o destaque dado ao elo estabelecido entre o impresso e a ANPAE. A Associação, legitimada como órgão oficial na discussão da administração da educação no Brasil, constituiu-se numa “casa” importante no jogo editorial dos intelectuais, abrigando-os e validando como legítimas as suas escolhas, tornando densa a rede de sociabilidades que fora tecida no entorno do impresso e delineando o que Bourdieu (2011, p. 7) aponta como “estado de campo em que se vê o poder por toda a parte [...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, um sistema simbólico estruturado e estruturante.

“Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 2011, p. 9). Apropriou-se da RBAE enquanto instrumento simbólico de poder, na medida em que na análise do impresso identifica-se a cumplicidade existente entre o seu corpo editorial, autores e instituições que foram berço da ANPAE, tornando-o uma produção simbólica e instrumento de conhecimento e de comunicação para o seu público-leitor e objeto de poder no campo educacional.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam

possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral” (BOURDIEU, 2011, p. 10).

Nota-se se assim, que enquanto produção simbólica da ANPAE, a RBAE é dada a circular por todo o Brasil como suporte oficial para a disseminação do conhecimento acerca da administração da educação, sendo um instrumento de integração social do público leitor com o corpo editorial, autores e a própria Associação.

Destarte as redes de criação e de legitimação da RBAE, por meio de seus anpaeanos influentes sustentaram um microcosmo intelectual que em busca de aumento do capital simbólico, fez da revista um instrumento de imposição no processo de legitimação do poder no campo educacional. Durante o período de 1983 a 1996 foram 5 (cinco) presidências da associação, pertencentes a 4 universidades (UFRGS, UFMG, UFSC, UNB), que refletiram inclusive sobre os aspectos materiais do impresso, como capa, impressão e acabamento. Aspectos estes que compõem as redes de produção da RBAE, serão abordados a seguir.

## 5.2 AS REDES DE PRODUÇÃO DO IMPRESSO

A análise do conjunto editorial permitiu mapear as redes de sociabilidade de produção da RBAE, o que exigiu um desmonte na estrutura de autoria do impresso, para que assim o seu arranjo de elaboração fosse (re)montado. Para a realização deste trabalho de desmonte, tomou-se como mote a localização geográfica dos autores a partir de seu pertencimento acadêmico e a identificação das temáticas abordadas por aqueles que assinaram três textos ou mais.

Para visualizar as redes que ligavam os membros de produção da RBAE optou-se por apresentar a distribuição geográfica dessa produção no território nacional. Quanto ao *locus* acadêmico dos 215 autores que assinaram textos na RBAE, durante o período de 1983 a 1996, 140 pertenciam a Universidades do Centro-Sul do país, sendo: 44 de São Paulo (17 da USP, 10 da FGV, 7 da Unicamp, demais autores se subdividem em outras instituições de ensino); 41 do Distrito Federal (27 da UNB, 10 de órgãos oficiais do Governo e 2 de outras instituições de ensino); 29 do Rio Grande do Sul (22 da UFRGS e 7 de outras instituições de ensino); 25 do Rio de Janeiro (13 da UFF e os demais pulverizados entre outras instituições de ensino); 20 de Minas Gerais (sendo 19 da UFMG).

A análise dessas informações permitiu evidenciar que, embora a circulação do impresso fosse nacional, a sua produção ficava a encargo de um eixo formado por autores e editores de

cinco universidades do centro-sul do país, ou seja, o conhecimento posto em circulação como “pensamento nacional”, era na verdade, a representação de um grupo, uma concordância de inteligências que, além de provocar um consenso no pensamento acerca da administração da educação no Brasil, representa um poder simbólico coletivo vinculado ao pertencimento acadêmico.

O mapa põe em evidência cinco Estados: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, nos quais, destacam-se como *locus* dos autores que assinaram os textos publicados, as seguintes Universidades: UNB, USP, UFF, UFRGS e UFMG. Com exceção da USP, as demais universidades em algum momento do período estudado foram Sede da presidência da ANPAE, o que evidencia a presença de um microcosmo intelectual *anpaeano* ao tratar sobre a produção do impresso.

Trata-se de uma rede imantada pelo pertencimento acadêmico da ANPAE às instituições a que se vinculam, academicamente, os seus presidentes. Este fato conduziu à interpretação, de que, além dos intelectuais produtores da RBAE, as instituições as quais estavam vinculados e que acabavam sendo representadas por eles, são marcos indicativos do uso também do capital simbólico institucional para legitimação do poder da revista perante a comunidade acadêmica e no campo educacional.

Segundo Sapiro (2012), no caso de acúmulo dos dois tipos de capitais, o capital simbólico individual pode superar aquele que depende da posição institucional, não importa quão prestigiosa seja a instituição. No caso das sociabilidades que emergiram em torno da RBAE, percebeu-se o contrário, a ênfase nas instituições que em cada fase operavam como sede da ANPAE, demonstrando como estratégia de jogo na disputa de poder, o capital do tipo institucional.

A distribuição dos autores que publicaram na RBAE conforme os Estados do país é representada na figura a seguir.



Figura 10: Distribuição dos autores que publicaram na RBAE, por Estado brasileiro.  
Fonte: RBAE (1983-1996), elaborado pela autora (2019).

Depreende-se a partir da análise, que apesar da circulação nacional, os conteúdos veiculados na RBAE foram produzidos por autores – conjuntamente com o corpo editorial – de quatro Universidades do Centro-sul do Brasil. A partir desse entendimento, apreende-se que o conhecimento que tende a ser a base do raciocínio que delineou e (re)estruturou o subcampo da administração da educação no país, foi a representação do pensamento de um grupo específico vinculado a ANPAE.

Para analisar o pensamento deste grupo os artigos veiculados na RBAE foram categorizados a partir do assunto e temas abordados. A análise dessa categorização demonstrou a presença de um microcosmo intelectual na discussão da administração da educação, permanente ao longo do ciclo de produção e circulação do impresso. Foram 126 artigos que abordaram temáticas com a vertente de discussão em políticas educacionais, 36 textos que tiveram como cerne de discussão “a Universidade”, 16 textos apresentaram ideias e/ou experiências que discutiram quanto a formação do administrador/gestor escolar/da educação, e,

2 textos com discussões interdisciplinares, sendo assim classificados por não estarem relacionados diretamente a questão da administração/gestão. A distribuição dos artigos nestas categorias pode ser visualizada no gráfico a seguir.

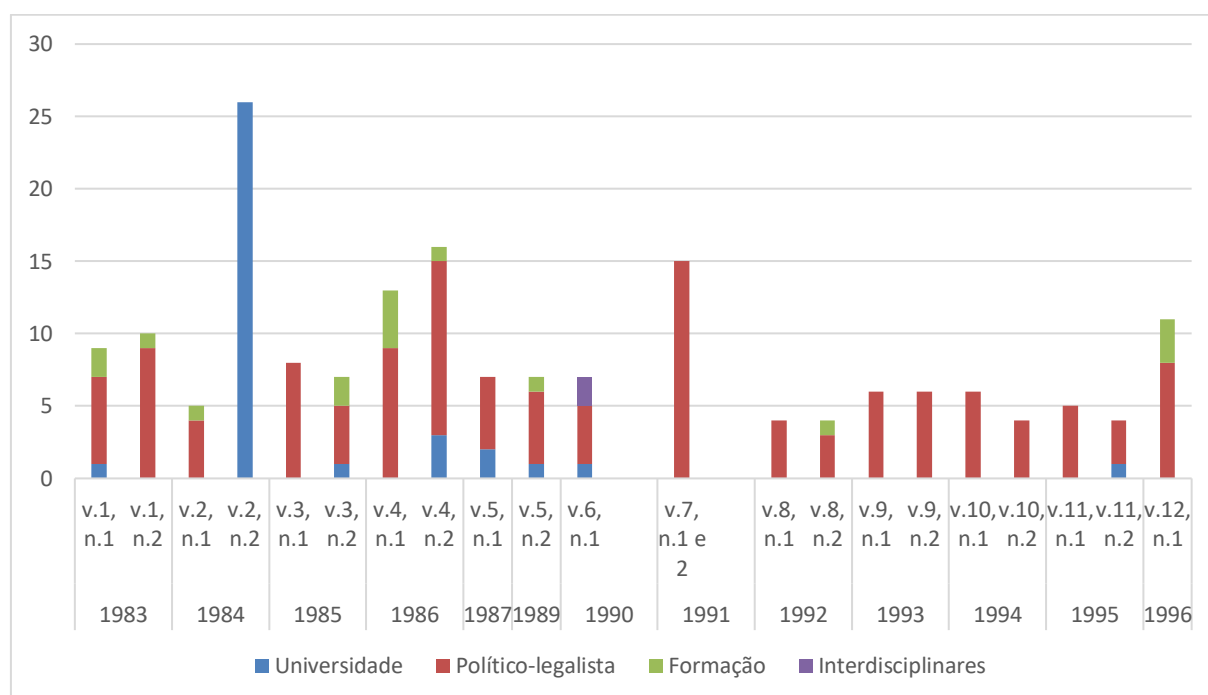


Figura 11: distribuição dos artigos conforme categorização temática ao longo dos anos.  
Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora (2019).

A análise do gráfico mostra que em todos os números do impresso publicados entre 1983 a 1996 constava artigos voltados a aspectos que envolviam políticas da administração da educação. Os artigos sobre “Universidade” deram vida e formato a uma edição especial no v.2, n.2 de 1984, aparecendo em outras edições sem regularidade. Esta edição de 1984, foi um número monotemático que incluiu todos os trabalhos apresentados e discutidos no seminário “A Teoria Administrativa e a Prática da Administração Universitária”, organizado pela ANPAD.

A análise do editorial mostra que a participação dos pesquisadores nesse evento foi definida no âmbito dos programas de pós-graduação em administração vinculados à ANPAD, e que a abertura para outros programas de pós-graduação em educação e ciências sociais ocorreu somente em um segundo momento. Depreende-se que isso correu em última instância, não havendo mais “espaços” para novas propostas de textos e comunicações no evento, vindo dessas outras áreas. O editorial revelou ainda que a intencionalidade do conselho editorial da RBAE nesse número se alicerçava em duas estratégias: (1) lançar mão de uma “experiência editorial” no que diz respeito a publicação de textos advindos de eventos; (2) alastrar laços na

comunidade científica e profissional com o intuito de divulgar a RBAE e a sua proposta editorial. Infere-se a partir da análise do editorial que a confecção dessa edição especial pode se justificar pelo apoio financeiro concedido pela cooperação integrada da Comissão Fulbright, CNPQ, MEC e CAPES para a realização do evento.

Quanto aos textos categorizados como de “formação” do administrador da educação, a análise revelou publicações esporádicas sobre este tema ao longo das edições, havendo maior ênfase nesta questão em publicações dos anos de 1983, 1986, e 1996. Já os textos categorizados como “interdisciplinar” foram comunicações veiculadas em um único volume da RBAE no ano de 1990. Segundo Sirinelli (2003, p. 248), “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”.

A análise dos assuntos dos artigos veiculados na RBAE ao longo de seu ciclo de vida, expõe rupturas que revelam a preocupação, mesmo que incipiente, em chamar a discussão para a questão da formação do administrador da educação. Mesmo com estes momentos de ruptura, a análise mostra no microcosmo intelectual da revista, uma força de resistência a ampliar o espaço para o debate acerca de outros assuntos, como a questão da formação do administrador da educação, revelando a sensibilidade ideológica do seu grupo de intelectuais permanente ao longo dos tempos.

Sendo esses conteúdos o resultado do cálculo das relações de forças no campo em que transita o impresso RBAE e produto do lugar de poder e do querer próprios do corpo editorial que, de certa forma, se “isola” do ambiente ao qual se destinava a revista (CERTEAU, 1998), a análise dos aspectos atribuídos aos textos veiculados no impresso, revelou expressões e diálogos que a RBAE fez circular no período de 1983 a 1996, compreendidos como estratégias de formação impostas pelo seu corpo editorial a comunidade educacional de professores e administradores/gestores da educação em seu tempo, fortalecendo o debate que se instaurava sobre o assunto no campo educacional, aumentando o seu capital simbólico e ocupando um lugar de poder na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil.

Para visualizar as redes tecidas a partir sensibilidade ideológica dos intelectuais da RBAE, apresenta-se um quadro com o nome dos autores, os temas abordados, o ano e a edição de publicação. Foram privilegiados os autores que assinaram 3 (três) textos ou mais ao longo do ciclo de vida do impresso. O quadro destaca artigos relacionados a diferentes temáticas do campo da administração da educação, organizados de forma decrescente, com o nome dos autores que tiveram o maior número de artigos publicados, para os autores com o menor número de artigos.

Dessa forma, o primeiro autor do quadro foi Benno Sander, com 6 (seis) artigos, na sequência, Carlos Roberto Jamil Cury, Ediruald de Mello e Lauro Carlos Wittmann com 4 (quatro) artigos cada um, seguidos por Victor Henrique Paro, Edivaldo M. Boaventura, Genuíno Bordignon, Magali de Castro, Maria Auxiliadora C. A. Machado e Maria Estela Dal Pai Franco, com 3 (três) artigos, cada um.

<b>Autor</b>	<b>Tema dos artigos assinados</b>	<b>Edição</b>	<b>Ano</b>
Benno Sander	Consenso e conflito na administração da educação	v.1, n.1	1983
Benno Sander	A administração da educação como processo mediador	v.2, n. 1	1984
Benno Sander	A ANPAE e o compromisso com a administração da educação no Brasil	V. 4, n. 1	1986
Benno Sander	Centralização e Descentralização na Administração da Educação na América Latina	v.6, n.1	1990
Benno Sander	A administração e a qualidade em educação na América Latina	v.12, n.1	1996
Benno Sander; Ediruald de Mello (e outros autores)	O estado atual do conhecimento das funções do administrador educacional no Brasil: dimensão legal <sup>41</sup>	v.2, n. 1	1984
Carlos Roberto Jamil Cury	Administrador escolar: seleção e desempenho	v.1, n.1	1983
Carlos Roberto Jamil Cury	O compromisso profissional da administração da educação com a escola e a comunidade	v.3, n.1	1985
Carlos Roberto Jamil Cury	O profissional de administração da educação: seleção, formação e atuação	V. 4, n. 1	1986
Carlos Roberto Jamil Cury	A administração da educação brasileira, a modernização e o neoliberalismo	V. 9, n. 1	1993
Ediruald de Mello Oscar Serafini	O perfil do administrador escolar: necessidade ou inutilidade	v.3, n.2	1985
Ediruald de Mello	Os desafios do Ensino Público de qualidade para todos	v.7, n.1 e n.2	1991
Ediruald de Mello	Financiamento do ensino fundamental na Escola Pública e igualdade de oportunidade educacional	v.8, n.1	1992
Edivaldo M. Boaventura	A contribuição da revisão da literatura à sistematização do direito educacional	v.3, n.1	1985
Edivaldo M. Boaventura	Administração educacional a nível de doutorado: relato de uma experiência	v.4, n.2	1986

<sup>41</sup> Artigo também foi assinado pelos seguintes autores: Messias Costa, Maria Ângela Gouveia de Mello, Helene Barros, Helena Machado C. de Abreu, Altair Macedo Lahud, Ediruald de Mello, Theodolindo A. Cerdeira, Eurides Brito da Silva, Stella C. G e Trois, professores da UNB.



Edivaldo M. Boaventura	Os sistemas municipais de educação	v.9, n.2	1993
Genuíno Bordignon	Políticas e Gestão Educacional: descentralização ou democratização?	v.8, n.1	1992
Genuíno Bordignon	Democratização e descentralização da educação: políticas e práticas	v.9, n.1	1993
Genuíno Bordignon	A formação do administrador da educação e a questão da qualidade: análise de uma experiência	v.12, n.1	1996
Lauro Carlos Wittmann	Administração e planejamento da educação: ato político-pedagógico	v.1, n.2	1983
Lauro Carlos Wittmann	Fundamentos e perspectivas para a gestão democrática da educação	v.4, n.2	1986
Lauro Carlos Wittmann	A base das experiências de Gestão Inovadora no processo educacional: as bases material e histórica	v.7, n.1 e n.2	1991
Lauro Carlos Wittmann	A ANPAE e o Plano Decenal de Educação para Todos	v.9, n.2	1993
Maria Auxiliadora C. A. Machado; Magali de Castro	Integração entre universidade e secretaria de educação para atualização dos administradores de escolas de 1º e 2º graus em Boa Vista, Roraima	v.4, n.1	1986
Maria Auxiliadora C. A. Machado; Magali de Castro	Atuação da universidade na melhoria do ensino de 1º grau na periferia: o caso de Morro Alto, Belo Horizonte, Minas Gerais	v.4, n.1	1986
Maria Auxiliadora C. A. Machado; Magali de Castro	A formação do educador na proposta curricular da Faculdade de Educação da UFMG	v.4, n.1	1986
Maria Estela Dal Pai Franco	Comentários sobre o trabalho de Luciano Zajdsznajder (Estrutura das Universidades e análise de Redes Sociais)	v.2, n.2	1984
Maria Estela Dal Pai Franco	O desvelamento e a contraposição de mitos na administração da educação brasileira	v.4, n.1	1986
Maria Estela Dal Pai Franco	Universidade para que? O resgate de faces iluminadas	v.7, n.1 e n.2	1991
Vitor Henrique Paro	A gestão de escolas públicas de 1º e 2º graus e a teoria administrativa	v.4, n.2	1986
Vitor Henrique Paro	Situação e perspectivas da Administração da Educação Brasileira: uma contribuição	v.9, n.1	1993
Vitor Henrique Paro	Eleição de Diretores na Escola Pública	v.10, n.2	1994

Quadro 16: demonstrativo das redes de sociabilidade da RBAE a partir dos autores que mais publicaram. Fonte: RBAE (1983-1996), organizado pela autora (2019).

Os autores sistematizados no quadro compõem uma rede de produção da RBAE na qual notamos a presença do microcosmo intelectual *anpaeano*, que já emergiu anteriormente, conforme analisou-se as características comuns entre os autores e nas temáticas dos textos publicados. Estes autores, com exceção de Magali de Castro, têm entre si um elo estabelecido pela ANPAE em diferentes momentos do período de 1983 a 1996: Benno Sander e Lauro Carlos

Wittmann foram presidentes e membros do conselho deliberativo; Maria Estela Dal Pai Franco foi vice-presidente regional; Genuíno Bordignon foi diretor de Seção Estadual; Benno Sander, Carlos Roberto Jamil Cury, Ediruald de Mello, Genuíno Bordignon, Maria Auxiliadora C. A. Machado, Maria Estela Dal Pai Franco e Vitor Henrique Paro foram consultores editoriais da revista, e assim sendo, avaliaram os trabalhos publicados. Magali de Castro assina três textos em conjunto com Maria Auxiliadora C. A. Machado, em uma edição da RBAE que publicou os trabalhos apresentados no XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação – A democratização da educação e a gestão democrática da educação. A análise revelou que o elo entre as duas autoras é estabelecido pelo seu *locus* acadêmico, a UFMG. O mesmo ocorre com Oscar Serafini e Ediruald de Mello, ambos da UNB, tendo assinado um texto em conjunto.

Quanto ao microcosmo intelectual formado em torno das discussões acerca das políticas de e para a administração da educação, notou-se que as temáticas sistematizadas no quadro se voltavam a questões que definiam uma forma de pensamento acerca da administração da educação, permeada por questões emergentes na legislação educacional da época, como a questão da gestão democrática e da eleição para diretores, por exemplo.

A análise mostra a intencionalidade de Benno Sander em propor uma discussão sobre a necessidade de se construir uma “teoria” que fundamente a administração da educação, colocando a ANPAE como nuclear neste debate. Os autores Ediruald de Mello e Edivaldo M. Boaventura, demonstraram, em seus textos, afinidade com o discurso e propostas de Sander, com discussões que demonstravam a preocupação e o interesse em delinear um pensamento para a administração da educação.

Os autores Carlos Roberto Jamil Cury e Genuíno Bordignon demonstraram um discurso afinado ao inserirem uma discussão a respeito da formação do profissional administrador da educação sob o viés das políticas educacionais e da gestão democrática. Os autores Lauro Carlos Wittmann, Magali de Castro, Maria Auxiliadora C. A. Machado, Maria Estela Dal Pai Franco e Vitor Henrique Paro demonstram alinhamento em suas discussões por apresentarem textos que carregam aspectos da legislação educacional. Os autores Ediruald de Mello e Victor Henrique Paro também demonstraram afinidades de discussão ao tratarem em seus textos sobre a administração da educação.

As afinidades de conteúdo entre Benno Sander, Lauro Carlos Wittmann, Carlos Roberto Jamil Cury também podem ser evidenciadas ao tomar-se como mote a primeira Edição Especial da RBAE, sob o título “Paradigmas”, que incluiu os seguintes textos destes autores: “Consenso e conflito na administração da educação”, Administração e planejamento da educação: ato político-pedagógico”, “O compromisso profissional da administração da educação com a escola

e a comunidade”. A segunda edição especial, sob o título “Pesquisas e Propostas”, incluiu textos “O perfil do administrador escolar: necessidade ou inutilidade”, de Ediruald de Mello e Oscar Serafini, e, “Situação e perspectivas da Administração da Educação Brasileira: uma contribuição”, de Vitor Henrique Paro.

A análise mostra uma pluralidade de assuntos no que tange ao debate de questões da administração da educação e desvela um itinerário de discussões com temáticas que se alinham aos idealizadores e proponentes do impresso em socializar práticas inovadoras em matéria de política e gestão da educação e seus processos de planejamento e avaliação. Sendo um dos proponentes do impresso, Benno Sander desponta como legatário na rede de sociabilidades da RBAE, papel este, que segundo Sirinelli (2003) é ocupado por intelectuais que se definem por referência a uma herança, a um legado.

Esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas, uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que marcam por toda a vida (SIRINELLI, 2003, p. 255).

O acontecimento fundador da rede de sociabilidades da RBAE foi o lançamento de um projeto editorial pautado na legitimação de um impresso como veículo oficial na transmissão do conhecimento acerca da administração da educação no Brasil. As repercussões deste projeto fundador ficaram evidentes nos primeiros anos de vida do impresso, colocando em destaque as ideias originais da figura central dessa rede, Benno Sander. O legado de Sander está marcado na primeira geração editorial da revista, sob os olhos editoriais de Maria Beatriz M. Luce, período em que também se nota maior sensibilidade e afetuosidade a respeito da RBAE nos discursos dos editoriais.

Mesmo carregando uma bagagem genética dos primeiros anos da revista, sob a editoração de Lauro Carlos Wittmann, os editoriais apresentam discursos marcados pela formalidade na apresentação de cada edição e pela evidenciação ao final de cada narrativa, de que o editor também é presidente da ANPAE, algo que não ocorreu na primeira geração

editorial do impresso<sup>42</sup>. Emerge-se assim, uma segunda geração editorial, com menos marcas dos laços afetivos como no primeiro ciclo de vida do impresso.

A análise da trajetória e legado editorial da RBAE, revelou um itinerário de discussão ao longo do ciclo de vida do impresso, que permite a observação de elementos do seu contexto histórico e traduz o pensamento de Sirinelli (2003, p. 249), ao dizer que “as estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados”, fazendo-se notar essa variação, por meio do fazer arqueológico da pesquisa que permite inventariar as solidariedades de origem da rede de sociabilidades.

Observa-se assim, que nas mãos do seu corpo editorial, a RBAE se constituiu no instrumento de produção simbólica que a ANPAE necessitava para exprimir o seu ponto de vista sobre a administração da educação no Brasil, de forma legítima. As redes de sociabilidade constituídas em torno dos objetivos de produção da revista representaram uma estratégia simbólica de fortalecimento por meio da qual os agentes procuraram impor as visões, ideários e posicionamentos. Uma luta simbólica pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial, conforme Bourdieu (2011), dentro e fora do campo educacional.

Inferre-se que as estratégias lançadas pelo corpo editorial da RBAE durante o período de 1983 e 1996, revelam as suas intencionalidades em conferir legitimidade e poder a ANPAE por meio da revista, concedendo-lhe um lugar privilegiado no campo em que se insere, de modo que seja reconhecido por seu público leitor e pelos agentes do campo educacional como veículo oficial na propagação de ideias para a construção do pensamento acerca da administração da educação no Brasil. Intencionalidades estas caracterizadas como bem sucedidas, haja vista a permanência da ANPAE em um lugar de poder no campo educacional até o período de fechamento desta investigação no ano de 2020.

Partindo-se da premissa *bourdieuana* de que as relações de comunicação são inseparáveis das relações de poder – “[...] que dependem, na forma e conteúdo, do poder material ou simbólico acumulados pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações” (BOURDIEU, 2011, p. 11) – evidencia-se que a rede de sociabilidades tecida no entorno da RBAE revela um sistema simbólico de poder que detinha e cumpria com a função de delinear e (re)construir o subcampo da administração da educação no Brasil, ao mesmo tempo em que assegurava a dominação da instituição ANPAE neste subcampo.

---

<sup>42</sup> Maria Clélia Botelho foi editora da revista somente no ano de 1991, sendo publicado sob a sua editoração um volume único da RBAE, no qual constava trabalhos do XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE Administração da Educação. Assim, não se considerou nesta pesquisa como uma geração editorial.

A análise estrutural da rede de sociabilidades da RBAE como sistema simbólico criado pela ANPAE, permitiu apreender uma lógica específica na concepção e circulação do impresso com fins de legitimá-lo como instrumento oficial de comunicação e com poder no delineamento do subcampo da administração da educação no país. Assim, a Revista é apropriada como instrumento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimento, cumprindo com a função política de instrumento de imposição de um pensamento específico para um campo educacional e contribuindo para manutenção da dominação da ANPAE no subcampo.

Assim, evidencia-se o poder simbólico promovido pela RBAE na construção de uma realidade específica, que mesmo diante das heterogeneidades dos agentes da rede foi instrumento fundamental para que a ANPAE ocupasse um lugar de poder na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no Brasil, afirmativa que se mantém mesmo depois da mudança de nomenclatura da revista, em 1997.

Sobre a (re)estruturação deste subcampo, aborda-se na subseção a seguir.

### 5.3 PODER SIMBÓLICO E RE(ESTRUTURAÇÃO) DE UM SUBCAMPO

Como mencionado na seção introdutória deste trabalho, a busca por legitimação de um espaço de discussão acerca da administração da educação no campo educacional brasileiro não é recente. A preocupação em evidenciar aspectos que representem a realidade escolar e que sirvam de esteio para a construção de uma base teórico-empírica para a administração da educação, mostrou-se uma inquietação de pesquisadores da Educação, conforme o levantamento realizado no delineamento do estado da arte.

Estas pesquisas que se constroem no campo educacional se dão nos limites do campo intelectual, que segundo Bourdieu (2002) se caracteriza como um campo de produção de bens simbólicos que dentre outros campos – neste caso o educacional – sustenta que um criador e a sua obra são determinados pelo sistema das relações sociais, onde a sua criação se realiza como um ato de comunicação precisamente condicionado à posição do criador na estrutura do campo intelectual.

Considerando essa premissa, ao analisar as redes de sociabilidade formadas em torno da RBAE a partir dos autores que mais publicaram, depreende-se o uso do capital simbólico individual dos agentes como o instrumento de poder (velado) que legitimou os seus direitos de ampla publicação no impresso. Quando se observa Benno Sander, por exemplo, como o autor que mais assinou textos veiculados na revista, nota-se o privilégio adquirido pela sua posição

na estrutura do campo intelectual e na própria rede. Infere-se o mesmo ao analisar os demais autores (agentes) com mais textos publicados.

Parte-se do pressuposto de que os agentes estão sempre dispostos em espaços estruturados (campos), sendo o jogo e a distribuição de poder nestes campos determinados pelas posições em que estiverem dispostos cada um deles, ao ganhar ou perder as disputas realizadas. A análise dos agentes fundadores da ANPAE e as suas posições revelaram a importância dada ao capital simbólico individual dos ocupantes da estrutura, o que permitiu evidenciar os primeiros traços de delineamento de um subcampo para a administração da educação. Esses agentes ocupavam um lugar de poder no campo intelectual, no campo educacional e na rede de sociabilidades.

Em seu texto sobre a genealogia da ANPAE, Sander (2010) destaca que a fundação da associação foi uma “semente lançada” em 1955 por Antônio Pithon Pinto, que na época era professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Uma carta foi enviada por ele aos professores titulares de administração escolar e educação comparada das universidades brasileiras. A semente germinou em 1961 mediante a convocação de José Querino Ribeiro, então professor de administração escolar e educação na Universidade de São Paulo (USP), para a realização do Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, sendo patrocinado por Anísio S. Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Partindo da premissa de Bourdieu (2002) de que o poder dos agentes no campo não pode se definir independentemente da posição que ocupam no campo, depreende-se que os fundadores da ANPAE constituíram um sistema de linhas de força que permitiu a criação de uma estrutura específica a partir do poder e da posição que ocupavam nos campos educacional e intelectual. O que se quer dizer é que não há como desvincular o poder de uma carta endereçada aos professores, tendo como remetente *persona* dotada de poder pelo capital simbólico individual e institucional que “possuía”. Vê-se assim, que o pedido de Antônio Pithon Pinto tem moldes de convocação para a criação deste subcampo.

A convocação se externaliza nas mãos de Querino Ribeiro, sendo chancelada por Anísio Teixeira, o que representa mais uma vez a força dos agentes condicionada a posição particular que ocupavam no campo (ou campos) em que se inseriam. Entende-se que os três intelectuais – Antônio Pithon Pinto, José Querino Ribeiro e Anísio Teixeira – estabeleceram uma relação de forças por intermédio de um poder de autoridade nos campos intelectual e educacional, dando origem a ANPAE, compreendida como a primeira rede de sociabilidades tecida para sustentação do ideário que se desenvolveu e criou a RBAE.

Estando a rede tecida, fazia-se necessário fortalecê-la e dar-lhe sustentação. E sendo o campo educacional permeado por lutas concorrenciais no seu interior, como também externamente em relação a outros campos, o lançamento da revista deu a ANPAE e aos seus agentes certa vantagem na disputa pelo poder no delineamento de um espaço para as discussões acerca da administração da educação.

Neste sentido, a interpretação da RBAE como uma estratégia da ANPAE para assegurar os domínios do conhecimento acerca da administração no campo educacional, se sustenta na premissa de que necessitava-se de uma “resposta” da associação mediante o jogo que se estabelecia no campo educacional, citando Bourdieu (2001, p. 50) “um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos [...]”. A revista representou o resultado de um movimento das relações de forças específicas e lutas dos agentes da associação para atender a interesses específicos, mas, principalmente para jogar o jogo que se estabelecia no campo em que se inseriam.

Segundo Bourdieu (2001, p. 50) “um grupo mobilizado pela defesa de seus interesses, não pode existir senão ao preço e ao termo de um trabalho coletivo de construção inseparavelmente teórico e prático”. Ao vencer a disputa pelo poder simbólico que permeava o campo educacional, o grupo de professores organizadores da revista (agentes), por intermédio e sustentados pela rede de sociabilidades, ganhou forças para a configuração de um subcampo que lhes ofereceu certa autonomia na constituição de uma mesa de discussão específica na educação brasileira.

Nesse caso, o que se observou é que esses agentes amparados simbolicamente pelo contexto histórico da administração da educação, não só configuraram, mas, eram detentores de poder de dominação do subcampo que se constituía, sendo a RBAE e as redes de sociabilidade, as estratégias fundamentais no acúmulo de capital simbólico no campo que fizeram da ANPAE vencedora da disputa pelo poder.

Considerando a premissa de Bourdieu (2001) de que um grupo social aumenta as suas oportunidades de existir e subsistir de maneira durável quanto mais os agentes se agruparem para constituí-lo, as sociabilidades em torno da RBAE representaram um trabalho simbólico de consagração para unificar um grupo em prol de objetivos comuns (dominação/poder), com agentes que reconhecessem mutuamente e se reconhecessem em um mesmo projeto (RBAE). Depreende-se que a não variabilidade de agentes na rede de sociabilidade, tenha sido uma forma (não intencional) de “garantir” a manutenção do poder da ANPAE no campo educacional, um meio e fim diferenciado da associação conforme a sua posição na estrutura do campo de forças do qual fazia parte.

Sendo o subcampo da administração da educação constituído por agentes que existiam no campo intelectual e educacional, ao se organizarem em uma instituição – ANPAE – e formarem uma rede de sociabilidades utilizando como estratégia a RBAE, os agentes detinham de capital simbólico individual e institucional para que ocupassem posições parecidas na nova estrutura, obtendo uma vantagem relacional de poder no campo educacional.

Nota-se que apesar das suas heterogeneidades, o grupo de professores dirigentes da ANPAE e da RBAE se uniu na luta “pela boa definição da instituição”, tomando a concepção de Gisèle Sapiro na entrevista com Garcia Jr e Pessanha (2013, p. 23). Uma tomada de posição que não anula as disputas que pudessem existir dentro da própria associação, mas, que se fundamentava no fato de que quanto mais forte a instituição se tornasse, mais aumentaria o seu capital simbólico, o seu poder de intervenção no campo educacional e a dominação simbólica do subcampo da administração da educação no Brasil.

Vale ressaltar que essa dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida pelo grupo dos agentes e seus poderes de coerção, mas, o efeito indireto de um conjunto complexo de ações dominadas pela estrutura do campo por intermédio do qual se exerce a dominação, conforme orienta Bourdieu (2001). Destarte, a estruturação do subcampo da administração da educação concedeu poder e autonomia ao grupo de agentes da ANPAE, mas, está sujeito as ações e concessões – regras do jogo – do campo dominante, o educacional. Daí a tratativa como subcampo.

Assim, o poder simbólico que perpassa o subcampo da administração da educação se define em uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos na própria estrutura do subcampo, conforme dizeres de Bourdieu (2011) e na relação com o campo educacional, interpretado como campo de poder.

A incidência do campo educacional sobre o subcampo da administração da educação revela uma exposição do subcampo a interferências de outros campos. O que demonstra ter sentido ao levarmos em consideração o levantamento realizado no estado da arte. No subcampo da administração da educação permeia agentes que ocupam lugares também no campo educacional e no campo da administração, o que pode revelar certa fragilidade na configuração do subcampo, devido as lutas que podem ocorrer em seu interior.

Com fins de representar essa dinâmica de constituição e (re)estruturação de um subcampo perpassado por outros campo de poder, elaborou-se a figura a seguir.



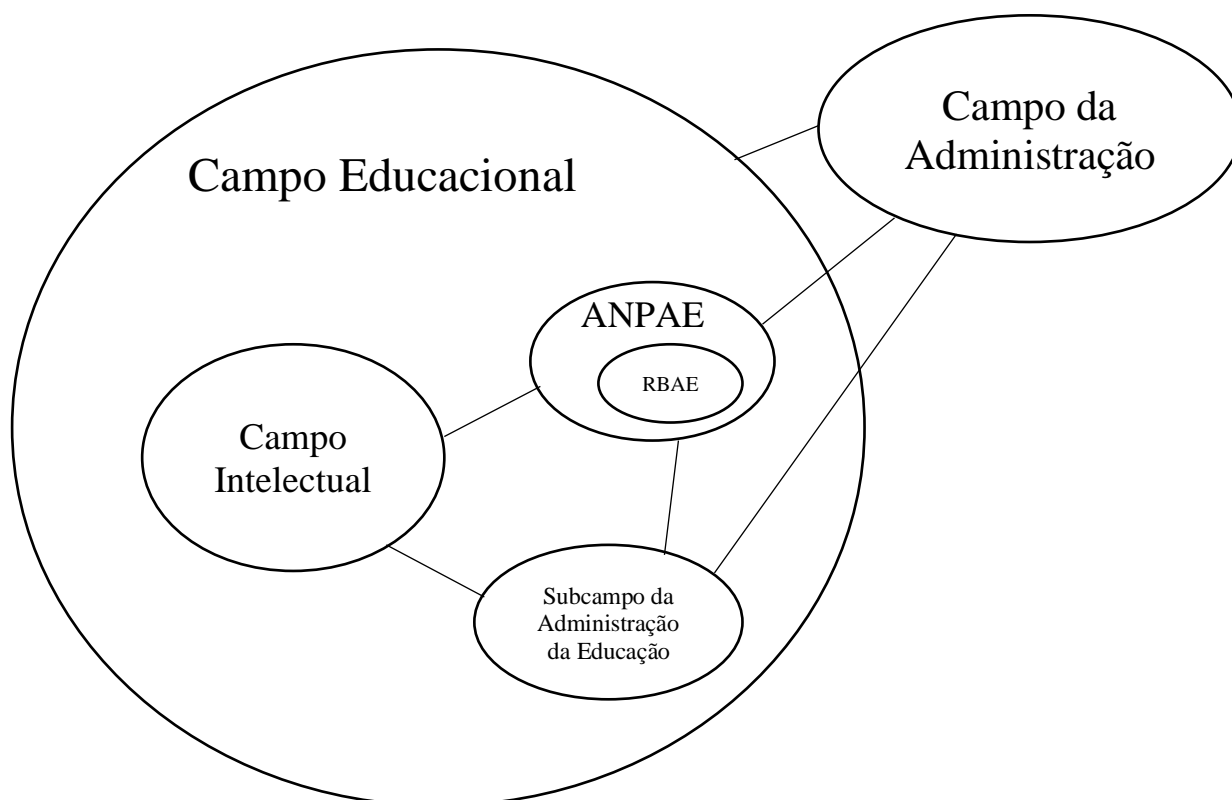


Figura 12: Campos, subcampo e instituições perpassados pelo campo de poder (educacional).  
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como é possível observar na figura, o campo educacional foi caracterizado como o campo de poder que engloba dentre outros campos, o campo intelectual, o subcampo da administração da educação e a ANPAE. Neste contexto, campos, subcampo e agentes (ANPAE) se influenciam e são simultaneamente influenciados. Inclui-se nessa relação o campo da administração, que embora não esteja dentro do campo educacional exerce certa influência em seu funcionamento por meio das relações intelectuais estabelecidas no subcampo, na ANPAE e na RBAE. Considerando a perspectiva *bourdieuana*, vale ressaltar que os interesses dos campos, subcampo e agentes incidem de forma dinâmica nas relações estabelecidas, podendo despertar novos interesses e novas disputas no interior do campo de poder, sem necessariamente provocar modificações na estrutura.

Vê-se que o fato de a RBAE ser a representação do pensamento de um grupo específico vinculado a ANPAE, se justifica pela concepção de Bourdieu (2001) de configuração do campo pelas posições, lutas concorrenciais e interesses. Quanto mais fechada a trama da rede, mais

forte ela se tornava para dar sustentação a revista, e conseqüentemente menor a distribuição de poder simbólico no campo educacional. O poder revestido pela legitimação do conhecimento acerca da administração da educação ficava sob os domínios da ANPAE, que nessa dinâmica é um elemento altamente influenciado e permeado pelo campo educacional, mesmo que possa ter se tornado paralelamente um campo de poder com características próprias e englobando interesses variados, fundamentando-se na heterogeneidade de capitais simbólicos disponíveis que possam oferecer vantagem nas disputas pelo poder.

O subcampo da administração da educação é um produto da história e das posições ocupadas pelos agentes da ANPAE e da RBAE na própria construção da história da administração da educação. Na medida em que certos agentes se privilegiavam neste processo – como é o caso de as publicações orbitarem ao redor de um grupo de pesquisadores, digam-se detentores de poder simbólico – também foi dando forma ao subcampo. Foram sendo estabelecidos limites e interesses específicos, requerendo-se formas de recursos a serem desenvolvidos ou adquiridos e constituindo-se um *habitus* dos agentes neste subcampo.

Sendo os campos geradores de princípios e objetos que os definem e estruturam, e, estando o subcampo da administração da educação dentro do campo educacional, depreende-se que muitas das regras do jogo presentes no campo são reproduzidas no subcampo, quase que num estágio de cooptação do subcampo pelo campo. A sobrevivência do subcampo está condicionada a “saber” jogar o jogo que se estabelece no campo em que se insere, consagrando e confirmando as lógicas dos campos.

O conflito de interesses revelado por meio da análise das fases editoriais da RBAE demarcou a estruturação do subcampo. Nota-se que a rede de sociabilidades da primeira fase da revista (1983 a 1990) ofereceu sustentação para discussões de cunho teórico-empírico tendo como foco legitimar como oficial o impresso educacional. A publicação na íntegra de trabalhos oriundos de eventos científicos também foi interpretada como uma estratégia de disseminação do conhecimento e de interesse na interseção com outros campos, como o da Administração, por exemplo. Essa busca, a princípio benéfica para o fortalecimento do poder simbólico da ANPAE, também tem por consequência o despertar de interesse em outros agentes – dotados de poder e interessados em jogar o jogo – que se integram a rede, até então quase que “intacta” desde a sua criação, dando origem ao que se denominou segunda fase editorial da revista.

A rede de sociabilidades que se forma em torno da terceira fase editorial da RBAE inaugura uma nova estrutura de poder, que diante dos interesses de seus agentes em transformar os “moldes” da revista e da própria ANPAE, fundaram no espaço definido como subcampo princípios de visão, distribuição de capital simbólico, valores e perspectivas teórico-práticas da

pesquisa em administração da educação. Observa-se assim que as relações estabelecidas e que constituíram as sociabilidades em torno da RBAE foram moldadas na medida em que o poder circulava na ANPAE, definindo a forma como esses agentes se relacionavam e se comportavam na rede de sociabilidades, no campo e no processo de (re)estruturação do subcampo.

Nestes termos, observou-se que no subcampo da administração da educação, as lutas e conflitos gerados pela disputa pelo poder, se caracterizaram como acontecimentos “necessários” para a manutenção do poder da ANPAE no campo educacional. Depreende-se que estes conflitos editoriais e disputas por poder simbólico foram fundamentais para a (re)estruturação do subcampo – que reproduz a dinâmica do campo – partindo-se da premissa de Bourdieu (2011; 1990) de que os campos são espaços de luta estruturados pela distribuição do poder que resulta da distribuição de capital no campo.

Assim, as redes de sociabilidade, em suas diferentes tramas, foram fundamentais para que no campo educacional os agentes da ANPAE – usando como instrumento a RBAE – entrassem na disputa, ora para manter-se no poder, ora para adquirir ampliar este poder. E, ao fazê-lo por meio de um subcampo relativamente autônomo, lhes oferecia significativa vantagem em relação a outros agentes que quisessem jogar o jogo, participar da disputa.

Destarte, depreende-se que o subcampo se estabeleceu por meio de um poder simbólico que legitimou a ação dos dominantes – o corpo diretivo da ANPAE e editores da RBAE – dando-lhes crédito para atuar no subcampo, o que pode ser observado ao se considerar as publicações orbitarem em torno de um mesmo grupo de autores. Um poder, que segundo Bourdieu (2011) só existe porque alguém está sujeito a ele. Esse poder se traduziu em regras do jogo no interior do subcampo que foram impostas pelos interesses dos agentes dominantes ao mesmo tempo em que foram aceitas e internalizadas pelos agentes dominados. Então, as regras do jogo nomeadas e legitimadas no campo educacional, transpõem-se ao subcampo como regras que devem ser cumpridas para o “bem de todos”.

Vê-se que a (re)estruturação do subcampo da administração da educação caracteriza-se como um processo iniciado pelas inquietações e discussões de intelectuais e suas obras muito antes da constituição da ANPAE. Mas, foi a partir da fundação a associação que se jogou luz em específico para as questões da administração da educação e se fomentou o debate no campo intelectual, exigindo de seus agentes o desenvolvimento de estratégias que os dignificasse como detentores do poder no campo educacional. O lançamento da RBAE como veículo oficial de comunicação além de legitimar o poder da ANPAE no campo educacional, permitiu a criação de uma rede de sociabilidades que sustentou e teve os domínios da base de raciocínio que fundamentou o debate acerca da administração da educação no país.

Por fim, pode-se afirmar que os agentes obtiveram sucesso com as suas estratégias de ampliação e legitimação de poder. A ANPAE é reconhecida como dotada de capital simbólico para ocupar um lugar de poder no campo educacional brasileiro, ao mesmo tempo em que tem os domínios do subcampo da administração da educação. E, a RBAE – hoje RPBAE – foi o instrumento estratégico que legitimou a associação para exercer este poder, com concessão para estabelecer uma realidade com regras e costumes próprios a partir dos interesses dos seus agentes.

## 6 CONCLUSÕES

Nesta tese, o processo de investigação teve como objetivo compreender a representatividade da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE), mediante o seu projeto editorial de socialização do conhecimento e (re)estruturação de um ideário acerca da administração da educação no Brasil, no período de 1983 a 1996. Tal objetivo foi atingido por meio dos procedimentos teórico-metodológicos utilizados, que permitiram a organização e interpretação dos dados que se revelaram a partir da manipulação da fonte e da construção do objeto de investigação, bem como dos dados secundários que compuseram o estado da arte.

A investigação por vias da imprensa foi uma tarefa árdua e ao mesmo tempo instigante. Árdua porque trabalhar com a revista como fonte e objeto de investigação representou mergulhar em um contexto que quanto mais fundo se ia, mais aspectos passíveis de análise se encontrava. Vê-se que isso caracteriza o processo de escavação ao tomar o documento como histórico, com suas nuances que não são previamente esperadas, e que poderiam representar uma armadilha mediante a possibilidade de se deixar levar pela magnificência da fonte, comprometendo o tempo de conclusão da investigação. O instigante é trazido nesta conclusão para chamar a atenção ao fato de que a RBAE, enquanto impresso educacional especializado, permitiu construir uma investigação que evidenciou aspectos da discussão acerca da administração da educação no Brasil, até então não revelados. Atribui-se isso ao estudo do impresso sob o viés da Nova História Cultural, tomando-o de dentro para fora e fazendo-se emergir as categorias que foram analisadas.

Ao mergulhar nos meandros da RBAE foi possível notar aspectos que manifestavam o lugar de poder ocupado pelos seus proponentes e idealizadores nos campos educacional e intelectual. Este fato abriu caminho para uma investigação que tomou como esteio aspectos que compõem a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e as Sociabilidades Intelectuais de Jean François Sirinelli, como suporte para análise das categorias que emergiram a partir do desmonte da fonte. Conclui-se que assumir a RBAE como fonte e objeto de investigação foi fundamental para a construção de uma narrativa contributiva para a História da Educação, apresentando um recorte de memória do campo de disputas do período investigado, a edificação de ideias e abrindo novos caminhos para estudos acerca da administração da educação no Brasil.

Ao buscar compreender a representatividade da revista no período de 1983 a 1996, conclui-se que a RBAE foi um instrumento simbólico utilizado pela ANPAE para disseminação de conhecimento e construção de pensamentos no processo de busca por ampliação do seu

poder de intervenção no campo educacional. Este fato tornou a revista um símbolo da ANPAE na configuração de uma base de raciocínio sobre as questões que envolvem a administração da educação e escolar. Sob esta perspectiva, conclui-se ainda que a revista além de fortalecer um ideário dado a circular, legitimou a ANPAE como órgão oficial na mesa de discussão acerca da administração da educação no Brasil.

No que diz respeito aos projetos gráficos e mediações editoriais da RBAE, as estratégias utilizadas pelos editores foram fundamentais para a ANPAE ocupar e legitimar um espaço de discussão e conhecimento acerca da administração da educação no Brasil. A partir das narrativas dos editoriais, fez-se possível concluir que a intencionalidade dos editores da RBAE envolvia transformar o periódico em referência na discussão acerca da administração da educação e escolar no Brasil, permitindo interpretá-lo como um objeto de imposição simbólica na disputa pelo poder no campo educacional. Vê-se que as modificações quanto a objetivos, temáticas e assuntos dados a circular durante o período da investigação, representaram ações estratégicas do corpo editorial para integrar as discussões que se davam no campo intelectual e com isso obter vantagem competitiva para a ANPAE na disputa pelo poder no campo educacional.

Destarte, conclui-se que a revista foi instrumento de imposição simbólica da ANPAE que sustentada na teia de sociabilidades que se constituiu ao seu redor fez-se fundamental para aumentar o capital simbólico da associação e conceder o seu direito de entrada e permanência em uma posição privilegiada de autoridade no campo educacional. Conclui-se também que a RBAE contribuiu para a monopolização do conhecimento acerca da administração da educação pela ANPAE, considerando a sua participação e contribuições amplamente manifestados e divulgados por meio da circulação do impresso.

No que tange aos processos de composição, formato e circulação da revista, conclui-se que a falta de padronização na apresentação gráfica da RBAE revelou uma falha de seu projeto editorial sobre este quesito. Falha esta que foi interpretada como decorrente das intencionalidades implícitas dos seus idealizadores de transformá-la em instrumento estratégico para o ganho de capital simbólico. Depreende-se que o foco do corpo editorial da RBAE estivesse mais voltado em “eleger” os agentes produtores de conteúdo e promotores dos debates apresentados no interior do impresso do que na sua apresentação estrutural e gráfica.

Desta premissa, conclui-se que o impresso demonstrou fragilidades que podem ter influenciado na sua aceitação na comunidade acadêmica, precisando se fortalecer por meio de incentivos financeiros de órgãos oficiais e do poder de autoridade e capital simbólico individual dos autores que assinaram a maioria dos textos que nele foram veiculados. Ainda sobre as

mediações editoriais da RBAE, conclui-se a eminência da luta de seus agentes pela legitimidade do impresso como veículo comunicacional oficial da ANPAE, que assim sendo, contribuiria para o aumento do capital simbólico da associação no campo educacional, concedendo-lhes mais poder e força de imposição nas disputas que se fizessem no interior deste campo. As fases editoriais, por exemplo, representaram movimentos estratégicos realizados no interior da revista para superar momentos de fragilidade do seu valor no campo educacional, imbricadas da intencionalidade dos agentes da ANPAE em legitimar o seu direito de permanência no campo educacional.

No que diz respeito as edições especiais da RBAE, conclui-se que essas publicações se caracterizam como movimentos estratégicos dos agentes da revista. As edições originadas de eventos científicos foram estratégicas para fortalecer a ANPAE no campo intelectual e ser dada a ver no campo da administração. As edições de encerramento da primeira fase da revista foram estratégicas para inaugurar um novo ciclo com manutenção do capital simbólico que a RBAE representava, ou seja, um resgate do valor histórico da revista para a educação brasileira, concedendo crédito aos seus agentes para inaugurar uma nova fase editorial, com uma nova roupagem, mas, com a manutenção (ou até mesmo ampliação) do seu lugar de poder. Diante do que se percebe do lugar ocupado pelo impresso e seus agentes na educação brasileira da inauguração deste novo ciclo até o período de finalização desta investigação, pode-se afirmar que os *anpaeanos* obtiveram sucesso com esta investida estratégica.

Quanto a contribuição da RBAE na (re)estruturação do pensamento e delineamento do subcampo da administração da educação no país, conclui-se que a revista teve um papel fundamental para a configuração de um espaço de discussão específico no campo educacional voltado à questão da administração da educação. A revista foi uma estratégia da ANPAE para que se concretizasse e legitimasse um subcampo que teve os seus primeiros traços mesmo antes da sua fundação com intelectuais como José Querino Ribeiro e Anísio Teixeira, por exemplo. Assim, vê-se como condição *sine qua non* o delineamento deste subcampo diante da ebulição das discussões para composição de novas perspectivas para a educação brasileira no período estudado, o que inclui a questão da administração da educação e escolar.

Conhecendo o histórico de idealização, planejamento e lançamento da RBAE e identificando as formas e usos da revista pela ANPAE e as suas intencionalidades, iniciou-se a identificação dos principais agentes. No que tange aos autores que mais assinaram textos na revista foram selecionados dez, considerados nesta investigação como os mais significativos, sob duas perspectivas: capital de reconhecimento encerrado em seus próprios nomes e pertencimento de formação no campo educacional.

Dentre esses agentes destaca-se Benno Sander com o principal agente de produção da RBAE, com mais textos assinados, como idealizador do projeto original e como detentor de capital simbólico individual na ANPAE. Conclui-se a partir daí que nas disputas de poder no interior da revista venciam aqueles que detinham de maior capital simbólico individual – podendo assinar mais textos e realizar intervenções – o que, na busca por poder no campo educacional apreendeu-se como estratégico, já que estes agentes por deterem de capital simbólico individual, suscitavam maior aceitação e legitimação da revista e conseqüentemente da associação pelos agentes do campo educacional.

As redes de sociabilidades criadas em torno do impresso foram tecidas a partir dos agentes ocupantes da presidência da ANPAE e das Universidades a que estavam vinculados, que se tornavam editores e sedes da RBAE, sucessivamente. Em uma tentativa de ampliar a visualização da rede de sociabilidades identificou-se os autores que assinaram três textos ou mais ao longo do ciclo de vida da RBAE, o que levou à composição de um quadro composto por Benno Sander, Carlos Roberto Jamil Cury, Ediruald de Mello e Lauro Carlos Wittmann, Victor Henrique Paro, Edivaldo M. Boaventura, Genuíno Bordignon, Magali de Castro, Maria Auxiliadora C. A. Machado e Maria Estela Dal Pai Franco.

Conclui-se que estas redes formaram um microcosmo intelectual *anpaeano* sob o qual estavam os domínios de produção da RBAE, levando à evidência de que mesmo tendo circulação nacional, a revista ficava a encargo de um eixo formado por autores e editores de cinco universidades do centro-sul do país. Conclui-se ainda que as redes de sociabilidades representaram uma estratégia da ANPAE com a criação de um sistema simbólico de poder para o fortalecimento da associação no campo educacional, no intuito de obter domínio e relativa autonomia no processo de (re)estruturação do subcampo da administração a educação no Brasil.

Cumprе ressaltar que aqui apresenta-se uma limitação desta investigação, ao mesmo tempo em que se abre caminho para outras investigações que se proponham a adentrar nas redes de sociabilidade da RBAE ao despontar outras questões de investigação a partir do mapeamento de vínculos institucionais, políticas, partidos, grupos de pesquisa, vínculos culturais, formação, história de vida, redes compartilhadas, etc.

Mesmo diante de tais limitações, fez-se possível concluir que os agentes da RBAE estavam dispostos estrategicamente na rede de sociabilidades, de modo a jogar o jogo que se estabelecia no campo educacional brasileiro com vistas a obter vantagem competitiva na disputa pelo domínio do subcampo da administração da educação. A disposição estratégica se justifica tanto pelo capital simbólico individual de cada um dos agentes, bem como o lugar de poder que ocupavam nos campos intelectual e educacional.



Sendo assim, em resposta ao problema de pesquisa levantado *a priori* o qual se apresenta: Quais os usos da Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) mediante o seu projeto editorial de socialização do conhecimento e (re)estruturação de um ideário acerca da administração da educação no Brasil, em circulação no período de 1983 a 1996? –, concluiu-se que a RBAE foi um instrumento estratégico da ANPAE no processo de disseminação de conhecimento acerca da administração da Educação no Brasil, e que no período de 1983 a 1996 também cumpriu com o papel de aumentar o capital simbólico da associação, concedendo-lhe poder de dominação para a (re)estruturação do subcampo da administração da educação no país.

Ao responder a problemática, por meio do caminho desenhado e percorrido durante a realização deste estudo, materializado em cada uma de suas seções, sustenta-se a tese levantada e defendida de que a Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) foi um instrumento de imposição simbólica estrategicamente utilizado para ampliar o capital simbólico da ANPAE no campo educacional brasileiro, legitimando o seu poder de intervenção na (re)estruturação do subcampo da administração da educação no país.

Em síntese, a RBAE representou um veículo oficial para a disseminação do ideário da ANPAE acerca da administração da educação no Brasil, que circulou em um período permeado por debates de fundamental importância para o campo educacional, posicionou-se sobre a necessidade de fundar uma mesa de debate para a administração da educação no Brasil, foi o núcleo de uma rede de sociabilidades que fazendo uso de capital simbólico individual e institucional legitimou o poder de intervenção de seus agentes concedendo-lhes os domínios do subcampo da administração da educação no país.

Cumprido ressaltar que em nenhum momento esta pesquisa objetivou empreender juízo de valor sobre as práticas, concepções e/ou ações da ANPAE e de seus agentes com a idealização e lançamento da revista. A RBAE destaca-se certamente como parte significativa do acervo histórico da administração da educação no Brasil. Um impresso já explorado sob outras perspectivas, mas, que permanece vivo como fonte histórica de investigação, podendo ser cada vez mais considerado em pesquisas referentes a historiografia da educação brasileira no que se refere as questões da administração e gestão da educação e escolar.

Assim, conclui-se este processo de investigação no intuito de se fechar um ciclo de pesquisa, mas, não de encerrar o debate e construção acerca da escrita da história da administração da educação no Brasil e dos impressos que a registraram. E, mesmo tendo atingido o objetivo inicialmente proposto, esta tese não se esgota em si mesma, pois, foi realizado um recorte, captado um fragmento da administração da educação na história da educação brasileira.

Por fim, é desta perspectiva que este trabalho de doutoramento foi realizado, no desejo de que outras investigações a esta se somem de modo a ampliar e esmiuçar o subcampo da administração da educação e a sua historiografia sob o viés dos estudos com impressos e da Nova História Cultural. Certamente ainda há ainda muito o que se explorar, analisar e evidenciar.

## **FONTES**

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 1, n. 1, 1983. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 1, n. 2, 1983. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 2, n. 1, 1984. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 2, n. 2, 1984. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 3, n. 1, 1985. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 3, n. 2, 1985. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 4, n. 1, 1986. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 4, n. 2, 1986. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 5, n. 1, 1987. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 5, n. 2, 1987. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Porto Alegre: Anpae, v. 6, n. 1, 1988. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Belo Horizonte: Anpae, v. 7, n. 1 e 2, 1991. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 8, n. 1, 1992. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 8, n. 2, 1992. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 9, n. 1, 1993. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 9, n. 2, 1993. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 10, n. 1, 1994. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 10, n. 2, 1994. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 11, n. 1, 1995. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 11, n. 2, 1995. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 12, n. 1, 1996. Semestral.

**REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: RBAE.** Brasília: Anpae, v. 12, n. 2, 1996. Semestral. Edições Especiais – 1ª e 2ª parte.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **O ensino de administração pública: histórico e diagnóstico**. Dissertação (Mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2019. Disponível em: < <https://anpae.org.br/website/>>. Acesso em 20 de ago. de 2019.
- BASTOS, Maria Helena Camara. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 166-168, Abr. 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BICCAS, Maurilane. **O impresso como estratégia de formação: Revista Ensino de Minas Gerais (1925-1940)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução de Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Campo de Poder, Campo intelectual**. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- CATANI, Afrânio Mendes ... et al. (orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em Revista: A imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CATANI, Denice Bárbara. A Imprensa Periódica Educacional: as Revistas de Ensino e o Estudo do Campo Educacional. **Educação e Filosofia**. 10 (20), p. 115-130, jul./dez. 1996.
- CATANI, Denice Bárbara.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr 2002, no 19.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_ **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991. p.173-191.

CORRÊA, Thomaz Souto. A Era das Revistas de Consumo. In.: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação e transição para a democracia: o caso do Brasil. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 13, nº 2, julho-dezembro, 1988.

DUVAL, Julien. L'analyse des correspondances et la construction des champs. **Actes de La Recherche Em Sciences Sociales**. 2013/5, Nº 200 | pág. 110-123. Disponível em: <[https://www.cairn.info/article.php?ID\\_ARTICLE=ARSS\\_200\\_0110&contenu=article](https://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ARSS_200_0110&contenu=article)> Acesso em: 31 Jul, 2020.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In.: MAGALDI, Ana Maria B. de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (orgs.) **Impressos e história da educação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **Políticas educacionais do Estado do Paraná nas décadas de 80 e 90: da prioridade à “centralidade da Educação Básica”**. Cascavel, PR. 2001 (Dissertação de mestrado).

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas, SP: Alínea, 2013. 3ª Edição.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Boletim da Vida Escolar: uma fonte e múltiplas leituras sobre a Educação no século XX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GARCIA Jr., Afrânio; PESSANHA, Elina. Encontros com Pierre Bourdieu e destinos de sua obra – entrevista com Gisèle Sapiro. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 03-05: II -42, Jun., 2013.

GONDRA, José Gonçalves. Paul-Michel Foucault – Uma caixa de ferramentas para a História da Educação? In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pensadores sociais e História da Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editoria, 2011.

HERMIDA, Jorge Fernando. A Reforma Educacional na Era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções. In.: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “Histórias, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012. **Anais...** João Pessoa: UFBP, 2016, p.

1434-1455. Disponível em: < <https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf> >. Acesso em: 16 jun. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; RODRIGUES, Elaine. Conversas sobre fontes. In: GONDRA, José Gonçalves; MACHADO, Maria Cristina Gomes; SIMÕES, Regina Helena Silva (orgs.). **História da Educação, matrizes interpretativas e internacionalização**. Vitória: EDUFES, 2017, v.13, p.253 – 271.

MAIA, Graziela Zambão Abdian. As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 24, n. 1, jan-abr. 2008.

MINTO, Lalo W. Administração Escolar no contexto da Nova República (1984...). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.140–165, Ago 2006.

MOTTA, Fernando, C. Prestes. **Organização e Poder**: empresa, Estado e escola. São Paulo: Atlas, 1986.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea**: a ciência e a arte de ser dirigente. 13ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, PUC-SP, dez. 1993, p. 7-28. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763> > Acesso em: 20 mai. 2019.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino. In.: CATANI, Denice B; BASTOS, Helena C. **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930). **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, Apr.-June, 2015.

RODRIGUES, Elaine. **A (re)invenção da Educação no Paraná**: apropriações do discurso democrático (1980-1990). Maringá: Eduem, 2012.

SANDER, Benno. Introdução à história da ANPAE como sociedade civil no campo da educação. **ANPAE** (2010). Disponível em <[https://www.anpae.org.br/website/documentos/estudos/estudos\\_01.pdf](https://www.anpae.org.br/website/documentos/estudos/estudos_01.pdf)> Acesso em: 25 jul. 2018.

SANDER, Benno. A genealogia do conhecimento na administração da educação no Brasil e o papel da Anpae como entidade da sociedade civil. **SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação** (23: 2007: Porto Alegre). Disponível em

<[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/48.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/48.pdf)> Acesso em 09 mai. 2018.

SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso Francês. **Ver. Pós Ciências Sociais**. V. 9, n. 17, jan/jun. 2012.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. **Educação & Realidade**. V. 34, n. 2, mai-ago 2009, p. 87-201. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8300>> Acesso em 18 out. 2018.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RENE, Remond. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha 2ªed. Rio de Janeiro: Ed FGV p. 231-269, 2003.

TEIXEIRA, Anísio. Que é administração escolar? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.36, n.84, 1961. p.84-89. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/quee.html>> Acesso em 02 mai. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves. Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pensadores sociais e História da Educação**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.



## APÊNDICES

Apêndice A: linhas de pesquisa vinculada ao diretório de grupos de pesquisa do CNPQ.

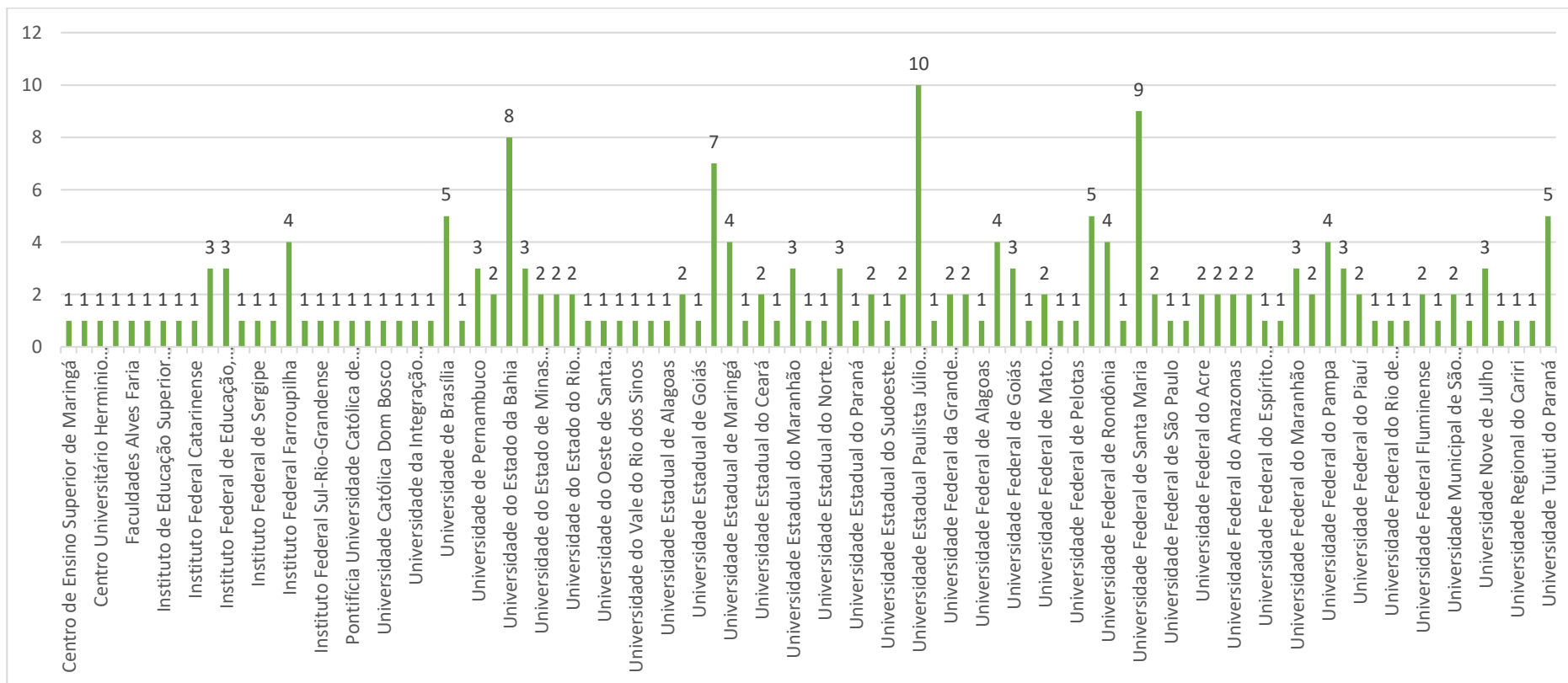
<b>ADM DA EDUCAÇÃO</b>	Administração da Educação no Brasil: evolução do conhecimento e práticas
	Formação dos profissionais da educação e Administração da educação
	Política educacional e administração da educação
<b>ADM EDUCACIONAL</b>	Teorias em Administração Educacional
	Estudos em Administração Educacional
<b>GESTÃO DA EDUCAÇÃO</b>	A gestão da Educação Popular e suas implicações no Processo-político- Estado, política e gestão da educação
	Gestão da educação
	Gestão da Educação Básica
	História, Política e Gestão da Educação
	Modos de Cuidado nas Políticas e Gestão da Educação Étnico-Racial e Diversidade
	Planejamento Educacional e Gestão da Educação
	Política, História e Gestão da Educação
	Política Educacional Planejamento e Gestão da Educação
	Política e Gestão da Educação Integral
	Política pública e gestão da educação profissional e tecnológica
	Políticas e Gestão da Educação
	Políticas e Gestão da Educação Básica
	Políticas e Gestão da Educação Superior
	Políticas e Gestão da Educação Superior (Expansão, Interiorização, privatização)
	Políticas Públicas e Gestão da Educação
	Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica
	Avaliação e Gestão da Educação em Sistemas Prisionais
	Gestão da Educação do Campo
	Política, Planejamento e Gestão da Educação
	Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação
	Política e Gestão da Educação
	Política e Gestão da Educação e da Escola
	Política e Gestão da Educação e Educação Integral no Brasil
	Política e Gestão da Educação Superior
	Políticas e Gestão da Educação
	Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior
	Políticas e Gestão da Educação Superior
	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior
	Direito à educação, Políticas e Gestão da Educação
	Estado, política e Gestão da Educação
	Estudos sobre Gestão da Educação à distância
	Formação docente, políticas e gestão da educação
Gestão da Educação Básica e Superior	
História da Educação e Gestão da Educação Pública Brasileira	

	Mobilidade Acadêmica Nacional e Internacional: políticas públicas na Educação
	Organização, Planejamento e Gestão da Educação
	Política, Planejamento Educacional e Gestão da Educação
	Política e Gestão da Educação Básica
	Políticas, Planejamento e Gestão da Educação
	Políticas Educacionais e Gestão da Educação
	Políticas e Gestão da Educação do Campo e Direitos Humanos
	Políticas Públicas, formação de professores e Gestão da Educação.
	Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica
	Avaliação e Gestão da Educação
	Gestão da educação em Direitos Humanos
	Gestão da Educação e Políticas Públicas
	Gestão da Educação e Políticas Públicas para Formação de Professores
	Gestão da Educação na perspectiva da criatividade e da inovação
	Política e Gestão da Educação na perspectiva inclusiva
	Política e Gestão da Educação Superior
	Políticas, Avaliação e Gestão da Educação Superior
	Políticas de gestão da educação e de valorização dos profissionais
	Políticas Educacionais e Gestão da Educação Indígena
	Políticas para o Financiamento e Gestão da Educação
	Políticas Públicas, formação de professores e gestão da educação
	Políticas Públicas e Gestão da Educação
	Políticas Públicas e Gestão da Educação, Formação e trabalho docente
	Políticas e Gestão da Educação Básica
<b>GESTÃO EDUCACIONAL</b>	Administração Pública e Gestão Educacional
	Educação Especial, Políticas de Inclusão e Gestão Educacional
	Estado e Gestão educacional
	Ética e Gestão educacional
	Ética, Planejamento e Gestão educacional
	Financiamento, Oferta, Gestão Educacional e Controle Social
	Formação de Professores, Política e Gestão Educacional
	Gestão Educacional
	Gestão Educacional e Escolar
	Gestão educacional e organização da educação brasileira
	Gestão Educacional e Políticas Públicas na Educação Básica campo e cidade
	Gestão Educacional e processos de privatização na Educação Básica
	Gestão Educacional e Tecnologias/EaD
	Gestão Educacional e trabalho pedagógico
	Gestão Educacional, Desenvolvimento Institucional e Avaliação
	Gestão Educacional, Gestão Escolar, Planejamento e Avaliação Institucionais
	Gestão Educacional, IDEB e Desempenho Escolar
	Gestão educacional: concepções e práticas
	História da Política Educacional, História da Gestão Educacional e História das

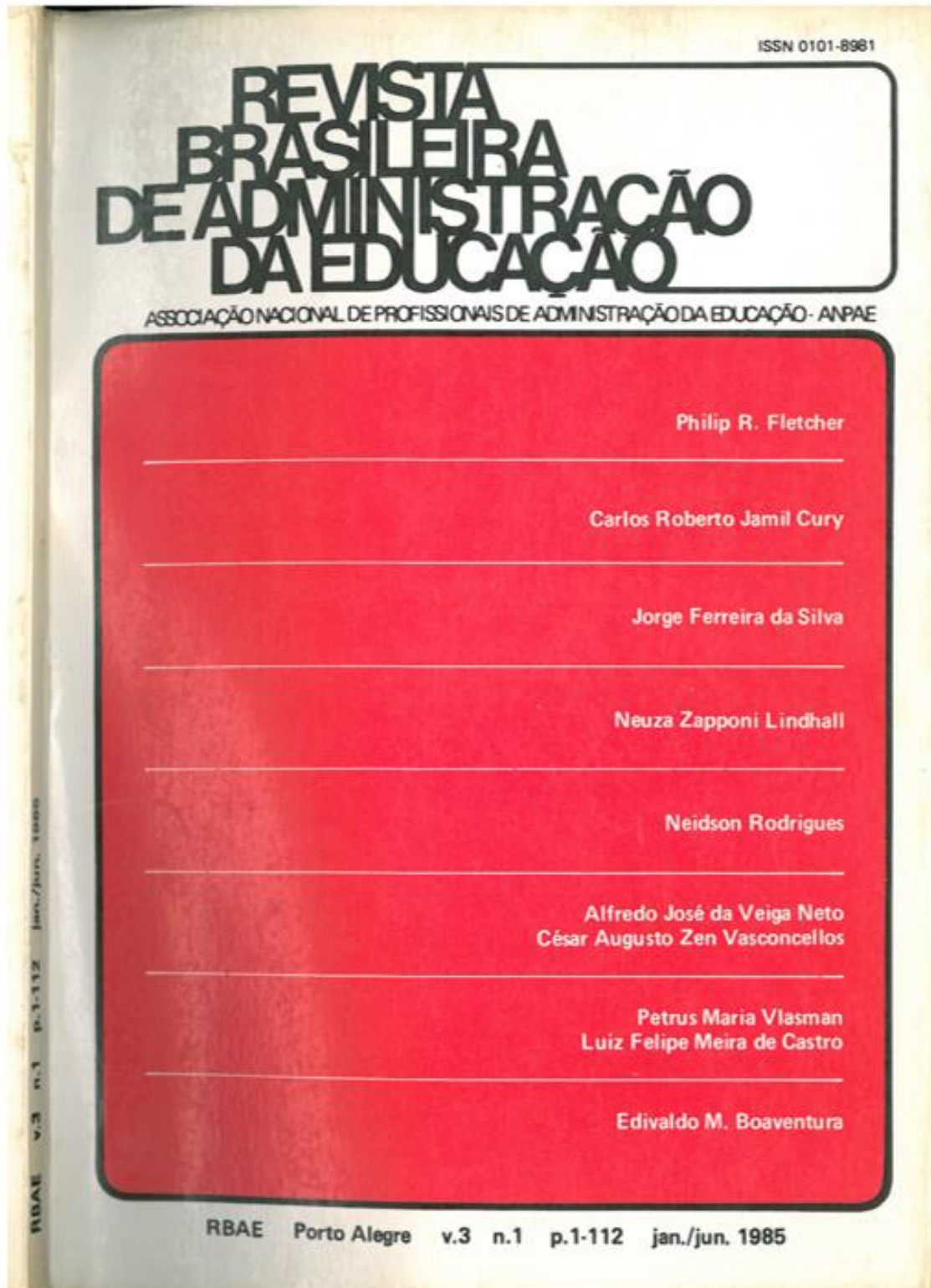
	História, Políticas públicas e gestão educacional
	Informática aplicada à Gestão Educacional
	Interdisciplinaridade: Formação e aprimoramento na Gestão Educacional.
	Intervenção Gestão Educacional (LIPIGES)
	Mapeamento de processos de gestão educacional
	Organização e Gestão educacional
	Pedagogias inovadoras, gestão educacional e comunidades de
	Pesquisa e Intervenção em Gestão Educacional
	Política e Gestão educacional
	Política e Gestão educacional comparada na América Latina
	Política e Gestão educacional comparada na América Latina e África
	Política E Gestão Educacional -Policy and Educational
	Política Pública e gestão educacional
	Políticas e Gestão educacional (GEFI)
	Políticas Educacionais, Gestão Educacional e Formação de Gestores
	Políticas Educacionais, Gestão Educacional, Currículo e Trabalho
	Políticas Públicas de Educação, de Educação Inclusiva e Gestão Educacional.
	Políticas Públicas e Gestão Educacional no Brasil
	Políticas Públicas e Gestão Educacional
	Políticas públicas e processos de gestão educacional
	Políticas Públicas, currículo e processos de gestão educacional.
	Políticas Públicas, Gestão Educacional e Formação Docente
	Políticas, Planejamento e Gestão Educacional
	Tecnologias e Currículo: políticas, práticas e gestão educacional
<b>GESTÃO ESCOLAR</b>	A Gestão Escolar no Contexto Hospitalar
	A racionalidade da gestão escolar e educacional
	Concepções de planejamento e gestão escolar: políticas públicas, projetos
	Currículo, gestão escolar e políticas educacionais
	Democratização da Gestão Escolar e Qualidade Social da Educação
	Educação do campo: políticas públicas, gestão escolar, currículo e trabalho
	Estado, política educacional e gestão escolar
	Gestão Educacional, Gestão Escolar, Planejamento e Avaliação Institucionais
	Gestão Escolar
	Gestão Escolar e Conhecimento
	Gestão escolar e educacional
	Gestão escolar e políticas públicas em educação
	Gestão escolar e políticas públicas para infância
	Gestão Escolar e Tecnologia na Educação.
	Gestão Escolar e Trabalho Docente
	Gestão Escolar e Universitária
	Gestão Escolar no Distrito Federal
	Gestão escolar, currículo e formação docente
	Gestão escolar, financeira e de política pública da educação
	Modelos de Gestão Escolar
Organização e Gestão escolar	

	Organização e Gestão escolar
	Políticas de Planejamento e Gestão Escolar
	Políticas Educacionais e Gestão Escolar
	Políticas Educacionais, Gestão Escolar e Currículo
	Políticas Educacionais, Gestão Escolar, Trabalho e Sociedade.
	Políticas Educativas, regulação e gestão escolar como ação pública
	Políticas Públicas e Gestão Escolar
	Políticas públicas educacionais e gestão escolar
	Políticas Públicas, Currículo e Gestão Escolar
	Práticas de Gestão Escolar Democrática
	Universalização do Ensino e democratização da Gestão Escolar

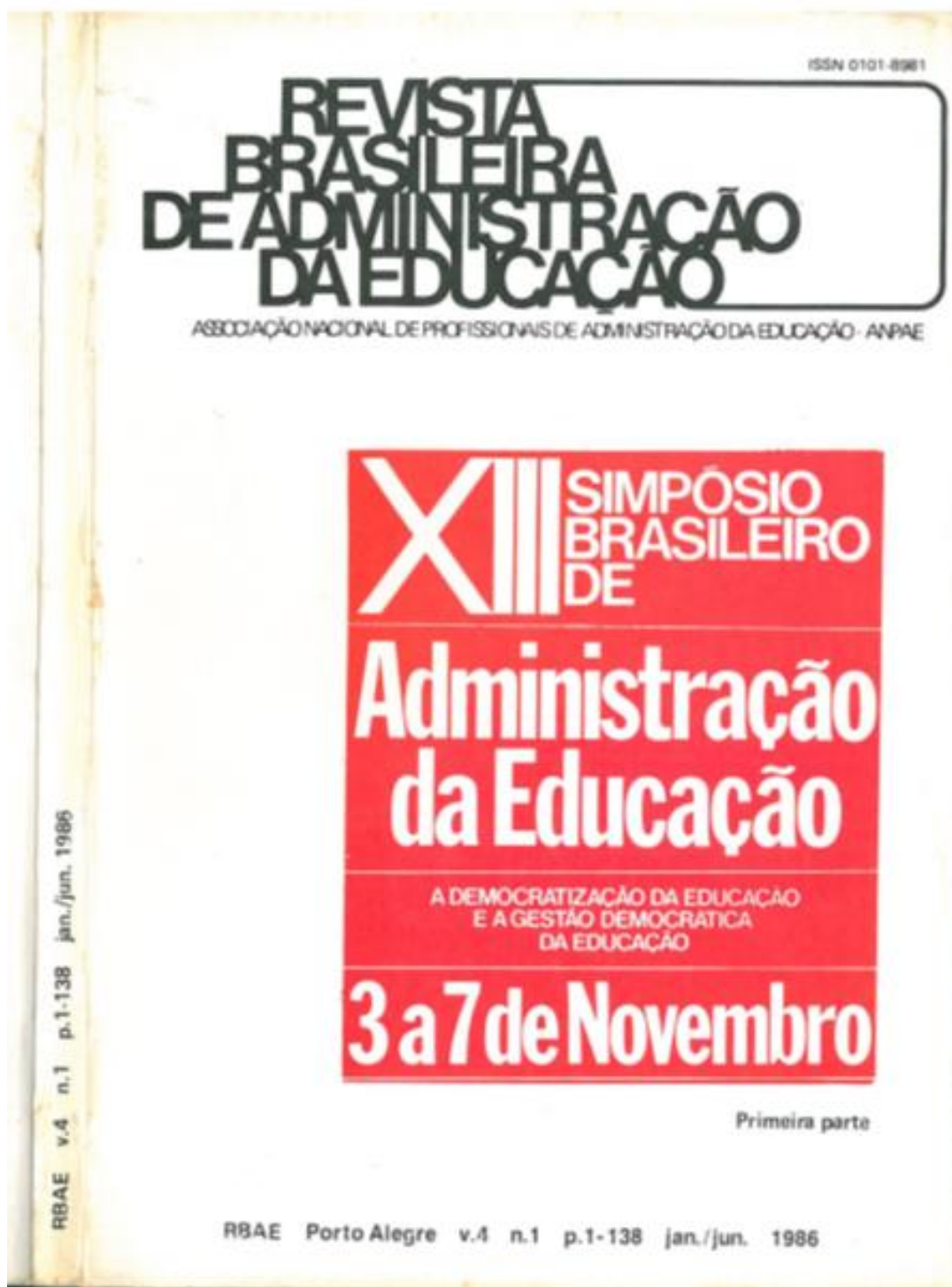
Apêndice B: Distribuição das linhas de pesquisa por instituição de ensino.



Apêndice C: Capa com autores organizados por seção (1985).



Apêndice D: Capa com identificação de evento científico e temática do evento (1986).





Apêndice E: Capa temática da edição especial e autores selecionados (1996).



Apêndice F: capa com identificação das temáticas das seções (1994).



Apêndice G: Apresentação de temáticas de artigos e seus respectivos autores, organizada por seções, das edições originadas de eventos.

Edições	Seções	Artigos	Págs.	Autor (a)(es)
Volume 2, número 2 (de evento)	A UNIVERSIDADE COMO ORGANIZAÇÃO	Universidades como organizações	p. 10-26	Peter Blau
		Considerações sobre a conferência de Peter Blau	p. 27-28	Fernando C. Prestes Motta
		Comentários sobre o trabalho de Peter Blau	p. 29-30	Sérgio Zacarelli
		Autarquias e fundações: dois experimentos organizacionais em universidades federais**	p. 31-56	Carlos Osmar Bertero
				Alkimar Ribeiro Moura
		Em busca de uma ampliação na agenda de pesquisa sobre organizações universitárias	p. 57-58	Maria Beatriz Moreira Luce
		Processos decisório em universidades: teoria III	p. 59-75	Suzana Braga Rodrigues
	Comentários sobre o artigo de Suzana Braga Rodrigues	p. 76-79	Roberto Costa Fachin	
	ESTRUTURA DAS UNIVERSIDADES E ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	Redes sociais e organizações complexas	p. 82-119	Philip M. Marcus
		Redes sociais e organizações complexas: breves comentários	p. 120-123	Clóvis L. Machado da Silva
		Comentários ao trabalho de Philip Marcus	p. 124-127	George Browne Rego
		A organização universitária brasileira: análise crítica e propostas quase-utópicas	p. 128-140	Luciano Zajdsznajder
		Comentários sobre o trabalho de Luciano Zajdsznajder	p. 141-143	Maria Estela Dal Pai Franco
		A estrutura departamental da universidade brasileira: algumas considerações críticas	p. 144-154	Erlandsen Freitas Jaguaribe
		O departamento e sua fragmentação por áreas de conhecimento - Comentários sobre o trabalho de Erlandsen Jaguaribe	p. 155-157	Juracy Cunegatto Marques
Departamentos colegiados de curso: dois pólos de poder na estrutura universitária		p. 158-167	Tânia Fischer	

		Comentários ao texto de Tânia Fischer	p. 167-170	Edi M. Fracasso
		A estrutura organizacional na universidade como fonte geradora de conflito	p. 171-179	Eunice Lacava Kwasnicka
		Estratégia é estrutura! (Comentários em torno do trabalho de Eunice Lacava Kwasnicka)	p. 180-181	Luis Carlos Moreira da Silva
	EFETIVIDADE EM UNIVERSIDADES: UMA AVALIAÇÃO DO ESTADO DA ARTE	Faculdades e universidades eficientes: novas descobertas e resultados a partir de pesquisas	p. 184-197	Kim Cameron
		Comentários acerca da exposição de Kim Cameron	p. 198-202	Simon Schwartzman
		Eficácia organizacional de universidades: um modelo para teste empírico	p. 203-225	Clóvis L. Machado da Silva
		Comentário sobre o trabalho de Clóvis L. Machado da Silva	p. 226-227	Edi Madalena Fracasso
		Administração da universidade e participação: o caso PUC-SP	p. 228-242	Maria de Lourdes M. Covre
		Da racionalidade administrativa ao processo de democratização: algumas reflexões sobre a universidade	p. 243-254	Margarida Maria Costa Batista
		Comentários aos trabalhos de Maria de Lourdes Covre e Margarida Costa Batista	p. 255-257	Vera Sueli Storck
Participação na universidade e o caso da PUC-SP		p. 258-260	Luís Carlos Moreira da Silva	
Volume 4, número 1 (de evento)		A ANPAE E A ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	A ANPAE e o compromisso com a administração da educação no Brasil	p. 11-26
	A contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação		p. 27-32	Fátima Cunha Ferreira Pinto
	Breve comentário sobre a contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação		p. 33-34	José Newton Alves de Sousa
	ESCOLA E TRABALHO	Educação e trabalho: questões teóricas	p. 36-49	Acácia Zeneida Kuenzer
		A escola como ambiente de trabalho e de formação do trabalhador	p. 50-68	Maria de Fátima Costa Félix

	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	A estrutura administrativa de uma escola para o excepcional	p. 70-72	Charles Richard Lyndaker Suely Felix Pereira
		Equipes de ensino na administração central e descentralizada da Secretaria de Educação do Paraná	p. 73-85	Aparecida Cardozo Mesquita da Rosa
				Ineli de Oliveira Giovanetti
				Rosemary Pereira Gelbcke
		Integração entre universidade e secretaria de educação para atualização dos administradores de escolas de 1º e 2º graus em Boa Vista, Roraima	p. 86-91	Magali de Castro
				Maria Auxliadora C. A. Machado
	Atuação da universidade na melhoria do ensino de 1º grau na periferia: o caso de Morro Alto, Belo Horizonte, Minas Gerais	p. 92-99	Magali de Castro	
			Maria Auxliadora C. A. Machado	
			Neusa Maria de Oliveira Macedo	
	A professora normalista: dados para uma possível prática pedagógica consequente	p. 100-103	Creusa Fernandes Correia Lima	
	O PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	O profissional de administração da educação: seleção, formação e atuação	p. 106-113	Carlos Roberto Jamil Cury
		O desvelamento e a contraposição de mitos na administração da educação brasileira	p. 114-127	Maria Estela Dal Pai Franco
A formação do educador na proposta curricular da Faculdade de Educação da UFMG		p. 128-138	Magali de Castro	
			Maria Auxliadora C. A. Machado	
Neusa Maria de Oliveira Macedo				
Volume 4, número 2 (de evento)	A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO	Fundamentos e perspectivas para a gestão democrática da educação	p. 12-21	Lauro Carlos Wittmann
		A gestão de escolas públicas de 1º e 2º graus e a teoria administrativa	p. 22-28	Vitor Henrique Paro

EXPERIÊNCIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO	Conselho Diretor: uma proposta de colegiado para democratizar uma escola de 1º grau	p. 30-35	Alda Luzia Pessotti
	A gestão democrática da educação através da ação da comunidade: uma experiência	p. 36-45	Maria Raineldes Tosi
	A eleição dos diretores das escolas estaduais do Paraná e seus efeitos na vida da escola	p. 46-62	Eliana Barbosa Heemann
	O regimento escolar como instrumento de organização administrativa e pedagógica da comunidade escolar	p. 63-66	Nircélio Zobot
ADMINISTRAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E INTERCÂMBIO	Autoavaliação do CPG-EDU da UFRGS: uma experiência em avaliação qualitativa	p. 68-79	Carmen Lins Baía de Solari
	Administração educacional a nível de doutorado: relato de uma experiência	p. 80-91	Edivaldo M. Boaventura
	Proposta e experiência de intercâmbio internacional para formação de administradores escolares	p. 92-94	Maria Luiza Barbosa Chaves
DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE	A universidade e a reforma consentida	p. 96-108	Sofia Lerche Vieira
	Autocrítica da administração universitária	p. 109-115	Albertina Vicentini Rodrigues de Almeida
	Os estágios como ação pedagógica e prática social transformadora	p. 116-122	Maria Lúcia de Abrantes Fortuna
ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA	Administração participativa: da teoria à práxis	p. 124-128	Marlou Zanella Pellegrini
	Planejamento participativo: um processo político	p. 129-131	Marlou Zanella Pellegrini
EDUCAÇÃO, CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO	Educação e Constituinte	p. 134-137	Osmar Fávero
	Educação na Constituinte: desafios e alternativas	p. 138-167	Candido Alberto Gomes

				Francisco Salatiel de Alencar Barbosa
<b>Volume 7, números 1 e 2 - XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE Administração da Educação: Das Políticas ao Planejamento e à Gestão da Educação</b>	<b>A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS SOCIAIS E TECNOLÓGICOS</b>	A Política Nacional de Educação e dos Desafios Sociais e Tecnológicos - Síntese para debate	p. 10-13	Walter E. Garcia
	<b>A NOVA LDB E O FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA</b>	O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e a Nova L.D.B	p. 16-19	Regina Vinhaes Gracindo
	<b>A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO - COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS E OS MUNICÍPIOS</b>	A organização do Sistema Nacional de Educação	p. 22-26	Clélia de Freitas Capanema
	<b>O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA SOCIEDADE DE HOJE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS</b>	Universidade para que? O resgate de faces iluminadas	p. 28-40	Maria Estela Dal Pai Franco
	<b>PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: PARADIGMA E DESAFIOS</b>	Desafios Modernos para a Educação Básica	p. 42-57	Pedro Demo
	<b>EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO INOVADORA NO PROCESSO EDUCACIONAL</b>	A base das experiências de Gestão Inovadora no processo educacional: as bases material e histórica	p. 60-79	Lauro Carlos Wittmann
		Eleição de diretores: a experiência do Estado do Rio Grande do Sul	p. 80-102	Maria Mercedes da Silva Garcia (painelista)
		Iniciativas de Gestão Educacional	p. 103-110	Maria Teresa D. Maranhão
<b>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS DIVERSOS NÍVEIS DO SISTEMA: Reflexões e Propostas</b>	Planejamento situacional na escola: a participação viável	p. 112-129	Roberto A. Algarte	

	OS MUNICÍPIOS E OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA QUALIDADE PARA TODOS	Os desafios do Ensino Público de qualidade para todos	p. 132-137	Ediruald de Mello
	A ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA GESTÃO INOVADORA	A administração escolar e seus desafios atuais	p. 140-144	Maria de Fátima Costa Félix
		A administração educacional: desafios	p. 145-151	Glaura Vasques de Miranda
	ESPAÇO DINÂMICO (comunicações apresentadas no XV SBAE)	O planejamento da educação tecnológica no CEFET - RJ	p. 154	Lenice Bezerra Moura Carmen Perrota
		Ecologia é Educação: contribuição ao projeto político da escola	p. 155-159	Mírian Paura S. Zippin Grinspun
		Administração e supervisão: uma proposta de mudança do fazer pedagógico	p. 160-163	Lia Rodrigues Gonçalves
Volume 9, número 1 - Conferências do XVI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, Rio de Janeiro, 7-11 de setembro de 1993	A ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS	Situação e perspectivas da Administração da Educação Brasileira: uma contribuição	p. 9-36	Vitor Henrique Paro
	MODERNIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO	A armadilha neoliberal e as perspectivas da educação	p. 37-49	Francisco de Oliveira
		A administração da educação brasileira, a modernização e o neoliberalismo	p. 51-70	Carlos Roberto Jamil Cury
	DESCENTRALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO	Democratização e descentralização da educação: políticas e práticas	p. 71-86	Genuíno Bordignon
	ESCOLA E AUTONOMIA	Organização do Trabalho na Escola e autonomia	p. 87-107	Moacir Gadotti
	***	É hora de erradicar a miséria	p. 109-111	Hebert de Souza
Volume 9, número 2 - Conferências do XVI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, Rio de Janeiro, 14-18 de setembro de 1993	POLÍTICAS E PRÁTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO	Democratização e Descentralização: políticas e práticas	p. 9-25	Silke Weber
	CONTEÚDO E FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO	O conteúdo e as formas da administração escolar moderna	p. 27-48	Norberto J. Etges



	O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Os sistemas municipais de educação	p. 49-68	Edivaldo Boaventura
	GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E ELEIÇÃO DE DIRETORES	Gestão Escolar Democrática: um projeto em Construção	p. 69-79	Célia Costa Itamar Silva
		Eleições de diretores, um processo em curso na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia - Goiás	p. 81-89	Luiz Fernando Dourado
	***	A ANPAE e o Plano Decenal de Educação para Todos	p. 91-99	Lauro Carlos Wittmann
Volume 10, número 1 - Conferências do XVI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, Rio de Janeiro, 7-11 de setembro de 1993	A CONSTRUÇÃO TEÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	A pesquisa em Administração Escolar no Brasil	p. 9-15	Romualdo Portela de Oliveira
				Afrânio Mendes Catani
	O ESTADO E A EDUCAÇÃO	Contradições da Política Educacional Brasileira: necessidade de uma revisão estrutural	p. 17-31	Rivo Gianini de Araújo
				Maria Cristina Linhares da Fonseca
				Deusa da Cunha Bruno
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: RELAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS	Sistema político-administrativo da educação: análise das relações de poder entre as instâncias federal, estadual e municipal no período republicano	P. 31-63	Flávia Obino Corrêa Werle
	DESCENTRALIZAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA MUNICIPAL	Algumas considerações sobre a descentralização do ensino	p. 65-72	Cleiton de Oliveira
Administração da Educação no Brasil: um exercício de reflexão		p. 73-81	Vera Isabel Caberlon	
Mecanismos de participação social na gestão democrática da política de educação do Recife		p. 83-94	Luiz de La Mora	
Volume 10, número 2 - Conferências do XVI Simpósio	ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	Administração política da instituição escolar na perspectiva do agir comunicativo de J. Habermas	p. 9-31	José Pedro Bouffleur

	ANÁLISE INSTITUCIONAL	Análise institucional: possibilidades de contribuição à avaliação e gestão de instituições educativas	p. 33-46	Stella Cecília Duarte Segenreich
	A MODERNIDADE EMANCIPATÓRIA	A modernidade emancipatória como paradigma para análise da universidade brasileira: uma proposta de gestão democrática	P. 47-63	Gilberto Mucilo de Medeiros
	FORMAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIALISTA	Formação do educador especialista: possibilidades e constrações emergentes da construção de uma proposta avaliativa, crítica-reflexiva, como suporte para o processo emancipatório sócio-individual	p. 65-85	Tereza Hoffmeister Lovatel
				Maria Helena Klein
ELEIÇÕES DE DIRETORES	Eleição de Diretores na Escola Pública	p. 87-101	Vitor Henrique Paro	
Volume 12, número 1 - Conferências e Palestras apresentadas no XII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, realizado em novembro de 1995	CONFERÊNCIA	Administração e qualidade da prática educativa: exigências e perspectivas	p. 9-21	Miguel Arroyo
	PAINEL: A ADMINISTRAÇÃO E A QUALIDADE EM EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	A administração e a qualidade em educação na América Latina	p. 23-30	Benno Sander
		Educação na América Latina: Administração para quê? Qualidade para quem?	p. 31-35	Lourenço Guadamuz
		Vínculos entre o governo central e o nível local: cinco observações sobre o papel do governo local	p. 36-43	Juan Cassassus
	PAINEL: A QUESTÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: (DES)CAMINHOS E PERSPECTIVAS	Sobre a qualidade cognitiva das experiências de aprendizagem	p. 45-60	Hugo Assmann
		A questão da qualidade na educação	p. 61-70	Romualdo Portela de Oliveira
	PAINEL: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E QUALIDADE EM EDUCAÇÃO	A administração pública e a qualidade da educação: a experiência do DF	p. 72-79	Isaura Belloni
		A administração pública e a qualidade de ensino	p. 80-85	José Cleber de Freitas

	<p>PAINEL: A CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE NA ESCOLA: IMPLICAÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO E A PRÁTICA ESCOLAR</p>	<p>A construção da qualidade na escola: uma experiência</p>	<p>p. 87-93</p>	<p>Rondon Porto</p>
		<p>A construção da qualidade na escola: implicações para a organização e a prática escolar</p>	<p>p. 94-101</p>	<p>José Leão Falcão Filho</p>
	<p>PAINEL: A QUESTÃO DA QUALIDADE: EXIGÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO E PARA A ATUAÇÃO DO ADMINISTRADOR</p>	<p>A formação do administrador da educação e a questão da qualidade: análise de uma experiência</p>	<p>p. 103-109</p>	<p>Genuíno Bordignon</p>
		<p>A questão da qualidade: exigências para a formação dos profissionais da educação</p>	<p>p. 110-123</p>	<p>Iria Brzezinski</p>

Apêndice H: Apresentação de temáticas de artigos e seus respectivos autores, organizada por seções, das edições originadas do envio espontâneo de textos para publicação.

<b>Edições</b>	<b>Seções</b>	<b>Artigos</b>	<b>Págs.</b>	<b>Autor (a)(es)</b>
<b>Volume 1, número 1</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO</b>	Consenso e conflito na administração da educação	p. 12-34	Benno Sander
		Administração da educação: desafios da ambiguidade	p. 35-45	Jorge Ferreira da Silva
		Administração educacional e desenvolvimento social	p. 46-64	José Camilo dos Santos Filho
	<b>ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA</b>	Teoria e prática da administração universitária	p. 66-78	Fátima Cunha Ferreira Pinto
				Arthur Cezínio de Almeida Santa Rosa
	<b>ADMINISTRAÇÃO solidária: proposta ou desafio</b>	p. 79-88	Juracy Cunegatto Marques	
			Raimundo Hélio Leite	
	<b>ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE ENSINO</b>	O comportamento institucional da Secretaria de Educação do Ceará	p. 90-119	José Anchieta Esmeraldo Barreto
	<b>ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR</b>	A administração da educação é um problema político	p. 122-129	Miguel G. Arroyo
A formação do administrador escolar		p. 130-138	Arnaldo Niskier	
Administrador escolar: seleção e desempenho		p. 139-146	Carlos Roberto Jamil Cury	
<b>Volume 1, número 2</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO</b>	Administração e planejamento da educação: ato político-pedagógico	p. 10-22	Lauro Carlos Wittmann
		Escolarização e déficit escolar: os fatos e as versões	p. 23-36	Divonzir Arthur Gusso
	<b>FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR DA EDUCAÇÃO</b>	A formação do administrador da educação: análise de propostas	p. 38-45	Moacir Gadotti
	<b>EM DEBATE GRATUIDADE DO ENSINO SUPERIOR</b>	Reforma universitária, gratuidade do ensino e outros problemas	p. 48-59	Carlos Correa Mascaro
		Ensino superior: a gratuidade necessária	p. 60-67	Luiz Antônio Cunha

	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	Financiamento da educação no Brasil: algumas questões atuais	p. 70-87	José Carlos de Araújo Melchior
	SUPERVISÃO EM EDUCAÇÃO	Funções do supervisor em escolas de 2º grau do Distrito Federal	p. 90-109	Vani Moreira Kenski
		Alienação no lugar de trabalho: uma análise de trajetória	p. 110-120	Alci Aderi de Mello Dietmar Klaus Pfeiffer
	ÉTICA E EDUCAÇÃO	Nuremberg, Helsinki, Tóquio: importantes? Ou educação é diferente?	p. 122-133	Célia Lúcia Monteiro de Castro
	EM DISCUSSÃO	A qualidade do ensino elementar, o professor e a política	p. 136-154	Rudolf Lenhard
Volume 2, número 1	ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	Educação como capital humano: uma "teoria" mantenedora do senso comum	p. 10-37	Gaudêncio Frigotto
		A administração da educação como processo mediador	p. 38-62	Benno Sander
	ADMINISTRADOR DA EDUCAÇÃO	O estado atual do conhecimento das funções do administrador educacional no Brasil: dimensão legal	p. 64-86	Messias Costa
				Maria Ângela Gouveia de Mello
				Helene Barros
				Helena Machado C. de Abreu
				Altair Macedo Lahud
				Ediruald de Mello
				Theodolindo A. Cerdeira
				Eurides Brito da Silva
				Stella C. G. Trois
Benno Sander				
EM DEBATE	Eleições para diretores escolares: uma importante conquista democrática	p. 88-91	Nircélio Zabot	

		Anexo: Decreto 455	p. 92-93	PARANÁ, Leis, decretos etc. Decreto 455, de 13 de abril de 1983. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 19 abr. 1983. Atos do Poder Executivo n. 1.518.
Volume 3, número 1	PESQUISA	A repetência no ensino de 1º grau: um problema negligenciado d educação brasileira	p. 10-41	Philip R. Fletcher
	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: ESCOLA E COMUNIDADE	O compromisso profissional da administração da educação com a escola e a comunidade	p. 44-50	Carlos Roberto Jamil Cury
		Políticas e estratégias de integração escola- sociedade	p. 51-63	Jorge Ferreira da Silva
		Necessidades versus recursos: um dilema real	p. 64-70	Neuza Zapponi Lindahl
	DEMOCRATIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES	Colegiado: instrumento de democratização	p. 72-79	Neidson Rodrigues
		Eleições na comunidade universitária: uma contribuição	p. 80-85	Alfredo José da Veiga Neto César Augusto Zen Vasconcellos
	ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA	Universidade: a luta pelo poder	p. 88-101	Petrus Maria Vlasman Luiz Felipe Meira de Castro
	EM DEBATE	A contribuição da revisão da literatura à sistematização do direito educacional	p. 104- 112	Edivaldo M. Boaventura
Volume 3, número 2	ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA	A administração universitária e as transformações da sociedade brasileira	p. 10-19	Vicente de Paulo Carvalho Madeira
	EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR E DO	O perfil do administrador escolar: necessidade ou inutilidade	p. 22-40	Ediruald de Mello Oscar Serafini

	ADMINISTRADOR DA EDUCAÇÃO	As relações de produção e a educação do trabalhador	p. 41-60	Acácia Zeneida Kuenzer
		O ensino da administração e a formação de administradores escolares	p. 61-70	José Misael Ferreira do Vale
	PERSPECTIVAS DE COMPARAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	Pensamento administrativo e prática da administração de instituição de ensino superior: o caso de universidades na França e no Brasil	p. 72-85	Eunice Lacava Kwasnicka
		O contexto cultural da política educacional: Brasil e Estados Unidos	p. 86-97	José Augusto Dias
RESENHA	Administração escolar: introdução crítica de Vitor Henrique Paro	p. 100-101	Gaudêncio Frigotto	
Volume 5, número 1	ESCOLA, ESTADO E SOCIEDADE: FUNDAMENTOS E QUESTÕES DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	Escola e Capitalismo de Estado	p. 5-39	Fernando C. Prestes Motta
				Sérgio Luiz de Toledo Piza
		Reflexões sobre o Planejamento Educacional no Brasil	p. 40-53	José Amaral Sobrinho
	POLÊMICAS PELA ESCOLA PÚBLICA	A Estigmatização da Escola Pública	p. 56-61	José Mario Pires Azanha
		Diretores Eleitos: dilemas emergentes da greve do magistério de 1987 em Santa Catarina	p. 62-77	Elizabeth Juchem Machado Leal Virgínia Maria de Figueiredo e Silva
	NOVAS EXPERIÊNCIAS NA UNIVERSIDADE	O Processo de Democratização da Universidade Brasileira: análise de uma experiência	p. 80-97	Márcia Ondina Vieira Ferreira
		Fatores que afetam o Desempenho Acadêmico de Estudantes da Universidade Aberta da Venezuela	p.98-113	Kátia Siqueira de Freitas Patrick D. Lynch
	TESE EM DESTAQUE	A Municipalização do Estado Básico no Brasil	p. 116-117	Sonia Maria Coimbra Kenski

Volume 5, número 2	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR	A organização e a gestão do ensino superior na Nova República	p. 10-29	Sérgio Proença Leitão
	SOBRE A TEORIA E PRÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	Administração da educação: dilemas e perspectivas	p. 32-39	Dirce Mendes da Fonseca
		As múltiplas funções da escola: das reguladoras às emancipatórias	p. 40-48	Eliane Lopes da Silva Gschwenter
		A eleição de diretores do ensino público do DF: avanço ou manipulação?	p. 49-62	Erasto Fortes Mendonça
	PROPOSTA SOBRE MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO	O desenvolvimento da gestão integral da educação no município	p. 64-85	Vicente Fidélis de Ávila
	FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR ESCOLAR	O profissional da administração escolar: reflexões sobre sua formação	p. 88-96	Naide Ribeiro de Alverga
Considerações sobre gestão integral de educação e outros serviços básicos no município		???	Vicente Fidélis de Ávila	
Volume 6, número 1	PARTICIPAÇÃO E ESCOLA PÚBLICA	Algumas Questões sobre os Movimentos por Educação Escolar Pública na Grande Salvador	p. 11-23	Luiz Felipe Perret Serpa
		Participação de Pais de Alunos em Escolas Públicas: Primeiras Avaliações de Experiências Estrangeiras	p. 25-32	Sérgio Luiz Avancine
	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR	Institucionalização Organizacional ou Processo Decisório? Em busca de um modelo de diagnóstico para a Organização Universitária	p. 35-50	Sérgio Proença Leitão
	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO	Centralização e Descentralização na Administração da Educação na América Latina	p. 53-64	Benno Sander



		A Intervenção do Estado e as Relações Escola-Trabalho no Brasil	p. 65-83	Roberto Jarry Richardson
	COMUNICAÇÕES	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CONFEN/UNFDAC)	p. 87	**
		Documento Conclusivo do III Encontro de Revistas Brasileiras de Educação	p. 88-90	**
Volume 8, número 1	A ESCOLA CIDADÃ	Políticas e Gestão Educacional: descentralização ou democratização?	p. 9-41	Genuíno Bordignon
	CONCEPÇÃO VERSUS EXECUÇÃO	Concepção versus execução - a trajetória da Escola Mineira em busca da Modernização	p. 43-72	Ana Maria Casasanta Peixoto
	FINANCIAMENTO E IGUALDADE	Financiamento do ensino fundamental na Escola Pública e igualdade de oportunidade educacional	p. 73-83	Ediruald de Mello
	ELEIÇÃO DO DIRETOR DE ESCOLA	A função social do diretor de escola pública, eleito pelo voto direto	p. 85-100	Moacyr de Góes
Volume 8, número 2	GESTÃO COMPARTILHADA NA ESCOLA	A Gestão Compartilhada na Escola	p. 09-33	José Leão Falcão Filho
	CERCEAMENTO SOCIAL DA ESCOLA	O cerceamento social da escola: crítica ao seu perfil institucional	p. 35-49	Roberto A. Algarte
	TRABALHO E EDUCAÇÃO POLITÉCNICA	Trabalho e educação Politécnica: avanço e retrocessos na nova LDB	p. 51-77	Álvaro Luiz Moreira Hypólito
	FORMAÇÃO DO EDUCADOR E DO ADMINISTRADOR DA EDUCAÇÃO	Participação da Universidade com os demais níveis de ensino e a formação do educador - novas perspectivas para o administrador da educação	p. 79-99	Flávia Obino Corrêa Werle
Volume 11, número 1	NOVO PARADIGMA PARA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	A Administração Educacional e os desafios da modernidade	p. 9-26	Myrtes Alonso
	O OBJETO ESPECÍFICO DO TRABALHO ESCOLAR	O conhecimento e a Administração do processo de trabalho escolar	p. 27-39	Araci Hack Catapan
	A CENTRALIDADE DO PEDAGÓGICO	O papel pedagógico da Administração Escolar: uma proposta a partir da prática	p. 41-55	Maria Raineldes Tosi

	DEMOCRATIZAÇÃO E GESTÃO COLEGIADA	O conselho de escola e a gestão colegiada na escola pública do Estado de São Paulo	p. 57-77	Ilca Oliveira de Almeida Vianna
	DESCENTRALIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO	Descentralização da educação em SC (1991-93): construção da omissão do estado com a educação e mecanismo de reforço do poder do estado sobre os municípios	p. 79-114	Márcio César Brinhosa
Volume 11, número 2	ECONOMIA, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO	O neoliberalismo e a educação	p. 09-22	Dirce Mendes da Fonseca
	EDUCAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL	Educação e partidos políticos	p. 23-57	Regina Vinhaes Gracindo
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE	A Estruturação da Universidade em questão: o caso da UFSM	p. 59-96	Vitor Francisco Schuch Jr
	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE TOTAL	A Qualidade Total na Administração da Educação: afinal do que se trata?	p. 97-113	Rinalva Cassiano Silva